

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CRISTIANO BENITES OLIVEIRA

**A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM
UM ESTUDO SOBRE REFLEXIVIDADE, DESIGUALDADE E
ARTICULAÇÃO DE REDES SOCIOPOLÍTICAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Orientador: Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre
2010

CRISTIANO BENITES OLIVEIRA

**A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM
UM ESTUDO SOBRE REFLEXIVIDADE, DESIGUALDADE E
ARTICULAÇÃO DE REDES SOCIOPOLÍTICAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
2010

CRISTIANO BENITES OLIVEIRA

**A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM
UM ESTUDO SOBRE REFLEXIVIDADE, DESIGUALDADE E
ARTICULAÇÃO DE REDES SOCIOPOLÍTICAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 13 de outubro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Soraya Maria Vargas Côrtes – UFRGS

Prof. Dr. Danilo Romeu Streck – UNISINOS

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos os que contribuíram para que esta dissertação pudesse se tornar realidade. Em especial a minha esposa Cynthia e o meu primeiro filho Martin, a quem esperamos ansiosamente pelo seu nascimento. Agradeço a minha querida mãe que sempre acreditou e apostou em minhas capacidades.

Agradeço ao professor Emil Sobottka pela sua orientação, pela liberdade de produção acadêmica a mim conferida e pelos estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais; à professora Soraya Côrtes pela primeira oportunidade de estudo das políticas públicas e da questão social; ao professor Ricardo Mariano por abrir os caminhos de pesquisa da sociologia das organizações; ao professor Hermílio Santos pelas discussões sobre vida cotidiana e interação social; ao professor Danilo Streck por compor a banca de defesa desta dissertação, e por fim, à secretaria do PPGCS Rosane de Andrade pelo apoio.

Também agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos; à Fundação Luterana de Diaconia por me mostrar que ainda existem organizações civis sérias e comprometidas com as lutas e o protagonismo dos movimentos sociais. E por fim, agradeço aos companheiros e companheiras de Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a todos os catadores e catadoras que com seu trabalho e luta cotidiana me mostram que é possível manter-se acreditando na transformação da realidade social.

Eu, carroceiro, dou um grito:
vão embora “Bulacha”
fica esperto, muda de marcha
pra vê se os irmão
no galpão a gente se acha.
E a luta continua,
se deus quiser amanhã
a gente de novo se encontra na rua.

Agnaldo Martins de Fátima

SUMÁRIO

LISTA DE DIAGRAMAS	9
LISTA DE FOTOGRAFIAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
RESUMO	15
ABSTRACT	16
INTRODUÇÃO	17
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA UM ESTUDO REFLEXIVO	25
1.1 REFLEXIVIDADE E INTERPRETAÇÃO.....	28
1.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA.....	31
1.2.1 Porque o MNCR/RS.....	31
1.2.2 Definições operacionais.....	32
1.2.2.1 Experiências e vida cotidiana.....	33
1.2.2.2 Expectativas e história.....	34
1.2.3 Problemas e objetivos de pesquisa.....	38
1.3 POR UMA METODOLOGIA REFLEXIVA E COOPERATIVA.....	39
1.4 IDENTIDADE E ACORDO DE PESQUISA.....	42
1.5 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE PESQUISA.....	43
1.6 AS RELAÇÕES E A REFLEXIVIDADE DE PESQUISA.....	46
1.6.1 Aspectos das experiências do pesquisador enquanto sujeito de pesquisa.....	46
1.6.1.1 Aspectos da aproximação pessoal em relação aos catadores.....	48
1.6.1.2 Aspectos da experiência de engajamento sociopolítico.....	52
1.6.1.3 Aspectos da experiência de pesquisa acadêmica.....	56
1.6.2 Expectativas próprias ao pesquisador enquanto sujeito de pesquisa.....	59

1.7 A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE PESQUISA ENTRE ATORES E PESQUISADOR.....	61
2 A IDEIA DE QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM.....	66
2.1 AS RELAÇÕES QUE CAUSAM A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM.....	70
2.1.1 A experiência de discriminação.....	71
2.1.2 A precariedade do trabalho dos catadores.....	76
2.1.3 A manutenção das condições de miséria dos catadores.....	82
2.1.4 Aspectos da criminalização da questão social da reciclagem.....	84
2.2 AS RELAÇÕES QUE VISAM ENCAMINHAR A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM.....	88
2.2.1 Mercantilização.....	88
2.2.2 Burocratização.....	90
2.2.3 Alocação autoritária de recursos.....	93
2.2.4 Assistencialismo, clientelismo e favorecimento.....	95
2.3 A DELIMITAÇÃO PRELIMINAR DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM.....	97
3. A FORMAÇÃO DE QUADROS INTERPRETATIVOS.....	99
3.1 HORIZONTE DE EXPECTATIVAS DOS CATADORES NO MNCR/RS.....	100
3.1.1 As expectativas de sobrevivência.....	100
3.1.2 As expectativas de valorização profissional.....	101
3.1.3 As expectativas de conquista de direitos.....	103
3.2 A DELIMITAÇÃO DE UM “NÓS”.....	105
3.2.1 Identidade coletiva.....	107
3.2.2 Experiências de coordenação dos catadores em seu agir coletivo.....	112
3.2.3 Interlocutores do movimento.....	118
3.3 A DELIMITAÇÃO DE UM “ELES”.....	127

3.4 ENTRE “NÓS” E “ELES”: A FORMAÇÃO DE UM QUADRO INTERPRETATIVO DE REDE ENTRE ATORES E INSTITUIÇÕES.....	131
3.4.1 Entre “eles”: as “ONGs”.....	132
3.4.2 Entre “eles”: as “prefeituras”.....	135
3.6 SOLIDARIEDADE POLÍTICA, POLITICA PÚBLICA E ESPAÇOS SOCIOPOLÍTICOS.....	145
3.7 ENTRE A DESIGUALDADE DE UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A DIVERSIDADE DE REDE.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	154

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Os indicadores e as definições operacionais de pesquisa.....	37
Diagrama 2 – Conjuntos de experiências e expectativas do pesquisador em relação à sua própria pesquisa.....	60
Diagrama 3 – As relações que causam a questão social da reciclagem.....	87
Diagrama 4 – As causas e os encaminhamentos vigentes da questão social da reciclagem.....	97
Diagrama 5 – O quadro interpretativo do MNCR/RS no contexto da questão social da reciclagem.....	126
Diagrama 6 – Os quadros interpretativos do MNCR/RS e da rede sociopolítica no contexto da questão social da reciclagem.....	147

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Os materiais recicláveis e o espaço doméstico de um catador.....	63
Fotografia 2 – Os materiais recicláveis e o espaço de trabalho dos catadores.....	63
Fotografia 3 – Fragmento de imagem das condições de trabalho dos catadores em 1960.....	78
Fotografia 4 – Fragmento de imagem das condições de trabalho dos catadores em 2010.....	78

LISTA DE SIGLAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACB – Associação dos Catadores de Barra do Quaraí

ARMC – Associação de Reciclagem de Materiais de Canoas

ASCAT – Associação dos Catadores do Loteamento Cavalhada

ATREMAG – Associação dos Trabalhadores em Reciclagem do Mato Grande

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATAFORTE – Projeto de Fortalecimento do Cooperativismo e do Associativismo dos catadores de materiais recicláveis

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CC – Cargo de Confiança

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

COLUP – Coletivo pela Universidade Popular

CRP – Comitê de Resistência Popular

CSS – Coleta Seletiva Solidária

CST – Coleta Seletiva Tradicional

FARRGS – Federação das Associações de Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul

FBB – Fundação Banco do Brasil

FLD – Fundação Luterana de Diaconia

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ME – Movimento Estudantil

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNCR/RS – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Rio Grande do Sul

MS – Ministério da Saúde

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESPA – Núcleo de Ecologia Social Pampas sem Aramados.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs – Organizações não-governamentais

OP – Orçamento Participativo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PE – Polietileno

PET – Polietileno Tereftalato

PFET – Programa Frentes Emergenciais de Trabalho

PFL – Partido da Frente Liberal

PGIRS – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNR – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico

PP – Polipropileno

PP – Partido Progressista

PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PVC – Policloreto de Vinila

RP – Resistência Popular

RSUs – Resíduos Sólidos Urbanos

SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social de Novo Hamburgo

SEDETUR – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Turismo de Novo Hamburgo

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Gravataí

SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

TLMD – Tendência Libertária Mobilização Direta

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UT – Unidade de Triagem

UTC – Unidade de Triagem e Compostagem

VTAs – Veículos de Tração Animal

VTHs – Veículos de Tração Humana

RESUMO

O presente estudo visa interpretar, de forma reflexiva, os sentidos e os quadros interpretativos provenientes das experiências e das expectativas de catadores membros do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Sul (MNCR/RS) em um contexto repleto de organizações e instituições, tal como o que configura a reciclagem de materiais. Para a interpretação deste contexto marcado por desigualdades sociais, políticas e econômicas é utilizado o conceito de questão social da reciclagem como uma importante expressão da ideia de questão social enquanto processo de desnaturalização dessas desigualdades. Esta ideia é empregada como um modo de abordagem das condições nas quais os catadores encontram-se há décadas submetidos. Tais condições estão, entretanto, recobertas por um alto grau de opacidade em função dos sentidos que conformam as percepções vigentes sobre a reciclagem no Brasil dos dias de hoje. Estas percepções advêm de relações e processos sociais marcados pela desigualdade, os quais reforçam formas dominantes de encaminhamento da problemática social dos catadores. Todavia, esses atores ao interpretarem reflexivamente a sua própria questão social criam as condições sociais, políticas e econômicas para que se estabeleçam novas formas de interpretação e de encaminhamento da questão social da reciclagem pautadas por sentidos advindos de experiências e das expectativas de conquista de direitos, protagonismo, solidariedade política e fortalecimento da identidade coletiva de catador de materiais recicláveis. A metodologia utilizada para a interpretação dessas relações e processos sociais pautou-se pela perspectiva reflexiva e cooperativa como forma de obtenção de uma hermenêutica de segunda ordem ou de uma infra-reflexividade que pudesse colocar em foco as relações de pesquisa bem como os processos de compartilhamento de sentidos entre atores e pesquisador.

Palavras-chave: questão social da reciclagem, quadros interpretativos, movimento social e redes sociopolíticas.

ABSTRACT

This study aims to interpret, in a reflexive manner, the senses and interpretative frameworks from the experiences and expectations of collector members of the National Movement of Recyclable Materials Collectors from Rio Grande do Sul – Brazil (MNCR/RS) in a context full of organizations and institutions, such as what sets the recycling of materials. For the interpretation of this context marked by social, political and economic inequalities we use the concept of the social question of recycling as an important expression of the idea of social question as a inequality denaturation process. This idea is employed as a way of addressing the conditions under which the collectors are subjected for decades. Such conditions are, however, covered by a high degree of opacity according the meanings that shape the prevailing perceptions about recycling in Brazil of today. These perceptions come from relationships and social processes marked by inequality, which reinforce dominant ways of channeling of this social problematic. Nevertheless, when these actors are reflexively interpreting their own social question they create the social, political and economic conditions to establish new interpretation and routing forms to the social question of recycling. These forms are guided by senses arising from experiences and expectations of achievement of rights, protagonism, political solidarity and strengthening the recyclable materials collector collective identity. The methodology used for the interpretation of those relations and social processes was based on a reflexive and cooperative perspective as a way of obtaining a second order hermeneutic or an infra-reflexivity that could focus the research relations and the sharing meanings processes between actors and researcher.

Key-words: social question of recycling, frames, social movement, socio-political networks

INTRODUÇÃO

Muitas coisas já foram escritas sobre reciclagem nas mais diversas áreas do conhecimento científico. Todavia, no campo das ciências humanas e sociais pode-se distinguir entre dois tipos de produção de conhecimento que colocam em foco as relações que estruturam a reciclagem atualmente no Brasil. Um tipo de produção é que se caracteriza por ser mais técnica, pois pretende ser aplicada funcionalmente aos problemas causados ao meio ambiente. Tais estudos enfatizam a importância econômica e ambiental da reciclagem voltada para esse fim (HISATUGO; JÚNIOR, 2007, STREB; BARBOSA, 2004). E outro tipo de produção que se caracteriza por trabalhos de pesquisa voltados especificamente à análise e interpretação da dimensão social dos processos que compõem a reciclagem nos dias atuais (MARTINS, 2005, LAYARGUES, 2002, MICHELOTTI, 2006, SILVA; MICHELOTTI, 2007). Os trabalhos que abordam o sentido social da reciclagem começaram a dar seus primeiros passos ao final da década de 80 e início da de 90, a partir dos trabalhos de Nilton Fischer (1989) e da Pastoral de Rua de Belo Horizonte/MG (1991).

Antes de adentrar na temática de pesquisa proposta pelo presente estudo é preciso, de modo inicial, inserir alguns aspectos centrais que pautam os debates hodiernos sobre a reciclagem de resíduos, comumente chamados de “lixo”. Um dos aspectos fundamentais no estudo e no debate sobre resíduos reside em conceber os mesmos como subprodutos do consumo humano, cuja geração pode ser constatada em toda e qualquer sociedade. Esta geração, inerente a todas as coletividades sociais, pode ser considerada um “fenômeno universal”. A universalidade da geração de resíduos pode ser constatada por causa de duas motivações relacionadas à própria condição de existência das sociedades humanas: a primeira está associada ao resultado do metabolismo humano e de sua natureza biológica. A partir destes fatores, a motivação para a geração de resíduos é concebida enquanto uma consequência de necessidades orgânicas básicas tal como a alimentação. E a segunda, e mais importante motivação para o presente estudo, decorre do “metabolismo social” constituído por processos e relações econômicas e culturais diretamente associados à vida urbana contemporânea (DAGNINO, 2004, p. 18-19).

As discussões sobre a reciclagem, geralmente, giram em torno do seu papel enquanto uma solução quase que definitiva a ser dada à problemática de deposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSUs). A reciclagem tem representado uma solução a ser conferida ao destino final destes resíduos, ou ao “problema do lixo”. Problemática que vem demonstrando ser de grande complexidade, não só em decorrência da geração cada vez maior

de materiais descartáveis, mas, principalmente, pelas muitas formas inadequadas de destinação e deposição provenientes do descarte de resíduos.

Para se ter uma ideia, segundo o IBGE em 2000 eram geradas, no Brasil, diariamente 125.281 toneladas de resíduos. O que fazer com esta “montanha de lixo” vem, desde então, preocupando progressivamente tanto gestores públicos quanto setores da sociedade, os quais têm se sensibilizado com os problemas relativos à má disposição final dos resíduos. Dados preliminares da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (IBGE, 2008) destacam que os vazadouros de resíduos a céu aberto, conhecidos como lixões, ainda são o destino final dado aos resíduos em 50,8% dos municípios brasileiros.

A grande geração diária de resíduos tem sido agravada pelo acelerado crescimento urbano, o qual tem contribuído para o esgotamento das poucas áreas ainda disponíveis ao destino final desse imenso volume de “lixo”. O impacto dessa problemática é a visível degradação ambiental, o incremento da poluição dos solos, das águas e a proliferação de animais vetores de doenças. A geração extrema de resíduos vem afetando municípios e até regiões inteiras que se encontram desprovidas de sistemas apropriados de gestão e de destinação de resíduos (SANTOS et al., 2002, p. 20-21).

A partir desses preocupantes elementos, a busca pela consolidação de sistemas de gerenciamento e destino final de resíduos sólidos urbanos tem ocasionado, primeiramente, o aumento na construção, reconversão e instalação de aterros sanitários em áreas municipais de acordo com normas de operação mais rígidas e critérios técnicos de engenharia. Entre os quais encontram-se o uso de geomembrana para a impermeabilização do solo; a drenagem de gases, principalmente do metano; e o tratamento do chorume produzido pelo processo de decomposição dos resíduos (SANTOS et al., 2002, p. 24-25). A Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNR) estipula um prazo de quatro anos para o fim dos lixões em todo o território nacional (GOVERNO FEDERAL, 2010). Concomitantemente a isso, outras possibilidades vêm pautando as agendas políticas locais, tais como: a coleta seletiva e a reciclagem de materiais pós-consumo, sendo que ambas são indissociáveis no mesmo processo de destinação final de resíduos. A reciclagem tem representado neste contexto uma alternativa de redução dos vazadouros a céu aberto.

Reciclagem consiste, grosso modo, em um processo de transformação de produtos descartados em outros produtos (SANTOS et al., 2002, p. 47). Este processo é possibilitado pela separação e coleta, feita de forma seletiva, dos materiais recicláveis. A coleta seletiva não pode ser dissociada da reciclagem, pois aquela consiste no ciclo mais básico da cadeia produtiva desta. No entanto, tal cadeia produtiva é composta por outros ciclos além da coleta.

O ciclo subsequente à coleta reside no trabalho de triagem e classificação dos materiais a serem destinados à reciclagem. Tal destinação de materiais, devidamente triados e classificados, ocorre em função de um processo de comercialização voltado às indústrias recicladoras. Estas indústrias, por sua vez, demandam de seus fornecedores de matérias-primas a observância de dois critérios de vital importância para a reciclagem em escala: o primeiro é a qualidade da triagem e da classificação; e o segundo é a quantidade volumétrica necessária para o abastecimento das necessidades produtivas destas indústrias.

Em nível dos sistemas públicos de gestão de resíduos, a introdução da coleta seletiva e da reciclagem nos planejamentos dos municípios busca ser justificada e legitimada em virtude das vantagens adjuntas ao processo de reciclagem, que residem, sucintamente, nos seguintes benefícios: diminuição do volume de resíduos a ser destinado para os aterros; minimização da extração de recursos naturais renováveis e não-renováveis; redução do consumo de energia do setor industrial; diminuição dos custos de produção em função do aproveitamento dos resíduos recicláveis; intensificação da economia local; economia gerada ao país em importação de matérias-primas virgens; e entre outros fatores, a diminuição dos impactos ambientais ocasionados pela poluição, mineração e desmatamento (SANTOS et al., 2002, p. 47-48). Em síntese, a reciclagem é constituída, hegemonicamente, por dois tipos de sentidos a ela atribuídos nos dias atuais: um é o sentido vinculado aos encaminhamentos a serem dados à “questão do lixo”, e o outro é o sentido “ecológico” da reciclagem associado à mesma problemática dos resíduos.

Sobre o primeiro sentido proveniente da importância que reciclagem adquire para a “questão do lixo”, é preciso frisar que o conjunto de resíduos que formam o lixo contemporâneo veio se modificando em sua composição material com o decorrer do tempo. Isto tem ocorrido haja vista as mudanças nos padrões atuais das práticas de consumo. Por exemplo, há aproximadamente quarenta anos atrás, o consumo era mais básico, mais simples. Entretanto, em função de mudanças resultantes da produção industrial em larga escala, consolidou-se uma geração muito grande de embalagens e produtos com vida útil reduzida e que, por isso, se tornam cada vez mais descartáveis (STREB; BARBOSA, 2004, p. 2-4).

No Brasil, a proclamação da necessidade de um controle estrito da deposição de resíduos através da sua gestão foi estabelecida primeiramente na Agenda 21 (LAYARGUES, 2002, STREB; BARBOSA, 2004). Ao ser assim tematizada, a necessidade de gestão dos resíduos fez surgir diversas proposições de caráter técnico, tais como: a incineração, a digestão anaeróbia, a compostagem, a coleta seletiva, ou ainda, a classificação dos resíduos a

ser feita nos próprios aterros através de usinas de triagem instaladas nestes espaços (HISATUGO; JÚNIOR, 2007, p. 207).

Entretanto, a principal alternativa considerada e promovida enquanto solução quase que definitiva à problemática dos resíduos foi a reciclagem. O processo de destinação à reciclagem passou a representar, portanto, um “emblema de modernidade” (MAGERA, 2003, p. 17). Porque, além de ter sido amplamente divulgado pela mídia, como parte dos esforços de redução volume de “lixo” a ser depositado indevidamente na natureza, tal processo tem significado uma espécie de mérito, pois, muitas vezes ao ser conferido “a um produto um selo ou inscrição atestando que o mesmo foi feito de material reciclado tornou-se gesto tão meritório quanto se manifestar em favor dos direitos humanos ou da democracia” (Ibid.).

Já quanto ao sentido da reciclagem enquanto um fenômeno de sentido “ecológico”, o mesmo adveio, principalmente, da solução que a mesma vem representando à “questão do lixo” e aos problemas ambientais ela relacionados. Porém, segundo Layargues (2002, p. 182), o discurso ecológico oficialista veicula a “questão do lixo” como sendo, antes de tudo, um problema de natureza técnica e não de ordem social, cultural ou política. Ao ser concebido dessa forma, o discurso oficialista não permite que sejam visualizadas outras dimensões da problemática dos resíduos. Layargues (2002, p. 192-193) lembra que, historicamente, a coleta e destinação de resíduos para sua reinserção na reciclagem sempre cumpriu uma importante função social no Brasil, porque o trabalho na reciclagem tem consistido, na grande maioria das vezes, em uma oportunidade única de geração de renda para os mais pobres entre os pobres¹. Os mesmos a realizam através da “catação” de materiais recicláveis como forma de conseguir viver do próprio trabalho, ainda que de forma extremamente precária. A difusão deste discurso oficialista, ao reduzir a reciclagem a um “ato ecológico”, acaba por desconsiderar, portanto, o sentido social e histórico da mesma (Ibid.).

Assim, mesmo com toda esta enorme questão que envolve historicamente a reciclagem no Brasil, geralmente, são feitas muito mais alusões às questões ecológicas do que referências às problemáticas de ordem social que estruturam a reciclagem atualmente. Ou seja, mesmo sendo o sentido ecológico da reciclagem muito mais recente que a problemática social nela envolvida, o mesmo vem pautando os debates públicos, haja vista as grandes possibilidades de “preservação ambiental”, que envolvem as práticas de destinação correta feitas através da coleta seletiva e da reciclagem de resíduos sólidos urbanos.

¹ A reportagem publicada em 12 de junho de 1960 no Jornal Correio do Povo intitulada de “Lixo, a esperança dos pobres” retrata alguns fragmentos do trabalho de sujeitos marginalizados com materiais descartados pela população porto-alegrense (LIXO..., 1960, p. 11).

No entanto, tais significados atribuídos à reciclagem de modo hegemônico tornam obscura uma questão muito mais antiga, a qual diz respeito aos significados que emergem da dimensão social e humana representada pelos catadores. Ao não se considerar essa dimensionalidade relacional e processual que configura a reinserção de materiais descartados em novos ciclos produtivos que configuram a reciclagem, pode-se cair no que Boeira (2009) chama de “nó sistêmico”. Este termo se refere à proeminência de um “enfoque ecológico-econômico unilateral”. A evidência excessiva dada aos aspectos ecológicos é ocasionada porque muitos gestores públicos se preocupam apenas com os índices percentuais de crescimento da coleta seletiva e da reciclagem e com a sua viabilidade econômico-financeira, sem considerar os aspectos sociais que dizem respeito à inclusão dos catadores nesses processos. É na falta de complementaridade entre os aspectos ecológicos, econômicos e sociais que reside o “nó sistêmico” da questão. Tal “nó”, segundo o autor, remete a um sentido reducionista atribuído a esta cadeia produtiva, pois desconsidera toda uma complexa questão social que pode ser equacionada de forma simultânea à destinação e reciclagem dos resíduos. O “nó sistêmico” diz respeito, portanto, a uma perspectiva que acaba por desconsiderar estes indivíduos, os quais, desde o início dos processos de destinação de resíduos à reciclagem, já trabalhavam e sobreviviam da coleta, triagem e comercialização dos mesmos aos intermediários das indústrias recicladoras.

Destarte, os catadores vêm desde há décadas movimentando os ciclos mais fundamentais da reciclagem, ou seja, a coleta ou a popularmente conhecida “catação”, a triagem ou classificação, e a comercialização de materiais recicláveis provenientes dos resíduos gerados pela população em geral. No entanto, muitos deles ainda permanecem relegados ao nível de não-prioridade no interior dos sistemas de gestão de resíduos.

A atuação nos ciclos básicos da reciclagem é o que garante uma chance, quase que exclusiva, de pessoas muito pobres conseguirem viver do próprio trabalho. Porém, a falta de garantias e direitos sociais relativos a este trabalho decorre do fato da reciclagem consistir, sobretudo, em um processo industrial e mercadológico inserido na lógica de acumulação de capital, através da qual são geradas desigualdades históricas em termos econômicos, políticos e sociais. Tais desigualdades constituem, por sua vez, um grande dilema social, pois questionam a capacidade das sociedades em permanecerem integradas por processos e relações de interdependência (CASTEL, 2004a, p. 238). Especialmente quando se trata da reciclagem e seus ciclos produtivos mais básicos, como a coleta, a triagem e a comercialização de materiais recicláveis provenientes de descarte pós-consumo, onde no interior dos mesmos são consubstanciadas relações demasiado problemáticas, pois relegam os

catadores a situações quase que permanentes de miséria e vulnerabilidade. As relações destes sujeitos encontram-se, por isso, envoltas pelas complexidades próprias aos processos de conflito e cooperação, desarticulação e articulação, desintegração e integração que configuram uma “aporia fundamental” (Ibid.), através da qual a capacidade da sociedade existir como um conjunto unificado é colocado em questão. Ou seja, tal condição dilemática acaba configurando uma expressão específica de questão social.

O advento do termo questão social tem representado uma forma de desnaturalizar as desigualdades por não entendê-las apenas como um problema de ordem privada, natural ou proveniente da “vontade divina”, mas, pelo contrário, como produto de relações sócio-históricas concretas (KAUCHAKJE, 2008, p. 683-684). Assim, neste estudo, a questão social, da qual os catadores são parte, diz respeito às formas e aos processos relacionais marcados por históricas desigualdades estabelecidas no contexto da reciclagem. A inserção dos catadores neste cenário ocasiona a vigência de uma problemática social repleta de sentidos e encaminhamentos díspares e divergentes. Em vista disso, para elucidar os enquadramentos interpretativos que emergem deste horizonte aberto e polissêmico é preciso investigar os principais aspectos das experiências e das expectativas dos próprios catadores que contribuem para a tradução deste contexto histórico. Além disso, o presente estudo visa interpretar como ocorrem os encaminhamentos para a resolução, ainda que parcial, da referida questão social por parte do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Rio Grande do Sul (MNCR/RS) em conjunto com outros atores e instituições através de uma articulação sociopolítica entre estes distintos sujeitos e organizações. Este processo de articulação é possibilitado pelos enquadramentos interpretativos produzidos e compartilhados entre tais atores em meio ao seu contexto organizacional e relacional.

No entanto, esta dimensão social, embora ainda não plenamente tematizada, vem a partir da última década tomando progressivamente os debates sobre a reciclagem em virtude da organização dos catadores em associações e cooperativas e da sua articulação ao movimento nacional que busca organizar esta categoria (MAYER, 2005). Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa se inscreve como uma forma de contribuir na tematização da questão social da qual os mesmos processos de conflito e organização são partes fundamentais. Assim, o que pretende-se nesta pesquisa é interpretar qualitativamente como que os catadores protagonizam e estabelecem suas relações e seus processos sociais com os diferentes atores e instituições no âmbito de reciclagem de materiais.

Para a consecução desta intenção de pesquisa, é imprescindível colocar em evidência as interpretações e os métodos pelos quais os catadores realizam e expressam o sentido

reflexivo de suas ações (MELUCCI, 2005) em meio a um contexto histórico marcado pela desigualdade que configura a mencionada questão social. Como forma de abordar tanto as relações quanto os processos sociais protagonizados pelos catadores, o presente estudo utilizar-se-á da reflexão interpretativa sobre os quadros interpretativos, ou *frames* de movimento que aperfeiçoam e dignificam as ações coletivas (TARROW, 2009) dos catadores organizados no MNCR/RS. Ou seja, serão interpretadas as formas de produção destes quadros, desde dentro do MNCR/RS em contato direto com os demais atores e instituições em algumas regiões do estado. Mais especificamente, serão interpretadas sociologicamente as formas como, em um contexto tão desigual, as diferenças entre os atores podem ser articuladas para o encaminhamento da questão social a ser aqui abordada.

No entanto, para que os catadores não permaneçam submersos neste universo de sentidos díspares e antagônicos, serão explicitados fundamentalmente os aspectos reflexivos dos quais os catadores se utilizam para conferir sentido às suas experiências e às suas expectativas através das suas relações e de seus processos junto a outros atores e instituições. Para fins de pesquisa, serão considerados os sentidos que são compartilhados a partir das articulações possibilitadas por um processo de enquadramento interpretativo promovido pelo MNCR/RS. A reconstrução teórica destes *frames* parte do esforço de estudo que visa interpretar as experiências e as expectativas de natureza intersubjetiva, cuja tradução proporciona e facilita as articulações deste movimento com outros atores como forma de encaminhamento da questão social da reciclagem.

Para documentar as relações e processos protagonizados pelos catadores serão colocados em evidência, primeiramente, alguns aspectos principais das relações entre os atores do MNCR/RS e o presente pesquisador no âmbito deste estudo. No segundo capítulo será interpretado o contexto configurado pela questão social da reciclagem. E no terceiro capítulo será reconstituído o quadro interpretativo dos catadores do MNCR/RS a partir das expectativas e experiências por eles vivenciadas. Por fim, neste último capítulo, também procurar-se-á reconstituir o *frame* que possibilita a articulação de redes sociopolíticas articuladas entre os distintos atores para o encaminhamento da questão social da reciclagem.

Assim, o presente estudo será dividido em três capítulos como forma de conduzir o leitor no universo da questão social da reciclagem. O primeiro capítulo consiste em traçar o marco de pesquisa para a estruturação de uma estratégia que seja capaz de reconstruir o processo de enquadramento interpretativo do MNCR/RS. A estratégia de estudo consiste em procurar reduzir ao máximo a opacidade das relações de pesquisa como forma de evidenciar a reflexividade política e social dos atores deste movimento através de uma interpretação de

segunda ordem, ou seja, de caráter teórico (MELUCCI, 2005, p. 33). Além disso, esta estratégia visará estipular as definições operacionais, bem como o instrumental metodológico necessário à consecução dos objetivos deste estudo.

O segundo capítulo trata do contexto da reciclagem a partir da interpretação das experiências dos catadores, com ênfase nos aspectos relacionais que configuram a questão social aqui estudada. Nesta parte do estudo buscar-se-á estabelecer uma categoria conceitual para contextualizar e, conseqüentemente, interpretar as condições de vida e de trabalho em meio às desigualdades que configuram o cotidiano dos catadores.

E no terceiro capítulo serão abordados os sentidos intersubjetivos vinculados às estratégias traçadas pelos atores para permanecerem organizados no MNCR/RS a partir de fatores tais como identidade coletiva, experiências de coordenação e formação de uma rede de interlocutores no interior deste movimento. Ao final deste capítulo será conferido o devido espaço de interpretação às articulações realizadas pelos catadores do MNCR/RS e os diversos atores no marco da constituição de redes sociopolíticas entre os referidos atores e instituições, os quais procuram encaminhar da questão social em estudo.

À guisa de introdução, creio que cabe salientar ainda que ao longo deste processo de pesquisa o trabalho de leitura e pesquisa se deu de forma contrária ao que é agora estabelecido como forma de ordenamento do presente estudo. Primeiramente foram examinadas as noções de articulação de redes, para depois, em segundo lugar, serem pesquisadas e elaboradas noções relativas à metodologia reflexiva, e, por último, foi constituída a caracterização do contexto de relações dos catadores através da idéia de “questão social da reciclagem”. Entretanto, ao organizar o presente documento de pesquisa do modo como ele é agora apresentado, assim o fiz visando à efetivação teórica, metodológica e empírica da presente pesquisa. Para isso, pretendo elucidar o leitor a respeito da reflexividade interpretativa e qualitativa no que diz respeito a estes atores que dão sentido às relações sociais que se estabelecem nos processos os quais constituem atualmente a referida questão social.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA UM ESTUDO REFLEXIVO

Na busca por uma interpretação dos principais aspectos das relações e dos processos sociais protagonizados pelos catadores organizados no MNCR/RS em um contexto marcado por desigualdades políticas, sociais e econômicas, o pesquisador depara-se com muitos construtos teóricos, propostas metodológicas e sentidos empíricos diferenciados para dar conta de tamanha tarefa hermenêutica. Nesse ínterim, ao constatar certas abordagens já aplicadas à interpretação das relações e processos que dizem respeito aos catadores no estado do Rio Grande do Sul – tais como as perspectivas do *empoderamento* (MARTINS, 2005) ou do *reconhecimento* (MICHELOTTI, 2006) – o pesquisador precisa eleger entre aquelas que podem ser mais apropriadas e plausíveis para o estudo qualificado da ação dos catadores enquanto sujeitos de seus próprios processos sociais. Entretanto, eleger uma entre as muitas e múltiplas perspectivas de análise não é algo simples.

Como forma de auxiliar nessa importante decisão, foram elencados dois critérios de escolha: o primeiro é relativo ao fato de que a perspectiva escolhida deva ser capaz de trazer à tona os atores. Pois, trata-se de investigar as relações estabelecidas por catadores, ou seja, por sujeitos “subalternos” e “submersos” na estrutura e nos sentidos que hegemonizam a reciclagem em nossos dias. E o segundo critério concerne ao fato de a perspectiva escolhida deva contemplar a grande complexidade da temática social e política que envolve esses indivíduos através de um diálogo que pudesse situar alguns nexos entre abordagens teóricas e metodológicas diferentes.

Ao serem adotados estes critérios, pude optar pela perspectiva teórica e metodológica reflexiva. Tal perspectiva veio a facilitar a realização do presente estudo, pois a mesma representa uma significativa parte dos recentes impulsos dados à tradição de pesquisa qualitativa e hermenêutica a partir das teorias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da dramaturgia social (MELUCCI, 2005, p. 31). Além desta perspectiva, neste estudo procura-se dialogar com a abordagem fenomenológica, com a teoria da ação coletiva e com a teoria das organizações. Desse modo, o estabelecimento de tal diálogo entre estas distintas perspectivas consiste em um valioso pressuposto a ser conferido a uma estratégia de estudo que faça frente à grande complexidade da temática, das relações e dos processos abordados no âmbito desta pesquisa.

Em síntese, a metodologia reflexiva compõe grande parte de todo um instrumental teórico e metodológico, cuja escolha e desenvolvimento visam conceber os catadores

organizados no MNCR/RS enquanto produtores de sentido, ou de “significado de significados” (BERGER; LUCKMANN, 1996) necessários ao seu agir social e coletivo. De modo simultâneo, o pesquisador dessas relações também produz significados, tal como concebe Melucci (2005, p. 329):

[...] ao menos quando nos ocupamos do mundo social, isto é de sujeitos que produzem significados enquanto nós produzimos significados, observamos relações sociais das quais fazemos inevitavelmente parte e, portanto, modificamo-las contemporaneamente [...] até mesmo aquela que se chama pesquisa teórica ou especulativa intervém sobre a realidade que observa. A pesquisa pode ser dita especulativa graças a uma convenção que reduz a intervenção ao mínimo ou a nega formalmente, mas na realidade ela interage sempre, ainda que de modo mediato com os sujeitos-objetos de quem se ocupa; produz, portanto em todo caso, alguma modificação do campo, se não por outra coisa, é porque provoca as transformações cognitivas devidas à circulação de idéias que ela produz.

Conforme o referido autor, a interação entre as produções de sentido provoca as transformações cognitivas provenientes da circulação das idéias introduzidas pelas relações estabelecidas entre os atores e o estudioso destas relações e dos processos por eles conformados. Ou seja, ao fazer parte do campo que observa, o pesquisador se expõe a circulação dos sentidos advindos da interação entre os atores, o que provoca modificações tanto nas formas de compreensão próprias ao pesquisador quanto naquelas próprias aos atores.

Além disso, a noção de reflexividade também põe em questão a noção tradicional de ciência, onde a aplicação rigorosa de um método científico seria o fator determinante para a obtenção da verdade através da consecução de um grau cada vez maior de objetividade (TERRAGNI, 2005, p. 144). A objetividade de pesquisa ao ser almejada pelo pesquisador faz com que o mesmo proclame a metodologia como uma espécie de intelecto que “procura superar os limites do sujeito do conhecimento” (p. 145). Para tanto, o pesquisador deveria estar capacitado para promover e manter uma relação distanciada para com os sujeitos. Este distanciamento representaria um pré-requisito fundamental para que ele não se envolvesse com seu objeto de pesquisa. Objetividade e distanciamento consistiriam, assim, nos grandes pressupostos dos paradigmas científicos tradicionais (p. 147).

Para a realização de um estudo de natureza reflexiva é preciso desfazer-se de todas as noções de pesquisa através das quais foram fixadas a ideia de que o “racional”, o “científico” e o bom estão estritamente relacionados chegando a equivalerem-se, tais como as noções fundadas pela perspectiva positivista. Neste tipo de pesquisa guiada por tais fundamentos não haveria lugar às formas “não-científicas” de conhecimento pautadas por sentimentos e opiniões, as quais corresponderiam a deficiências que deveriam ser controladas e superadas. Como afirma Sobottka (2005, p. 44): “o racional, o científico e o bom ficam

muito próximos do mundo masculino, reafirmando uma concepção sobre as mulheres com base em figuras como Eva e Pandora como responsáveis pelo mal que aflige o mundo”.

De modo contrário, na lógica da pesquisa reflexiva inspirada pela metodologia feminista, “o distanciamento do observador não só é considerado como impraticável, mas também como um limite ao processo de conhecimento” (TERRAGNI, 2005, p. 147). Isso porque, esta concepção de cientificidade com base em pressupostos masculinos denota uma relação vertical – de cima para baixo – entre “pesquisadores” e “pesquisados”, o que não permite transparecer as relações entre estes sujeitos (p. 148). Entretanto, as relações estabelecidas no âmbito dos processos investigatórios são extremamente significativas, pois representam interações entre “seres intencionais que criam e descobrem o significado das suas ações”, não sendo eles simples elementos que agem de acordo com uma suposta “realidade objetiva” (p. 150).

Neste contexto, o pesquisador não descreve uma realidade regida por leis gerais que governam a ação dos sujeitos, mas procura “entender o sentido das ações organizativas” (BOTTI, 2005, p. 125). A pesquisa deixa de ser concebida como um processo linear baseado na explicação de hipóteses, para se tornar um processo no qual o conhecimento se origina de interações entre “observadores e “observados”. Além disso, a pesquisa abandona a pretensão de atender a simples “descrição dos fatos reais”, e passa a ser entendida como “um texto construído para evocar uma compreensão dos fatos socialmente construídos” (Ibid.).

Nesse sentido, para se obter um processo de estudo coerente tanto em relação ao convívio cotidiano com os catadores no interior do MNCR/RS, quanto com os dilemas que configuram a questão social da reciclagem, o pesquisador precisa tomar distância da pretensão de querer ser apenas um “sujeito-observador”, o qual supor-se-ia estar situado fora dos processos históricos, para, desde aí, perseguir os sentidos verdadeiros, reais e inequívocos proporcionados pela razão cientificista. Para, ao contrário, tornar-se um “sujeito-intérprete” devidamente inserido em um “mundo-texto” mergulhado na polissemia e na obrigação de produzir sentido a partir de seu contexto de estudo (CARVALHO, 2002, p. 31).

Esta forma de conceber os sujeitos do conhecimento e seu contexto é o que caracteriza a dimensão reflexiva do próprio pesquisador enquanto sujeito do seu próprio processo de pesquisa. As relações dos atores societários são abordadas assim como são enfocadas as próprias relações do pesquisador no âmbito da produção científica. A noção de reflexividade, assim concebida, auxilia o pesquisador a operar uma ruptura entre a reflexão sobre si mesmo e sobre fenômeno social. Portanto, a metodologia reflexiva parte do pressuposto de que é impossível para o pesquisador separar a sociedade dos modos de

conhecê-la (FERREIRA, 2008, p. 35). Em uma escala menor, esta ruptura pode ser representada pela convicção de que é possível compreender questões significativas a cerca das organizações compreendendo o modo “como são definidos certos conceitos fundamentais no seu interior” (BOTTI, 2005, p. 126), ou seja, a partir da reflexividade dos atores nelas envolvidos.

1.1 REFLEXIVIDADE E INTERPRETAÇÃO

Para interpretar o modo como os catadores do MNCR/RS definem a sua própria realidade alguns nexos precisam ser situados entre as perspectivas reflexivas, fenomenológicas e interacionistas que fundamentam teoricamente o presente estudo. O primeiro nexo a ser situado é o conceito de sentido. Este conceito é tão complexo quanto o conceito de ação social, pois em sua composição constata-se que o mesmo possui a propriedade de ser um vínculo de natureza teórica entre categorias de análise e interpretação que pareçam duais e antagônicas, tais como as categorias de ação e estrutura, subjetividade e objetividade, sujeito e ator social (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 4-5). Isto porque, as apreensões subjetivas não têm sentido em si mesmas, entretanto elas representam o fundamento de onde pode emergir o sentido das ações e das experiências. Assim, estas apreensões podem ser interpretadas como sendo o sentido em sua forma mais elementar, em que o mesmo se apresenta como a consciência de que existe uma relação entre as várias experiências subjetivas. O sentido pode ser concebido, portanto, enquanto uma forma mais complexa de consciência intersubjetiva. Essa forma de abordagem remete à noção de estratificação e incompletude tanto do próprio sentido como da consciência mesma, ambos os quais podem estar sempre sendo aperfeiçoados enquanto componentes da vida cotidiana que capacitam os atores a tomar decisões. Ao assim capacitarem-se, os atores conseguem configurar níveis superiores de sentido por meio de avaliações de valores e interesses, através dos quais eles conseguem perceber as interações entre os atores envolvidos. O lugar de formação de sentido é a consciência do indivíduo, lugar onde ele se torna individualizado e socializado simultaneamente (p. 3).

Nesta mesma direção também aponta a fenomenologia de Mead (1953, p. 168-170) ao preconizar que a articulação entre o sentido e a consciência individual é mediada pelo processo de interpretação pessoal dos significados provenientes da atividade social em que o sujeito está inserido. Esta atividade hermenêutica por parte do indivíduo é o que possibilita-o a ser, simultaneamente, sujeito e objeto de si. Dessa forma, ao se utilizar de uma terminologia

clássica, este autor remete à idéia de que a consciência de si é, no fundo, um tipo específico de saber reflexivo que o indivíduo nutre acerca das suas próprias ações (Ibid.).

Outro nexos entre as abordagens consiste na noção de interação interpretativa. Esse conceito conduz o pesquisador a refletir sobre a origem do sentido, cuja construção não decorre a partir de fatores unicamente individuais, mas é originado através da interação humana, pois todos os conjuntos de significado são produtos sociais (BLUMER, 1980, p. 121-122). Entretanto, os sentidos somente podem ser apropriados e utilizados pelos sujeitos através de um processo de interpretação composto por duas diferentes etapas: a primeira é aquela em que os sentidos são identificados e determinados pelo indivíduo, através da comunicação consigo mesmo ou através de sua “auto-interação”. E a segunda etapa se dá quando se estabelece uma “manipulação de significados” pelo sujeito desde o ponto de vista de seu contexto social, ou seja, os significados são selecionados, agrupados, modificados e utilizados como forma de orientar e constituir ações sociais. Ao serem realizadas essas operações interpretativas, o indivíduo empenhado nesta auto-relação deixa de ser um organismo que apenas reage de um modo não-simbólico, para tornar-se um ator capaz de elaborar diretrizes através de sentidos simbólicos para a sua ação e seu comportamento dentro de uma realidade social por ele interpretada (p. 124-131). Desse modo, a ação coletiva é concebida como o resultado de um processo de interação interpretativa levado a cabo pelos sujeitos que se articulam e encadeiam juntos suas estratégias de ação. Por isso, é que por trás de qualquer ação coletiva existe um conjunto de significados que lhe confere sustentação (p. 135).

Tal conjunto de significados, o qual sustenta as ações dos indivíduos ao conferir-lhes sentido, pode ser elucidado pelo pesquisador-intérprete do social através da passagem de uma interpretação formulada obtida pelo contexto imediato de ação, para uma interpretação refletida obtida através da reflexão teórica (WELLER, 2005, p. 273). Ou seja, deve-se pressupor dois níveis de interpretação: o nível da interpretação formulada como sendo o âmbito da descrição do que é formulado pelos atores para uma linguagem que também possa ser compreendida por quem não pertence ao meio. E o nível da interpretação refletida enquanto “observação de segunda ordem” sobre o “quadro de referência” (*frame of reference*), que orienta as falas, as ações e as motivações dos indivíduos ou dos coletivos em questão. Assim, a interpretação de segunda ordem teria por fim reconstruir, de modo reflexivo, este “quadro de referência” (Ibid., p. 277) responsável pela produção dos sentidos dados à ação dos sujeitos. Deste modo, a pesquisa reflexiva demanda um exercício de dupla hermenêutica (MELUCCI, 2005, p. 33), não como meio de obtenção de conhecimentos

absolutos advindos de dados incontestáveis, mas para a consecução de uma definição plausível sobre a forma como os atores procuram conferir sentido às suas próprias ações.

A importância deste tipo de pesquisa reside ainda no fato de que as condições de miséria e dominação que marcam os catadores não conduzem esses sujeitos automaticamente à ação coletiva. Ou seja, estas condições em si não orientam esses sujeitos à construção de um movimento social que vise lutar para o encaminhamento adequado de sua questão social. Nesse ponto, ressalta-se o nexo entre a perspectiva reflexiva e as teorias da ação coletiva, pois para que uma ação coletivamente coordenada possa ocorrer é necessário que exista, antes de tudo, um trabalho de enquadramento interpretativo (*framing*) que confere sentido aos descontentamentos dos atores societários (TARROW, 2009 p. 41). A partir disso, é que pode-se compreender o que leva os sujeitos vítimas de injustiças e subordinações a desempenharem uma ação conjunta e coordenada contra tais circunstâncias. Pois, uma das condições fundamentais para entender a ação coletiva é o processo de interação interpretativa levado a cabo pelos sujeitos que se articulam e encadeiam conjuntamente suas estratégias de ação. Este tipo de interação é o que pode elucidar o modo pelo qual “os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo” (GOHN, 2008, p. 442).

Os sentidos compartilhados entre os membros de um coletivo, como um movimento social, representam o substrato de uma reinterpretação da história desses atores que possibilita a construção de novas referências simbólicas a serem disseminadas no cotidiano dos coletivos dos grupos “subalternos” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 513). É a partir desses esquemas compartilhados que os movimentos se enraízam na vida cotidiana dos indivíduos e das coletividades (DOMINGUES, 2003 p. 477-478).

Ao se enfatizar os processos de estruturação dos sentidos e significados, se torna necessário esclarecer a natureza de tais processos, pois os mesmos não configuram fatos acabados “prontos para serem revelados ou descritos em benefício do próprio público eventual” (BOTTI, 2005, p. 125). Ou seja, não existe um “estado ontológico atribuído aos *patterns of meaning*, aos estudos de comportamento e aos *frames of reference*”, isso porque qualquer conhecimento obtido pelo pesquisador decorre “de uma atividade hermenêutica de outros e de tradução entre os *frames of reference*, seus próprios e aqueles do grupo que está estudando” (Ibid.).

O que se pretende a partir da utilização destes conceitos é situar teoricamente os sentidos e frames em meio à articulação de distintos atores na constituição de processos sociais concretos relacionados à questão social da reciclagem no Rio Grande do Sul. Para

tanto é preciso focalizar também os processos que produzem efeitos de poder no âmbito social através da “tradução estruturante” (BOTTI, 2005, p. 138) destes processos. Ou seja, se pretende abordar também como que, a partir dos processos de tradução dos quadros interpretativos do MNCR/RS, se estabelecem as interações para que a questão social da reciclagem seja encaminhada da forma mais adequada para estes atores no interior de um determinado contexto. No fundo, se trata da “tradução de um modelo de organização social” (Ibid.) no ambiente específico da reciclagem.

1.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O que se intenciona para o presente sub-capítulo é traçar uma estratégia de pesquisa que permita, primeiramente, explicitar o porquê da escolha do MNCR/RS enquanto um ambiente de relações privilegiado de pesquisa e de estudo. Posteriormente, a consecução de uma estratégia de interpretação passa por elucidar as definições operacionais de pesquisa. E, por último, esta estratégia deve estar pautada pelos problemas e os objetivos desta mesma pesquisa. A estratégia de pesquisa visa, com isso, facilitar a interpretação do processo de compartilhamento de sentidos entre o presente pesquisador e os atores cujas relações compõem o objeto de interpretação deste estudo.

1.2.1 Porque o MNCR/RS

No Rio Grande do Sul existem pelo menos duas organizações gerais que disputam a representação dos catadores em nível estadual, a Federação das Associações de Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul (FARRGS) e o MNCR/RS. Optei por estudar as relações e os processos deste último por três motivos: primeiramente, porque creio que este movimento representa uma expressão sociopolítica fundada por sentidos de autonomia e de resistência ao processo globalizador e de seu intento de consolidar um único modelo de desenvolvimento com base no capital e no mercado (WANDERLEY, 2004, p. 68). Em virtude desta dimensão política e social acredito que o MNCR/RS não veio a se esvaecer em formas assistencialistas (SOBOTKA, 2003) ou mercadológicas (MONTAÑO, 2003) dos encaminhamentos dados às problemáticas sociais dos catadores.

Em segundo lugar, como forma de não ficar restrito a dimensão de uma simples crença (sem, no entanto, desconsiderar a sua importância para um estudo reflexivo) pretendo situar como ocorrem os processos interpretativos que garantem a crítica feita pelo MNCR/RS

em relação aos ditames mercadológicos e aos demais encaminhamentos despolitizados de mudança de um contexto de grandes desigualdades tal como o que historicamente vigora na reciclagem.

E por último, decidi-me por realizar um estudo referente a um movimento social, também motivado em contribuir para o aprofundamento de uma abordagem situada no interior de processos e relações sociais através dos sentidos e *frames* deles resultantes. Pois esta forma de interpretação não é muito usual na produção literária sobre movimentos sociais e redes políticas e sociais no Brasil, onde o debate teórico ainda é bastante pautado pelas discussões em torno da mobilização de recursos, do processo político em si e dos novos movimentos sociais (ABERS; BÜLOW, 2010, p. 4).

Desse modo, estas três motivações me levaram a optar pelo estudo das relações e dos processos protagonizados pelo MNCR/RS como forma, de fundo poder compreender a minha própria ação enquanto estudioso inserido neste movimento. Para isso, procuro interpretar a forma como são constituídos os quadros interpretativos em uma hermenêutica de segunda ordem a fim de contemplar o processo de compartilhamento de sentidos entre o presente pesquisador e estes atores. As relações mútuas estabelecidas entre mim e os atores do MNCR/RS representam uma parte extremamente significativa de minhas próprias experiências e expectativas que através deste estudo procuro compreendê-las de modo mais qualificado. Conforme pronuncia Streck (2005, p. 24):

Envolver-se seriamente na pesquisa implica, mais cedo ou mais tarde, pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades. O pesquisador não entra no seu campo de pesquisa como um elemento estável e fixo. Ele muda porque (ou quando) aprende. A escrita dos resultados é por isso também um exercício de auto-escrever-se.

Nesta incessante busca por novas formas de pesquisa enquanto pronúnciação do mundo (Ibid.) é que o pesquisador depara-se com o principal e mais difícil desafio que consiste, precisamente, em além de pesquisar o outro, pesquisar a si mesmo.

1.2.2 Definições operacionais

Para que o presente estudo consiga ser pautado por uma hermenêutica reflexiva e de segunda ordem, é preciso deixar claro quais serão as ferramentas conceituais utilizadas para a obtenção deste tipo de interpretação. A reflexividade deste processo de pesquisa requer a atenta reflexão sobre os conceitos e a desconstrução das suas propriedades para que o

pesquisador possa definir as unidades de interpretação e o modelo de investigação a ser seguido. Tarefas que ao serem cumpridas garantem o recolhimento de informações sobre “casos disformes” (GOBO, 2005, p. 103), por isso é que as definições são aqui trabalhadas com a finalidade de se obter um grau cada vez maior de unicidade dos conjuntos de significados no interior do processo de pesquisa. Principalmente quando se trata de “acertar de modo sistemático as modalidades com as quais uma série de conceitos está presente numa série de casos, então a definição lexical precede o trabalho de campo” (Ibid.). Ou seja, as definições lexicais de caráter operacional consistem nas convenções que estipulam de modo mais detalhado os critérios teóricos da pesquisa empírica (p. 105).

As definições operacionais auxiliam o pesquisador a “disciplinar a pesquisa empírica e o uso coordenado de conceitos” (Ibid.). Tal operacionalidade decorre do processo de conversão das propriedades de um conceito em indicadores. Entretanto, esta conversão não é automática e fixa, mas mutável conforme as situações específicas de pesquisa. A consecução de variáveis e indicadores de pesquisa representam “o êxito da definição operativa, o seu terminal, a prótese com que o pesquisador recolhe as informações” (p. 111). Para possibilitar isto, o pesquisador tem que estabelecer o modo como vai ressaltar e registrar os estados específicos das observações e investigações de campo. Ao obter-se os indicadores, pode-se a partir deles estabelecer as próprias definições operacionais e, com isso, avançar em “um passo decisivo para reduzir a opinabilidade das nossas afirmações, para conseguir uma maior intersubjetividade ao invés de conferir certeza às mesmas” (Ibid.). Assim, “conceitualização e operacionalização se entrelaçam em um contínuo processo de recíprocos ajustamentos em virtude da possível re-especificação da originária formulação de um conceito, ou seja, de uma re-conceitualização do dado” (Ibid.).

1.2.2.1 Experiências e vida cotidiana

Como forma de operacionalizar as definições utilizadas nesta pesquisa, serão decompostos dois conceitos: o primeiro, a qual já foi um pouco definido antes, é a que lida com a noção de “sentido” e o segundo trata da ideia de “frame”. Sobre a ideia de sentido enquanto uma definição operacional de pesquisa, conforme Melucci (2005, p. 29-30), o sentido se produz por meio de relações sociais, sendo ele o maior dos significados que emerge dessas relações. Ao se pesquisar qualitativamente o sentido está-se pesquisando, em última análise, as próprias relações sociais que o configuram. Pois, o mesmo se converte em ação e a ação, assim concebida, deixa de ser um simples comportamento individual e passa a ser uma

construção intersubjetiva de significados através das interações mútuas entre os atores (p. 40-41). Assim concebido, o conceito de sentido é, enquanto definição operacional, parte das apreensões subjetivas que ganham sentido quando são compartilhadas através da instauração de um vínculo simbólico entre as várias experiências de sujeitos diferentes. Esta vinculação entre as muitas experiências formam, a seu turno, os acervos de conhecimento acessíveis na vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 158). O sentido é produzido pela capacidade reflexiva dos atores (MELUCCI, 2005, p. 320).

Portanto, quando se fala de sentido se está falando de “acervos de conhecimento”, de “tipificações das experiências” (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 59) efetuadas através da linguagem. É por intermédio da linguagem que pode-se agrupar as experiências em amplas categorias, conferindo sentido intersubjetivo às mesmas experiências (Ibid.). Desta forma, as experiências podem ser continuamente reunidas em ordenamentos de significados através dos nexos estabelecidos pela linguagem entre diferentes zonas da vida cotidiana, integrando-as em conjuntos significantes dotados de sentido. As noções de experiências, vida cotidiana e sentido se encontram, portanto, estreitamente associadas neste estudo como forma de constituir uma das definições operacionais de pesquisa.

1.2.2.2 Expectativas e história

A fenomenologia, enquanto uma escola da sociologia, estuda a vida cotidiana através de uma série de conceitos. Segundo a sociologia fenomenológica, no mundo da vida impera uma espécie de “atitude natural” dos fenômenos sociais onde cada objeto e cada ator não é percebido de forma isolada mas dentro de uma “familiaridade típica”, constituída por um “pré-conhecimento”, o que, por sua vez, implica em um não-questionamento desses mesmos fenômenos sociais. No mundo da vida cotidiana imperam as “experiências”, os “interesses pragmáticos”, os “papéis sociais” e os “estoques de conhecimento” (DOMIGUES, 2003, p. 464). Desse modo, para as correntes tradicionais da fenomenologia, assim como também no interior da obra de Habermas, o “mundo da vida” possui uma composição pré-reflexiva, que se toma como dada, aludindo à repetição das coisas tal qual elas são previamente conhecidas. Também a noção de ação supõe, a partir deste modo de interpretação, uma mera experiência ou “vivência” (*erlebnis*) sobre a qual não se pode refletir, “ou a sua reorganização aí sim reflexiva, de *modo contemplativo*, por meio da qual se atribuiu sentido à ação – a uma ação passada” (p. 467). Ao falar de cotidiano e experiência, as vertentes mais tradicionais da fenomenologia adotam uma perspectiva sobre a existência

social potencialmente “conservadora” ao renunciar à tematização da mudança dos valores, normas e instituições (p. 469-470).

Enquanto alternativa a esta deficiência da perspectiva fenomenológica, porém, em intenso diálogo com ela, a ideia de ação deixa de depender apenas do âmbito da experiência ou da simples “vivência”. Pois há outro fator constituinte da ação que reside no “horizonte de expectativas”, enquanto um aspecto que se desenvolve do mesmo modo que as experiências, ou seja, de forma intersubjetiva. Destarte, experiências e expectativas não podem existir em completa autonomia umas das outras, pois “as expectativas podem mudar a experiência, onde somente as novas experiências são surpreendentes excedendo os limites das experiências prévias” (DOMINGUES, 2003, p. 471). Com relação ao horizonte de expectativas dos movimentos sociais na era moderna, este corresponde, entre outras coisas, à “necessidade de realizar a transcendência das condições sociais imperfeitas em que nos encontramos e nas quais a liberdade (e a igualdade e a solidariedade) se vê manietada devido precisamente a essas limitações” (p. 474).

Conforme Tarrow (2009, p. 140) existe um paradoxo na forma como os movimentos desenvolvem seus horizontes político-simbólicos. Tal condição paradoxal situa-se no ponto em que os símbolos de natureza familiar às pessoas, os quais são baseados em suas próprias culturas podem levar à passividade. De modo oposto a isto, as possíveis transformações nos horizontes simbólicos dos movimentos...

[...] são o resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança. Os símbolos da ação coletiva não podem ser lidos simplesmente como um “texto”, independente das condições de luta em que estão inseridos. Nem são simples projeções da cultura nativa nas estratégias políticas. De um reservatório cultural de símbolos possíveis, os organizadores de um movimento escolhem aqueles que supostamente farão a mediação entre o entendimento cultural do grupo ao qual se dirigem, suas próprias crenças e aspirações e suas situações de luta. Para relacionar o texto ao contexto, a gramática da cultura à semântica da luta, precisamos de um conceito adequado à natureza interativa dos movimentos social. Um grupo contemporâneo de estudiosos propõe tal conceito através da ideia de “quadros interpretativos” da ação coletiva (TARROW, 2009, p. 143).

Os quadros interpretativos das ações coletivas, ou os “frames de movimento”, aos quais este autor faz referência, compõem uma categoria especial de entendimento cognitivo, através dela é que se pode enfatizar “a gravidade e a injustiça de uma condição social” ou redefinir como “injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável” (TARROW, 2009, p. 143-144). A partir disto, os movimentos nomeiam “os descontentamentos, conectando-os a outros descontentamentos” formando, assim quadros repletos de sentidos, os quais dialogarão com “as predisposições culturais de uma população e enviarão uma mensagem uniforme para os detentores de poder e outros” (Ibid.). A

constituição de frames não está relacionada unicamente com a generalização dos descontentamentos, mas contribui para a definição de um “nós” e de um “eles” no interior de um contexto de conflito (p. 41). Além disso, os enquadramentos interpretativos das ações coletivas dos movimentos buscam dignificar e justificar essas ações, aperfeiçoando as perspectivas políticas dos movimentos (p. 121). Deste modo concebidos, os quadros interpretativos estão vinculados às experiências cotidianas que configuram um determinado contexto cultural e estratégico e às expectativas de mudança social das situações de injustiça que afligem os catadores em sua organização enquanto um movimento social, ou seja, em sua atuação coletiva que luta por “transformações sociais obtidas através de ações intencionais” (DOMINGUES, 2003, p. 482).

A partir dessas considerações, sentidos e quadros interpretativos são escolhidos como importantes definições operacionais a serem utilizadas nesta pesquisa. Primeiramente, quando se fala de sentido está se falando de uma junção de significados conferidos ao ato de agir dos catadores em relação à sua vida organizacional e ao seu trabalho cotidiano. E em segundo lugar, quando se fala de quadros interpretativos da ação coletiva, ou “frames de movimento” está-se referindo a um conjunto de sentidos provenientes das experiências e das expectativas dos atores. Estes atores nutrem, por sua vez, uma gama de expectativas comuns relacionadas com os descontentamentos e com as injustiças que configuram as possibilidades de mudanças históricas presentes na questão social da reciclagem. Neste sentido, uma das principais tarefas que cabem aos movimentos sociais é trabalhar os descontentamentos através de quadros interpretativos que situam as injustiças, apontam responsáveis e propõem soluções e encaminhamentos às suas questões coletivas. Este processo de enquadramento é de natureza “cognitiva e avaliadora” e tem por função traduzir os descontentamentos em reivindicações mais amplas destinadas às autoridades (TARROW, 2009, p. 145).

Os indicadores que dizem respeito às experiências e expectativas constantes neste estudo contribuem para reconstrução teórica e reflexiva tanto do quadro interpretativo dos catadores do MNCR/RS, quanto do *frame* compartilhado junto a alguns outros atores e instituições no interior da questão social da reciclagem. Portanto, a estratégia de organização deste estudo dá-se, assim, da seguinte forma: a partir do recolhimento de informações empíricas sobre experiências e expectativas, verificar-se-á como as mesmas se constituem em sentidos compartilhados entre os atores e em quadros interpretativos da ação coletiva dos catadores, os quais possibilitam a própria existência do MNCR/RS enquanto um movimento social assim como as suas articulações em rede junto a outros atores e instituições.

Logo a seguir no diagrama 1 pode-se constatar a forma como está estruturado de modo operacional o presente estudo:

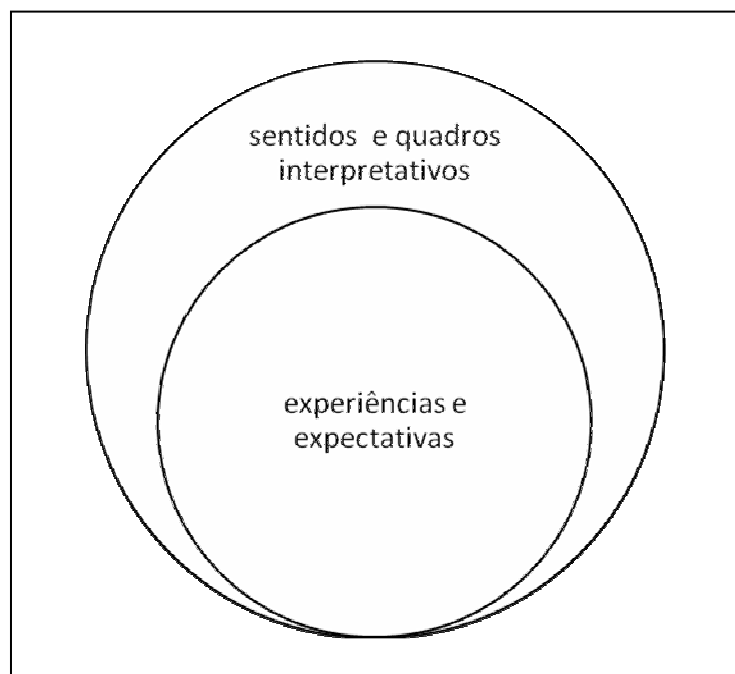


Diagrama 1 – Os indicadores e as definições operacionais de pesquisa
Fonte: O autor (2010)

Com a utilização das definições operacionais acima obtidas através do emprego dos indicadores de experiências por um lado, e de expectativas por outro, espera-se verificar como a história e a mudança social podem se articular à vida cotidiana, para além dos processos absolutamente não-intencionais e amiúde mais localizados que caracterizam esta última (DOMINGUES, 2003, p. 483). Além disso, pretende-se realizar uma mediação conceitual entre vida cotidiana e história como forma de colocar “em relação os vínculos estruturais e os comportamentos concretos” (MELUCCI, 2005, p. 323).

A relação entre ambas dimensões pode ser desenvolvida por um movimento social de luta pelos direitos dos catadores, tal qual o MNCR. Para fazer com que isto ocorra, este movimento precisa, entretanto, consolidar um modo de interpretação da realidade cotidiana dos catadores e da questão social da reciclagem como forma de não ficar em desvantagem na luta contra poderosas instituições pela definição dos sentidos, assim como conseguir respaldo para suas propostas junto a outros atores sociais e políticos. Assim como afirma Tarrow (2009, p. 41): a luta dos movimentos não ocorre “apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação”. Para elucidar os processos que visam consolidar outros sentidos a cerca da

referida questão social através dos elementos conceituais estabelecidos acima, é que foram estipulados os seguintes problemas e os objetivos de pesquisa.

1.2.3 Problemas e objetivos de pesquisa

As considerações a cerca das definições operacionais ajudam a subsidiar a consecução da seguinte problemática de pesquisa: Como os catadores articulados junto ao MNCR/RS estabelecem sua interpretação da realidade em que eles próprios encontram-se inseridos? Ou seja, como as experiências e expectativas destes atores são traduzidas de forma reflexiva em um quadro interpretativo de sua ação coletiva? E, por último, como este frame de movimento contribui para o encaminhamento da questão social da reciclagem articulado em rede junto a outros atores e instituições? A partir dessas indagações, pretende-se interpretar o modo como esses catadores definem reflexivamente seu contexto social, bem como compreender os processos de interação com outros sujeitos e organizações. A intenção do presente estudo é interpretar como o “texto” proveniente de um quadro interpretativo constituído no interior do MNCR/RS interfere em seu “contexto” de ação (TARROW, 2009, p. 141).

No âmbito dos objetivos, o objetivo geral consiste em interpretar com base em fundamentos teóricos, metodológicos e empíricos os aspectos principais da reflexividade dos catadores que possuem um significativo acúmulo de experiência forjado no interior dos processos de organização do MNCR no Rio Grande do Sul.

Enquanto objetivos específicos, o presente estudo visa, primeiramente, ressaltar os vínculos pessoais, sociopolíticos e acadêmicos entre pesquisador e atores como forma de consecução de um estudo reflexivo e cooperativo. Já em segundo lugar este estudo objetiva contextualizar os aspectos que configuram a realidade dos catadores nos dias atuais através da ideia de questão social da reciclagem. E, como terceiro objetivo específico, procura-se interpretar a forma como são traduzidas mutuamente as experiências e as expectativas dos referidos atores em quadros interpretativos, os quais tornam possíveis as articulações em rede junto a outros atores e instituições.

Em síntese, objetiva-se realizar um estudo de natureza reflexiva e, portanto, teórica a cerca dos referidos catadores através da pesquisa empírica sobre a formação de um quadro interpretativo, o qual contribui para que os catadores confirmem sentido à sua ação coletiva em um contexto desigual e repleto de outros sujeitos e instituições atuantes. Para tanto é necessário lançar mão de uma metodologia que seja capaz de elucidar as relações e os

processos presentes na questão social em foco. Este estudo visa, dessa forma, a confecção de um documento “legível e utilizável, que retorne ao público com a intenção de promover um diálogo” (TERRAGNI, 2005, p. 154) junto aos meios acadêmicos, sociais e políticos sobre as formas de interpretação e encaminhamento da questão social enfocada neste estudo.

1.3 POR UMA METODOLOGIA REFLEXIVA E COOPERATIVA

Neste ponto, é imprescindível frisar que um estudo pautado por uma metodologia reflexiva difere de forma decisiva das reflexões e das práticas metodológicas tradicionais nas quais a influência do ator social representa um elemento de perturbação que poderia impedir “a aplicação rigorosa dos procedimentos típicos dos métodos científicos” (RANCI, 2005, p. 44). O que ocorre neste âmbito mais tradicional de pesquisa é o predomínio de uma visão dualística conforme a qual apenas a separação precisa entre o pesquisador e o ator social é o que poderia tornar válido um processo cognoscitivo de pesquisa (p. 46). Já em uma outra perspectiva metodológica, a relação entre pesquisador e ator além de ser uma nova e vigorosa fonte de novos problemas metodológicos é também uma oportunidade única do estudioso conseguir “observar os aspectos pouco evidentes do fenômeno em estudo e para colocar à prova, graças ao confronto com interpretações de sentido comum, os próprios esquemas explicativos” (p. 45). Neste sentido, a própria relação entre pesquisador e ator social necessita ser colocada em evidência, pois a prática de pesquisa não busca apenas obter apenas a disponibilidade do ator social em colaborar com a pesquisa, mas trata da possibilidade mesma do pesquisador “apoderar-se de chaves interpretativas e de competências lingüísticas”, as quais podem soar constantemente estranhas ao pesquisador (p. 54). Para tanto, é preciso considerar a investigação social não somente como uma forma de exploração da realidade social, mas como um “jogo relacional”, no qual...

[...] são implicados o pesquisador (e a comunidade científica da qual participa) e os atores sociais que, por diversas formas, são solicitados para colaborar na pesquisa. A qualidade dos resultados atingidos pela pesquisa depende, assim, não só das categorias conceituais e explorativas do pesquisador, mas também da sua capacidade de fazer deste jogo uma importante fonte de informações e de interpretações (Ibid., p. 61).

Este “jogo relacional” ocorre quando o ator social é estimulado a partir de questões cognoscitivas, as quais consigam produzir definições próprias da realidade, cujo interesse pelas mesmas é despertado no pesquisador. Neste jogo de relações, a regra vigente é a que estabelece um tipo específico de troca entre o ator social e o pesquisador, no sentido de

estabelecimento de um confronto que possa submeter à crítica os esquemas explicativos tanto deste e quanto daquele, enquanto sujeitos envolvidos no mesmo processo de produção de conhecimento (p. 65). Em síntese, o método reflexivo consiste em investigar todas as operações de pesquisa realizadas com a finalidade de “potenciar a capacidade do pesquisador e do ator social de observar como se está observando e como se está interpretando” (p. 66).

No contexto deste estudo, o pesquisador e os atores figuram como cúmplices ao estarem ambos comprometidos, através dos acordos provenientes das regras que vão se estabelecendo nesse jogo de relações, a “construir as ideias de modo que se sustentem em pé” (NERESINI, 2005, p. 82). Deste modo, quando se realiza uma investigação está-se “construindo o mundo da pesquisa social em colaboração com os sujeitos que estamos entrevistando, observando, registrando” (Ibid.). Tanto que a construção dos objetos de interpretação deve ser feita enquanto um processo estabelecido entre os próprios atores como forma de estruturação da realidade de estudo e pesquisa em que pesquisador e ator se envolvem mutuamente enquanto protagonistas desta mesma realidade.

O ato de envolver-se mutuamente com os processos que dizem respeito aos catadores, não unicamente em termos de planejamento e execução de questões pontuais, demanda um alto grau de reflexividade e produção conjugada de sentido entre estes atores e o presente pesquisador. Assim sendo, a própria pesquisa se converte numa instância propícia à articulação de encontros entre os distintos sujeitos envolvidos em um mesmo processo com a finalidade de que se estabeleçam negociações acerca das melhores formas de “pronunciar o mundo” (STRECK, 2005, p. 28).

O que se procura neste estudo é ressaltar os aspectos que tornam efetivas as relações cooperativas presentes na prática de pesquisa (NAVARINI, 2005, p. 168). Isto porque, estes aspectos ajudam a evidenciar as ações no momento em que são refletidas e executadas, o que possibilita que o pesquisador consiga construir “teorias acerca da prática no contexto social colocando-se dentro dele”, para assim, conseguir verificar “as teorias que, geralmente, constrói através de experimentações participadas”. Esse tipo de posicionamento do pesquisador em seu campo de estudo possibilita a interpretação da “ação no seu fazer-se e não como produto” (Ibid.). A intenção com isso é adotar uma metodologia de estudo das ações coletivas no momento em que elas são planejadas, avaliadas e justificadas entre os atores implicados em instâncias de decisão e de debate coletivo.

Para que a pesquisa consiga captar a ação no momento em que a mesma acontece, é imprescindível que ocorram relações de caráter cooperativo entre ator e pesquisador onde “o ator ajuda o pesquisador a pesquisar e o pesquisador age em conjunto com o ator”

(NAVARINI, 2005, p. 169). Este nível de cooperação entre ambos sujeitos de pesquisa proporciona, portanto, uma “aprendizagem co-generativa” que se constitui através da “ativação contínua de mecanismos de *feedback* entre o pesquisador e os diversos atores sociais presentes no campo” (p. 170). Tais mecanismos são designados como formas de se “colocar em comum as diversidades dos pontos de vista e as informações parciais das quais cada um dispõe, objetivando construir uma análise o mais possível conjunta” (Ibid.). Este tipo de estudo pode ser caracterizado como uma relação de troca, dentro da qual, o pesquisador, por algumas vezes, oferece “os frutos da imaginação para alimentar o pensamento dos outros” (BOTTI, 2005, p. 131).

Entretanto há um dilema relacionado a este tipo de pesquisa reflexiva que se baseia na cooperação entre os atores e o pesquisador. Essa condição paradoxal, em certa medida, está relacionada ao fato do pesquisador não poder, “todavia, ser ao mesmo tempo ator e observador de si mesmo” (NAVARINI, 2005, p. 175). Como forma de conseguir equacionar tal dilema, o pesquisador precisa pôr-se em contato, não com uma “representação fotográfica da realidade (problemática ou não) que ele encontra diante de si, mas, com uma co-construção da mesma” (Ibid.). A consecução desta “construção simbólica conjunta” acontece nos momentos em que a ação em si é pausada para se constituírem períodos nos quais ocorrem “a digestão dos dados”, onde, “o pesquisador reflete sobre o material recolhido, sobre seus conteúdos e formula outras eventuais interrogações, discutindo-as sucessivamente” junto aos atores num processo que pode ser definido como “*feedback* compartilhado” (TERRAGNI, 2005, p. 153). Tais espaços de *feedback* tornam explícitos a polissemia e conflito entre as diferentes formas de se perceber e se interpretar uma mesma realidade (NAVARINI, 2005, p. 185). Concretamente estes espaços de *feedback* consistem nas diversas instâncias de deliberação do MNCR/RS, tais como reuniões da coordenação executiva, reuniões estaduais e todas as demais atividades de deliberação e debate de ideias das quais pude participar em conjunto com o referido movimento. Estes espaços compartilhados são fundamentais à coleta e discussão dos dados empíricos. A subsequente interpretação destes dados, diferentemente das pesquisas tradicionais, não “ocorre ao término da fase de pesquisa de campo, mas procede paralelamente, refletindo-se sobre ela” (TERRAGNI, 2005, p. 153).

1.4 IDENTIDADE E ACORDO DE PESQUISA

No que diz respeito ao último elemento metodológico proposto por este estudo, ressalta-se que a relação entre o pesquisador e os atores é ao mesmo tempo cognoscitiva e ativa e deve ser explicitada enquanto um dos objetos de interpretação através de uma espécie de “contrato” que sirva para esclarecer o papel e a posição do pesquisador em relação ao ator (NAVARINI, 2005, p. 178). No interior desta “relação contratual” estabelecida durante a pesquisa, a explicitação de alguns aspectos de referência sobre a construção da identidade do pesquisador frente aos atores torna-se imprescindível. Um destes aspectos se refere à própria identidade de pesquisador, a qual é construída enquanto uma “identidade situada”, não como uma “realidade ontológica, fixa e estável”, mas o “resultado de um jogo recíproco ditado pela modalidade da relação e através do qual ninguém nos garante de sermos reconhecidos por aquilo que acreditamos ser” (p. 181).

A visualização de uma relação de cooperação deve, assim, ser estipulada por meio de um acordo discutido entre o pesquisador e os atores sociais. Tal acordo acontece quando o pesquisador negocia junto aos atores “o reconhecimento do seu papel de estudioso, e não de experto, em fase de aprendizagem” (BOTTI, 2005, p.128). A partir disso, o pesquisador procura situar a si mesmo como um “estudante”, ou melhor, como um estudioso, o qual possui “algo para aprender, para receber e para dar” (TERRAGNI, 2005, p. 153). O processo de negociação da identidade de estudioso das relações e dos processos sociais protagonizados pelos catadores do MNCR/RS foi discutido junto com estes atores em uma reunião de coordenação executiva ocorrida no dia 20 de setembro de 2009 em Gravataí. Ocasão na qual apresentei alguns resultados preliminares da revisão bibliográfica dos conteúdos sobre questão social da reciclagem aos seis coordenadores deste movimento no estado do Rio Grande do Sul. A constante discussão das considerações deste estudo com os catadores constituiu um importante fator de legitimação, ainda que temporária, de minha identidade de estudioso no interior deste movimento. Sendo que a temporalidade desta condição foi o que me proporcionou a suspensão, também transitória, das atividades de engajamento para a realização das atividades de sistematização e interpretação dos dados empíricos coletados durante este estudo. A legitimidade da prática de estudo em meio aos catadores do MNCR/RS deriva, por conseguinte, do exercício constante de convencimento da importância do conhecimento produzido pela atividade de pesquisa para a potencialização dos processos sociais nos quais estes atores encontram-se envolvidos nos dias atuais. Tal como afirma

Melucci (2005, p. 27): “o conhecimento é sempre mais necessário aos atores e é sempre mais incorporado às práticas sociais”.

A importância da produção social do conhecimento científico adquire vantagem em relação aos outros tipos de conhecimento em consequência da disposição de recursos institucionais direcionados ao desenvolvimento de sua produção (MELUCCI, 2005, p. 38). Esta produção é, assim, assegurada por instituições que fomentam as condições necessárias à existência daquilo que Neresini (2005, p. 81) designa como sendo um “outro lugar, em relação ao aqui do mundo da vida cotidiana, isto permite ao pesquisador colocar-se a um nível diverso, de operar aquela passagem que indica o início de um processo de conhecimento”. Este referido autor situa, ainda, este “outro lugar” da prática de pesquisa social como que localizado entre um espaço e outro, onde de um lado:

[...] não podemos, então, conhecer nada sobre o mundo da vida cotidiana – obviamente em termos sociológicos – até que façamos parte dele; de outro, quando somos destacados colocando-nos no mundo da pesquisa social ele nos segue, assumindo, porém, características que o tornam diverso do original. A pesquisa social trabalha com um tipo particular de fenômenos sociais: aqueles que tomam forma dentro do mundo da pesquisa social sobre a base dos seus pressupostos (Ibid.).

A conformidade com a destinação de tempos e espaços próprios à prática de pesquisa e estudo da dimensão social das relações e processos protagonizados pela ação dos catadores é o que garante a continuidade destes processos de produção de conhecimento, os quais são caracterizados por manterem a reflexão sobre as condições sociais da produção das próprias práticas. Muitas vezes, no entanto, esta prerrogativa não pode ser garantida aos atores em função da falta de tempo e recursos que garantam os espaços reflexão da sua própria ação (MELUCCI, op. cit., p 38). Fatores por intermédio dos quais a produção de conhecimento pode tornar-se efetiva.

1.5 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE PESQUISA

Para visualizar quais procedimentos técnico devem ser empregados como forma de efetivação deste processo de estudo é preciso, antes de tudo, destacar a existência de um tipo de consciência interpretativa situada no interior da noção de reflexividade que se expressa através de uma linguagem que objetiva o mundo e o converte em experiência intersubjetiva (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 204). Deve-se, no entanto, ter claro que as palavras e as expressões não possuem o mesmo significado para todos os indivíduos, pois os mesmos

termos empregados fazem sentido de acordo com o seu contexto específico de produção (FODDY, 1996, p. 43-45).

Como forma de operacionalização deste estudo, torna-se preciso documentar os contextos concretos de produção dos sentidos estabelecidos pela linguagem dos atores. Para isso, são utilizados os seguintes instrumentos empíricos de pesquisa: um diário de campo composto pelo registro das observações de impressões contextuais, e pela documentação das conversas e diálogos estabelecidos entre os atores e o pesquisador e entre os atores com relação a outros atores situados fora do MNCR/RS, e, também, por anotações realizadas nos momentos de reunião tanto do referido movimento, quanto de instâncias mais amplas com outros atores. Ou seja, cada instância deste movimento ou reunião com demais atores foi considerada enquanto uma observação de campo com a finalidade de coleta de dados empíricos. Também foram realizadas quatro entrevistas: duas em Porto Alegre na base Cavalhada do MNCR/RS e duas entrevistas realizadas na base do município de Santa Cruz do Sul deste movimento. O critério para a escolha dos entrevistados foi o acúmulo de experiência reconhecido pelos catadores dos dois referidos grupos de base. A sondagem sobre o reconhecimento deste acúmulo de experiências se deu a partir de conversas estabelecidas com alguns catadores destes grupos.

As saídas a campo em momentos em que foram privilegiados a reflexão e o debate protagonizados pelos catadores para a pesquisa de seus processos de organização e de articulação são tratados como espaços de *feedback*. Estes foram estabelecidos, em sua maioria, durante as instâncias de reunião da coordenação executiva do MNCR, as quais são compostas por geralmente seis lideranças deste movimento e por dois apoiadores convidados, entre os quais me incluo, tais instâncias aqui citadas foram realizadas em Gravataí nos dias: 20 de setembro de 2009; 23 de fevereiro; 17, 24 e 27 de março de 2010. Também, faço alusão às informações empíricas obtidas no âmbito da pesquisa de campo durante a reunião de formação da equipe de formadores do projeto CATAFORTE², composta por nove formadores, dos quais seis são catadores e três são apoiadores, entre os últimos também me incluo) ocorrida no dia 10 de abril de 2010. Deste mesmo projeto também menciono a aula

² O Projeto de Fortalecimento do Cooperativismo e do Associativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE) é uma ação originada a partir de um convênio entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo organizar a intervenção do Estado em nível federal na reciclagem de materiais a partir de um projeto de cunho nacional que integre formação e assistência técnica. Conforme termo de referência: “O esforço inicial, nesse sentido, é para a articulação das políticas públicas existentes voltadas para o reconhecimento, apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários oriundos da organização dos trabalhadores/as do setor, visando à ampliação dos direitos sociais dos catadores de materiais recicláveis” (MINISTÉRIO..., 2009, p. 3).

inaugural realizada no dia 31 de março e a interlocução com uma formanda do CATAFORTE ocorrida no dia 21 de julho de 2010. Faço referência, ainda, aos dados conseguidos durante a reunião de coordenação estadual do MNCR (composta por dois representantes das sete regiões em que o MNCR está organizado no RS³) ocorrida no dia 30 de março. Além disso, cito certos aspectos das observações de campo realizadas nos dias 5 de fevereiro; 25 e 29 de março; 6 e 7 de abril de 2010. E, por fim, faço uso dos relatórios do Encontro das 700 Lideranças do MNCR realizado em Brasília (RELATÓRIO..., 2006) e do Seminário Conquistas e Avanços na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis pelos Catadores realizado em Porto Alegre (RELATÓRIO..., 2010). Foram utilizados, de modo complementar, dois procedimentos acessórios de pesquisa: o primeiro se refere à uma reportagem antiga publicada na mídia escrita sobre a questão social pesquisada (LIXO..., 1960). E, o segundo procedimento auxiliar consiste na exposição de três imagens fotográficas tiradas durante as idas ao campo, assim como a exposição de um antigo fragmento de imagem sobre os catadores extraída da referida reportagem (Ibid.). Estas imagens foram colocadas uma ao lado da outra nas pertinentes ocasiões deste estudo. Tal procedimento auxiliar, por meio da utilização dessas imagens, tem por finalidade estabelecer paralelos de comparação das formas de ilustração de certas circunstâncias elucidativas encontradas no campo.

Foram, deste modo, coletados dados empíricos através de variados procedimentos de pesquisa tais como entrevistas, participação em diversas instâncias do MNCR/RS (executivas, estaduais e seminários), experiências de interlocução entre os grupos de catadores e junto a outros atores institucionais, documentos virtuais e impressos, diário de campo, comparação entre fotografias e imagens. Tal diversidade de procedimentos é, assim, utilizada como forma de esclarecer o contexto das relações estabelecidas nos momentos de pesquisa e também como forma de construção dos três objetos de interpretação que constituem o presente estudo: as próprias relações de pesquisa, a questão social da reciclagem e os quadros interpretativos do MNCR/RS e da rede de atores e instituições para encaminhamento político desta questão social. Objetos que compõem de modo simultâneo a reflexividade dos atores e do pesquisador, a desigualdade em termos sociais, políticos e econômicos do contexto e as possibilidades de articulação de redes sóciopolíticas entre distintos atores.

³ Nos dias de hoje os comitês regionais do MNCR são: Vale do Rio Pardo; Fronteira Oeste; Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale do Gravataí; Norte; Centro e Serra. Sendo que os três últimos comitês encontram-se, atualmente, sem realizar reuniões entre os catadores dos municípios que os compõem.

1.6 AS RELAÇÕES E A REFLEXIVIDADE DE PESQUISA

Buscando coerência com a perspectiva de abordagem adotada, neste sub-capítulo será buscada a redução da opacidade das relações entre os atores e o pesquisador. Para tanto, e também para manter coerência com a metodologia reflexiva e cooperativa perseguida neste estudo, são consideradas duas variáveis para a reconstrução do sentido reflexivo que pauta a referida perspectiva teórico-metodológica: as experiências e as expectativas do próprio pesquisador. Ambas serão evidenciados porque constituem parte significativa das ações de natureza intersubjetiva estabelecidas entre atores e este mesmo pesquisador enquanto sujeitos da própria prática de pesquisa.

1.6.1 Aspectos das experiências do pesquisador enquanto sujeito de pesquisa

Sobre a dimensão das experiências próprias deste pesquisador, pode-se afirmar que as mesmas são constituídas ao longo de trajetórias pessoais, políticas e profissionais. E, por isso, estas são tomadas enquanto parte de uma estratégia de redução da opacidade das relações de pesquisa. As experiências deste pesquisador junto aos atores do MNCR/RS são tipificadas como forma de elucidar os nexos que interligam os conjuntos destas experiências mesmas. Neste ponto, a ênfase dada à experiência do pesquisador decorre do fato de que não considerar esta dimensão é incorrer numa “ausência de objetividade” que impede os cientistas sociais de perceber “o quanto seu trabalho é influenciado pela sua experiência” (TERRAGNI, 2005, p. 147).

Para ser mais claro, para a redução efetiva da opacidade destas relações no interior da presente pesquisa são evidenciados três diferentes âmbitos de experiência que se encontram imbricados neste processo investigativo: a experiência pessoal, a experiência sociopolítica e a experiência acadêmica. No próximo trecho deste sub-capítulo serão evidenciados um pouco mais esses três âmbitos através de breves descrições dos aspectos centrais que constituem uma trajetória de relações mútuas entre os catadores e o presente pesquisador. Tal procedimento descritivo se insere no interior de uma estratégia de pesquisa que visa reduzir ao máximo a opacidade das relações que estruturam o presente estudo.

Com o intuito de elucidar as relações que se desenvolvem entre pesquisador e atores, apresentarei o modo como pretendo cumprir essa tarefa enquanto um processo estabelecido de forma mútua entre as partes envolvidas nesta pesquisa: eu mesmo, determinados atores, os quais procuram manter a categoria dos catadores organizada em nível estadual no MNCR

desde o ano de 2001, ano de fundação deste movimento⁴, e certas instituições que estão se encarregando de equacionar a problemática social dos catadores junto àqueles atores. Movimento do qual pretendo investigar pormenorizadamente seus processos no segundo e no terceiro capítulo desta pesquisa. Já o relacionamento, cuja menção é aqui aludida, foi iniciado na cidade de Gravataí, RS, lugar onde começarei meu relato.

Antes de adentrar no relato propriamente dito, é de suma importância explicitar, preliminarmente, alguns aspectos básicos de como as relações entre mim e os catadores vêm sendo estabelecidas no decorrer de certo tempo. O termo aspectos básicos é aqui utilizado justamente porque não é possível descrever, no interior da presente pesquisa, a totalidade das relações que vem acontecendo há alguns anos. Se a busca por esta totalidade fosse realmente indispensável, o presente estudo seria demasiado pequeno. Ainda neste ponto, também gostaria de fazer uma ressalva, devido às limitações presentes no relato a seguir, tal ressalva é feita com a finalidade de manutenção do foco de pesquisa nos processos de caráter “sociopolítico” proporcionados pela reflexividade dos referidos atores, para isso, procuro me distanciar dos aspectos de ordem estritamente político-ideológica e partidária.

A ênfase dada, neste estudo, ao termo sóciopolítico se refere a uma contestação terminológica à tendência existente nas Ciências Sociais de conceber os fenômenos de natureza política somente aqueles processos que se encontram circunscritos ao âmbito do Estado e das suas instituições. Segundo Reis (2002), a política não se restringe unicamente ao domínio estatal, pois a política enquanto uma forma específica de relação social ocorre em qualquer tipo de interação em que esteja envolvido, de maneira ao menos potencial, o conflito. Ou seja, em qualquer tipo de interação que possua uma natureza estratégica, seja qual for o ambiente em que ela se estabeleça. Assim, segundo este autor, uma definição mais adequada de política remeteria não tão somente ao Estado, mas a um plano mais geral da sociedade (p. 41-42). Para não deixar margem para dúvidas neste sentido, o presente estudo utiliza o termo “sociopolítica”, com a finalidade de não desvincular a política das relações sociais, assim como para dar ênfase à política que é feita por expressões sociais organizadas tais como os movimentos sociais e as redes estabelecidas entre os mesmos em conjunto com outros atores.

⁴ Conforme expresso pelo site do MNCR: “O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras” (MOVIMENTO..., 2008).

Feitas as devidas ressalvas, para fins de uma melhor visualização, as experiências por mim relatadas são ordenadas, a partir de agora, de uma forma cronológica. Ou seja, é realizado, a seguir, um exercício de memória a ser dividido, para fins didáticos, em três períodos, concomitantemente denominados de acordo com a estratégia de pesquisa exposta anteriormente, e que consistem em reconstituir, primeiramente, os aspectos da aproximação pessoal em relação aos catadores; logo depois, abordar os aspectos da experiência de engajamento sociopolítico; e por último, considerar os principais aspectos da presente experiência de pesquisa acadêmica.

1.6.1.1 Aspectos da aproximação pessoal em relação aos catadores

Para começar esse exercício de memória que compõe parte de minha experiência pessoal em relação aos catadores, recordo-me, com certa dificuldade, de algumas imagens da Vila Pontilhão em Gravataí, cujo imaginário está presente em parte de minha infância, quando passava férias na casa dos meus avós. Eles residiam na Vila São Vicente, periferia de Gravataí. Logo após o falecimento de meu pai, esta casa passou a ser minha residência. Desde tenra idade percebia que na Vila Pontilhão, uma pequena comunidade vizinha à minha Vila situada à beira da Estrada Municipal de Gravataí, moravam muitos “carroceiros”, pois me recordo observar cavalos e carroças no pátio daqueles pequenos casebres de madeira.

A comunidade da Vila Pontilhão desde aquela época é composta por, aproximadamente, cinquenta famílias dispostas uma ao lado da outra ao longo de um pequeno trecho da assim chamada Estrada Municipal de Gravataí. Em função desta situação geográfica, essa comunidade era mais uma entre tantas outras chamadas de “vila tripa”. No entanto, a conhecia com o nome de Vila Pontilhão, e assim já a chamava. Recordo-me das muitas vezes que passava pela Estrada Municipal para ir tomar banho no que chamávamos de arroio do pontilhão. Pontilhão ao qual o nome da vila ainda hoje faz referência. No entanto, mesmo residindo em uma comunidade vizinha e indo frequentemente me banhar naquele arroio, naquela época, não tivera conhecido um morador sequer desta vila. E, por isso, naquela ocasião não poderia imaginar que aquela comunidade pobre, então desprovida de água encanada e de luz elétrica, faria parte da minha própria trajetória com futuramente seria uma importante base do MNCR/RS.

Assim com o passar do tempo, após altos e baixos na vida de minha família, consegui, depois de grande esforço, ingressar em 1997 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Já na segunda metade deste ano, comecei a participar do

Movimento Estudantil (ME) daquela universidade. E, neste ínterim, ao participar das discussões de um grupo de estudantes que se identificavam como “libertários”. Lembro que esta autodenominação era fomentada por causa da constante busca por outras formas de atuação que não passassem pelas tradicionais formas de participação mediadas pelos partidos. Só sei que com o passar de um breve período de participação acabei inspirado pelos quatro princípios que conferiam sentido à ação deste coletivo, os quais eram: democracia direta, autogestão, solidariedade e independência de classe. O referido grupo se denominava de Tendência Libertária Mobilização Direta (TLMD). Este grupo mantinha contato com outro coletivo, o qual era conhecido pelo nome de Núcleo de Ecologia Social Pampas sem Aramados (NESPA). Neste último grupo discutia-se, constantemente, a realidade dos catadores e dos “carroceiros” e se planejava, a partir das discussões, formas de intervenção na mesma realidade. Na ocasião, os integrantes deste grupo iniciaram um trabalho de cunho socioambiental junto à Vila Pontilhão em Gravataí que consistia em mutirões de limpeza do mato e na construção de um galpão comunitário nesta comunidade.

Em um dia de novembro de 1997, numa reunião da TLMD no município de Canoas na Região Metropolitana de Porto Alegre, reencontrei uma pessoa conhecida de minha adolescência, a qual designo neste estudo por G (catador da base Santa Tecla I, coordenador nacional do MNCR, 35 anos). G., após ser demitido da indústria metalúrgica em que trabalhava, tornou-se catador e fazia parte do NESPA. Dessa forma, a partir do estreitamento dos vínculos entre o NESPA e a TLMD, as possibilidades de atuação conjunta foram crescendo, até que em 1999, os grupos decidiram por se unificar em uma organização social, pautada pelos mesmos quatro princípios da TLMD, conhecida como Resistência Popular (RP). A partir da fundação da RP foi constituído um Comitê de Resistência Popular (CRP) na Vila Pontilhão. Este comitê consistia em uma organização de caráter comunitário, cuja finalidade era lutar pelas muitas demandas sociais daquela vila, as quais iam desde a obtenção de uma infra-estrutura urbana básica, como água encanada e luz elétrica até conquista de condições mais dignas de moradia e de trabalho.

Assim, frente a toda esta problemática social da Vila Pontilhão, além da atuação no movimento estudantil, eu me interessava e apoiava cada vez mais a luta desta comunidade. Meu interesse pela mobilização da Pontilhão ocorria por causa do esforço coletivo ali empenhado para a transformação daquelas precárias condições sociais. Este exemplo de luta levou alguns membros da RP a pensar na extensão universitária como forma de colocar conhecimentos científicos e sociais a serviço da luta de comunidades de periferia. A partir disso, nós, como então estudantes da UFRGS que compunham a RP, decidimos constituir um

novo coletivo no interior desta universidade pautado pelo que chamávamos de “extensão universitária independente”. Esse coletivo denominou-se, então, de Coletivo pela Universidade Popular (COLUP). O referido grupo congregava estudantes de diversas áreas como Ciências Sociais, Letras, Química, Geografia, Medicina, entre outros cursos para o planejamento e execução de ações culturais e sociais em comunidades periféricas com o objetivo estratégico de, a princípio, dar início a um processo direcionado para “extrapolar os muros da universidade pública”, slogan que criamos nesta época com a finalidade de aludir à retribuição à sociedade que custeia a produção de conhecimento realizada nas universidades. Entre as diversas atividades desempenhadas por este coletivo de extensão tais como: supletivo popular, horta comunitária, mutirões de saúde, etc., o COLUP foi estabelecendo uma relação de solidariedade com a Vila Pontilhão através da realização de atividades muito semelhantes às feitas em Belo Horizonte pela Equipe da Pastoral de Rua (EQUIPE..., 1991, p. 76), as quais residiam na convivência através de festas, aniversários, comida comunitária, ouvir e contar histórias e a buscar a organização da comunidade com a finalidade desta obter voz e vez na sociedade.

Dessa forma, no calor da luta pela infra-estrutura urbana e contra o então governo municipal de Gravataí, levantou-se a demanda pela melhoria das condições de trabalho dos catadores daquela comunidade. A Vila Pontilhão é composta, até os dias hoje, por catadores em sua maioria. Assim, entre os anos de 1999 e 2000, a luta por energia elétrica e água foi travada através de manifestações e ações de ocupação da prefeitura e da sede da empresa de energia elétrica deste município. A partir destas ações foi sendo consolidando um ensaio de união entre outras vilas, entidades sindicais e movimentos sociais que se solidarizavam com a luta da referida comunidade. E no calor deste conflito surge a idéia de se garantir um espaço no galpão da vila para o trabalho com reciclagem, já que tal trabalho compunha a base da ocupação profissional e da composição da renda de muitas daquelas famílias. Assim, aos poucos, aquele galpão foi se transformando em um espaço popular de reciclagem, onde os catadores de rua podiam ter um lugar onde triar e classificar seu material, ter acesso aos controles do volume da sua produção e receber um pouco melhor em comparação com a renda obtida com os “sucateiros” (intermediários comerciais proprietários de depósitos de materiais recicláveis popularmente chamados de “atravessadores”). Em síntese, este espaço foi o lugar no qual puderam ser estabelecidas “as primeiras discussões através da palavra compartilhada e das propostas reais de ação no campo produtivo” (FISCHER, 1989, p. 54). Entretanto, o funcionamento deste “galpão de reciclagem” foi abreviado em junho de 2000 por um incêndio. As lideranças atribuíram a culpa por este sinistro aos “sucateiros”, os quais teriam

começado a perder lucro. Pois, ao invés dos materiais serem levados aos seus depósitos, estes eram trazidos para o galpão de reciclagem dos catadores da Pontilhão. Lembro que este evento me deixou um tanto transtornado, pois eu, junto com uma parte dos militantes do COLUP havíamos nos dedicado muito para que aquele galpão se tornasse realidade.

No entanto, os moradores da vila, após a conquista da água encanada e da luz elétrica começaram, a partir de 2001, a pressionar o poder público de Gravataí para a conquista de uma outra estrutura de trabalho. Esta mobilização coincidiu com o momento de implantação de um programa municipal de gestão de resíduos sólidos, onde dentro deste programa, a coleta seletiva foi priorizada na agenda política deste município. Assim, a partir de muitas discussões e participação em reuniões de conselhos municipais e do Orçamento Participativo (OP), os catadores do galpão de reciclagem da Pontilhão toparam em se estabelecer no distrito de Santa Tecla, a uns 15 quilômetros de distância da Vila, em um outro galpão adjunto ao galpão destinado aos catadores provenientes da atividade de catação realizada em cima do aterro sanitário de Santa Tecla. Foram construídos, dessa forma, dois galpões de reciclagem na entrada do referido aterro sanitário. Um deles, o Santa Tecla I, foi destinado à transferência dos catadores de cima do aterro para outra estrutura de trabalho. E o outro, o Santa Tecla II, destinou-se aos catadores da Vila Pontilhão. Como o galpão se encontrava muito distante desta vila, a Prefeitura de Gravataí se prontificou em disponibilizar transporte aos catadores da Pontilhão para que os mesmos pudessem trabalhar no galpão da Santa Tecla II. Aproximadamente vinte pessoas obtêm, atualmente, sua renda do trabalho neste galpão. O outro galpão, o Santa Tecla I, é composto por outros vinte catadores. Nos dias de hoje, a partir do novo modelo de coleta seletiva de Gravataí, ambas associações encontram-se em processo de fusão em uma única cooperativa. Já o galpão da Vila Pontilhão, pouco tempo depois do incêndio, já havia sido reconstruído pelos próprios moradores e hoje é um espaço de realização de diversas atividades sociais daquela comunidade onde o MNCR/RS desenvolve projetos de educação com os filhos dos catadores neste espaço.

Recordo-me dos muitos aniversários que festejamos neste galpão, tanto das crianças filhos dos catadores, como das lideranças daquela comunidade, bem como os bailes de fim de ano organizados neste espaço. Durante minha vivência pessoal com os catadores obtive as orientações necessárias para desenvolver uma experiência de engajamento que me vem sendo uma importante referência para a reflexão política e social, e que agora a coloco em estudo. Abaixo discorro melhor sobre este outro âmbito de vivência e acúmulo de experiência.

1.6.1.2 Aspectos da experiência de engajamento sociopolítico

Um pouco antes do incêndio do galpão da Pontilhão, foi constituída uma entidade chamada de Associação dos Carroceiros e Catadores de Gravataí. A coordenação desta entidade participou ativamente da fundação de uma outra instituição de segundo grau para qual buscava-se congregar todas as associações de reciclagem do Estado. Com este intuito foi constituída a Federação das Associações de Recicladores do Estado do Rio Grande do Sul (FARRGS). Em meio a todos esses processos, mantive uma relação de solidariedade ativa com os catadores, relação que entraria em uma outra etapa quando G., então secretário da FARRGS no ano de 2000, indicou meu nome para exercer a função de educador na formação dos catadores através de cursos firmados por convênio entre o então governo do estado e esta entidade. Com isso, pude atuar em ações de caráter formativo voltados à capacitação dos catadores em processos de autogestão junto à Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) do bairro Lomba do Pinheiro e à Unidade de Triagem (UT) do Hospital São Pedro, ambas entidades localizadas em Porto Alegre.

Neste mesmo ano de 2001 o MNCR era fundado durante o Primeiro Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis e da População de Rua ocorrido entre os dias 4 a 7 de junho deste ano em Brasília, atividade da qual, infelizmente, não pude participar. Como forma de ilustrar este início de construção do movimento, cito aqui a primeira demonstração pública feita pelo MNCR neste estado, esta foi a primeira vigília do MNCR/RS no Largo Glênio Perez no dia 6 dezembro de 2001, em referência ao aniversário dos 53 anos da promulgação da Declaração dos Direitos Humanos. Na ocasião recordo-me que estava junto com dois amigos estudantes e resolvemos improvisar, para esta vigília, uma esquete teatral sobre a interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica nacional. Ensaíamos no mesmo dia, e a mim coube representar o “papel de FMI”. Representação, esta que me rendera, durante algum tempo, o apelido de “Tio Sam” entre alguns catadores que participavam desta atividade. A referida vigília foi de muita importância para meu processo de engajamento neste movimento, pois, a partir dela pude perceber melhor as possibilidades de mobilização e de fortalecimento identitário desta categoria.

Considerando estas possibilidades de engajamento no que diz respeito às problemáticas sociopolíticas dos catadores, acabei vindo a questionar minha própria condição de “formador” deste setor de trabalhadores da reciclagem. Questionamento motivado pela dificuldade em planejar momentos de formação para estes sujeitos sem saber ao certo o que seria trabalhar e viver nas mesmas condições que os catadores. Comecei, em função deste

questionamento, a cogitar a opção de ingresso numa organização de catadores com a finalidade de trabalhar e viver como um deles. Finalmente, em agosto de 2002, após ter terminado minha graduação em licenciatura em Ciências Sociais na UFRGS, aproveitei alguns contatos e a relação que o MNCR/RS tinha com a Associação dos Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica do bairro Restinga. E, motivado em poder conhecer melhor esta condição e de quebra poder contribuir na produção, gestão e estruturação dos grupos de catadores, decidi-me, resolutamente, aprender como funcionava uma organização de catadores por experiência própria. Fui, então, morar naquela comunidade e acabei me tornando catador no galpão de reciclagem daquele bairro. Sendo a partir dessa nova vivência que pude perceber melhor o que me diferenciava dos catadores. A cada dia estas diferenças entre eu e os catadores se tornavam cada vez mais nítidas. Nesse sentido, recordo-me quando uma catadora, ex-aluna minha da UTC, me disse, quando soube que havia me tornado um catador, que o que eu havia feito era o mesmo que ela tentar lecionar sem nunca ter sido professora. E de fato, foi uma conversão muito árdua. Custei muito para aprender a trabalhar com o peso dos materiais recicláveis, tanto no manuseio de bombonas cheias de material já classificado pelas mulheres nas mesas de triagem, quanto no enfardamento e no deslocamento daqueles pesados fardos de diversos tipos de materiais, como os de plásticos filme e plásticos rígidos como PET, PE, PVC, PP entre outros tipos de polímeros. Mas os piores fardos eram os de aparas de papel branco que eram muito pesados e se desfaziam com facilidade. Porém para mim, o que realmente era mais difícil era o estranhamento quase que cotidiano nutrido pelos catadores em relação àquela figura “sem calo nas mãos” que proferia palavras complicadas, difíceis de entender em meio àquele trabalho duro, repetitivo e rotineiro deste grupo vinculado, desde o seu início, ao sistema formal de coleta seletiva de Porto Alegre. Foi uma experiência um tanto “pesada”, pois pude experimentar na pele o que era ser catador, além de ter que viver com uma renda de aproximadamente 250 reais por mês. Recordo-me que eu ficava profundamente irritado quando muitas pessoas sentiam pena de minha condição ou quando tratavam com ironia o fato d’eu trabalhar na associação de reciclagem, chamada de “lixão” por moradores de comunidades do entorno do galpão, tais como a Quinta Unidade e a Vila Castelo. Mas o que mais me aborrecia era ter de enfrentar o perfil autoritário de certas pessoas que ocupavam cargos na diretoria nesta associação, as quais buscavam favorecer uma facção em detrimento da outra dentro do galpão. Confesso que estabelecer uma interlocução entre as facções rivais foi uma tarefa muito difícil, pois devia ter-se muita cautela para não romper com ambos os grupos rivais a fim de conseguir manter um nível de estabilidade política interna como forma de construir o MNCR naquela associação.

Hoje, estou convencido de que a estratégia de atuação por mim adotada naquela ocasião se mostrou errônea, pois tanto o grupo que detinha a presidência e a tesouraria (e por isso comandava literalmente a associação) quanto o grupo que se mantinha fora desses cargos, mas que exercia sempre forte pressão sobre os catadores que ocupavam essas posições, ambos buscavam barganhar a sua adesão ao MNCR/RS em troca da manutenção do acesso aos benefícios do Programa Frentes Emergenciais de Trabalho (PFET), o qual garantia a distribuição de cestas básicas e uma complementação de renda no valor de aproximadamente 200 reais por associado. A periodicidade de recebimento destes benefícios deveria ser mensal, no entanto demorava até quatro meses para ser liberada pela então administração de Germano Rigotto do governo do estado⁵. Os militantes do MNCR/RS, entre os quais me incluía, estávamos cansados desta eterna barganha pela participação desta associação no movimento e também nos encontrávamos fartos da “política de facções” neste galpão, cuja força era maior que os apelos de unidade. Foi então que se deu o início do processo de retirada do MNCR do galpão da Restinga. Tal processo teve início logo que alguns militantes do MNCR/Base Cavalhada juntaram documentos que comprovavam as já antigas suspeitas de corrupção da diretoria desta associação⁶. Este evento possibilitou que a então facção dominante do galpão fosse neutralizada, no entanto, ainda restava a outra facção que em nossa avaliação também deveria ser neutralizada para que outras relações políticas pudessem se desenvolver no interior daquele grupo. Com este objetivo os militantes do MNCR/Base Cavalhada, apoiados por mim, pois ainda estava vinculado àquela base, reivindicamos a saída (expulsão) de dois nomes da outra facção. No entanto, nossa reivindicação foi reiteradas vezes recusada pela assembléia na qual foi debatida esta pauta. Tal recusa fez, então, que as lideranças do movimento presentes se pronunciassem pelo “nós ou eles” e frente à outra recusa do grupo em expulsá-los, então, os representantes do movimento se retiraram da associação, juntamente com a minha adesão, encerrando-se, de modo um tanto traumático, o envolvimento do MNCR/RS com aquele grupo e vice-versa nos últimos meses do ano de 2004.

⁵ Essa administração governou o RS entre 2002 e 2006 e inicialmente era composta pela coligação dos seguintes partidos: PMDB, PSDB, PFL, PPS, PP, PTB e PDT. O processo que envolveu a execução do PFET foi uma das motivações que me levou inclusive a querer entender melhor os processos de articulação dos catadores para a consecução desse tipo de programa.

⁶ Tais comprovações foram obtidas pelo fato de muitos compradores serem comuns entre as associações. E nesse caso, um comprador comentou os recorrentes pedidos de empréstimo, aos quais o pagamento seria efetivado com o envio de cargas futuras provenientes da produção dos catadores do galpão da Restinga. Os militantes do MNCR/Base Cavalhada solicitaram, tão logo, os recibos e os apresentaram em uma assembléia geral da Associação da Restinga. A assembléia deliberou, então, por unanimidade, a destituição imediata da então presidente e da tesoureira da referida entidade.

Em meio a esta experiência de quase dois anos de trabalho, lutas e algumas poucas conquistas na então Base Restinga do MNCR, o atendimento de uma reivindicação destes catadores foi a construção de uma creche voltada ao acolhimento das crianças do galpão de catadores e da comunidade da Quinta Unidade da Restinga. Logo que tiveram início as obras da creche, abriu-se um debate, no interior da associação de catadores sobre quem seria o coordenador desta iniciativa pautada e reivindicada há uns cinco anos antes por esta associação. O processo de seleção ocorreu em uma assembléia geral, e fui escolhido para assumir a função de coordenador pedagógico da referida creche. Creio que o que pesou nesta decisão foi minha inadequação ao trabalho com as prensas e bombonas. Nesta mesma instância também foi escolhido o nome desta creche: Escola de Educação Infantil Comunitária Ecos da Infância. No mês de fevereiro de 2004, eu saí da minha condição de catador no galpão para assumir temporariamente a coordenação pedagógica daquela escola comunitária. Sendo que o acordo estabelecido junto à coordenação da associação consistia na minha permanência na creche até que alguém da própria comunidade assumisse esta função. O que veio a ocorrer através de um processo de formação construído de modo coletivo entre a equipe operacional da escolinha. Após a referida formação que durou uns nove meses, a, então, professora do jardim de infância assumiu a coordenação. Isso me liberou, enfim, para atender, ao final daquele ano, uma convocatória do MNCR/RS de atuação em outro projeto de formação de abrangência nos três estados da região sul. Acredito que o trabalho neste projeto de formação, cuja duração foi de aproximadamente uns dez meses entre os anos de 2005 e 2006, credenciou-me para trabalhar em um outro projeto, o “Projeto Cadeia Produtiva da Reciclagem”⁷. Neste projeto trabalhei até o ingresso no PPGCS da PUCRS em 2008.

No interior de todas as ações acima rememoradas o sentido de engajamento para mim era como uma ferramenta de defesa e promoção destes sujeitos, cuja valorização seria o elemento capaz de transformar as condições de vida destes trabalhadores em situação de precariedade. Entretanto, conforme será visto no decorrer deste estudo, programas que estimulam o assistencialismo como o PEFT, o qual efetivamente serviu para distribuir cestas básicas e uma renda de emergência aos catadores. E projetos que objetivam a concretização do êxito de mercado, como o Cadeia Produtiva da Reciclagem, o qual tinha como objetivo geral a implantação de uma central de comercialização de materiais recicláveis, por si só

⁷ O projeto Cadeia Produtiva da Reciclagem foi um projeto de estruturação de entrepostos e centrais de comercialização no Rio Grande do Sul que foi financiado com recursos da Petrobras e teve duração de dois anos entre 2005 e 2007.

representam ações de cunho mercadológico e assistencialista para o encaminhamento político da questão social abordada neste estudo.

Constatações que pude formular somente através do estudo e da pesquisa dos sentidos construídos em meio às ações dos catadores enquanto atores societários. Todavia, pelo fato de estar profundamente inserido dentro destas mesmas ações não me era possível perceber de modo mais apurado os processos dentro dos quais o MNCR/RS se introduzia. No meio destes mesmos processos, cheguei a pensar em me bandear para os lados da Pedagogia, pois, fiquei um tanto impressionado com as atividades de formação dos catadores, ocorridas neste período. Entretanto, o movimento crescia, e com ele cresciam os desafios e os problemas. Somente a ação pela ação, ou a formação pela formação não trariam as respostas necessárias para os catadores enfrentarem suas problemáticas sociais, políticas e econômicas. Estas experiências de engajamento sociopolítico foram os fatores fundamentais que me levaram à retomada de minha trajetória acadêmica e ao meu empenho em atividades de estudo e pesquisa sociológica acerca dos rumos coletivos que eram consubstanciados em meio às ações deste movimento. A partir daí, inaugurava-se outro trecho desta mesma trajetória.

1.6.1.3 Aspectos da experiência de pesquisa acadêmica

Para delimitar este âmbito específico de experiência de pesquisa é preciso, primeiramente, partir daquilo que difere os aspectos relativos às experiências pessoais, às experiências de engajamento e às experiências acadêmicas. A diferenciação entre estes três tipos de experiência reside nas condições metodológicas de produção do conhecimento, cuja emergência provém dos processos e relações sociais aqui estudadas. Esses três âmbitos de experiência, dentro dos quais desenvolvem-se uma série de interações com os catadores, se diferenciam por suas características em termos de produção de saberes. Os dois primeiros âmbitos podem ser caracterizados pela dimensão empírica da ação social em sua forma mais básica. Já a prática de pesquisa, enquanto outro âmbito de experiência, permite ao pesquisador a obtenção de uma “infra-reflexividade”, em virtude da consecução de uma interpretação de segunda ordem (MELUCCI, 2005, p. 33) capaz de ampliar a produção de conjuntos de significados e o conseqüente aprofundamento dos sentidos atribuídos às ações sociais e coletivas no interior das relações travadas neste referido movimento. Tal interpretação de segunda ordem diz respeito, conforme explicitado anteriormente, à potencialização tanto da capacidade do pesquisador quanto da própria capacidade do ator social de observar o modo

como se observa e como se interpreta as relações em que ambos se encontram inseridos (RANCI, 2005, p. 66).

Neste sentido, as relações estabelecidas tanto na condição de ator (engajamento sociopolítico) quanto na condição de pesquisador (interpretação de segunda ordem), acabam se tornando significativos “insumos” direcionados às práticas tanto de um como de outro. Isso porque, as relações que são estabelecidas no âmbito das práticas dos atores constituem a “matéria-prima” necessária à construção dos objetos de interpretação desta pesquisa, por outro lado, os sentidos de pesquisa produzidos a partir das interpretações reflexivas, no âmbito da referida prática investigativa, podem contribuir significativamente para o amadurecimento político das ações do MNCR/RS ao suscitar a prática reflexiva sobre as relações sociais e sobre os rumos tomados por estes atores. Estas são possibilidades proporcionadas pelas práticas de pesquisa que conferem a devida importância acadêmica e social às mesmas.

Em nível empírico, o que se verifica, portanto, é uma relação de confiança estabelecida entre mim e os catadores, da qual provém uma série de cooperações e trocas mútuas. Esta confiança se reflete em termos de uma abertura a minha participação nas instâncias tanto quanto nos assuntos que dizem respeito à organização do MNCR/RS. Esta abertura é o que contribui para a constituição dos espaços onde são realizados os *feedbacks* fundamentais para a consecução da metodologia reflexiva aqui empregada.

No entanto, conforme dito anteriormente, apesar de serem relevantes no sentido de constituição de espaços de *feedbacks* compartilhados, apenas ações de natureza engajada, não são suficientes para garantir respostas aos desafios sempre renovados que o MNCR/RS enfrenta no contexto da questão social da reciclagem. Porém, as limitações da condição de ator e a demanda por dar respostas às problemáticas sociais, políticas e econômicas dos catadores foram os elementos que definiram a escolha da própria temática de estudo sobre a constituição da reflexividade em um contexto desigual em que são articuladas redes sociopolíticas. Esta escolha que resulta, por conseguinte, de opções éticas e valorativas encontra-se circunscrita, portanto, no âmbito da política e não da ciência. Conforme ilustra Sobottka (2005, p. 52) ao fazer referência aos pressupostos metodológicos de Weber: “são os cientistas como cidadãos e não como cientistas que decidem o que é importante pesquisar e o que não”.

Outro importante fator de definição da escolha desta temática partiu da reflexão a cerca dos novos desafios para os quais sou motivado a procurar respostas enquanto cidadão engajado e enquanto pesquisador. Este fator provém do atual momento em que o MNCR/RS

se torna proponente de uma política de Coleta Seletiva Solidária⁸ (CSS). Tal política visa incluir os catadores de rua nos serviços de coleta de materiais recicláveis a serem prestados a prefeituras e municipalidades. A CSS vem sendo maturada há algum tempo pelo movimento, desde quando eram debatidos no âmbito do movimento os exemplos de Belo Horizonte em Minas Gerais, onde os catadores de rua faziam diretamente os serviços de coleta seletiva e eram pagos por este serviço. Posteriormente, o Projeto Revitalizando a Coleta Seletiva de Gravataí com Inclusão Socioeconômica, ou o chamado pelos atores da coordenação executiva do movimento de “projeto do subsídio”, projeto por mim sistematizado no início de 2008 através das discussões ocorridas no âmbito do MNCR/RS, era apresentado à Prefeitura Municipal de Gravataí. A apresentação do referido projeto veio a pautar o orçamento público deste município para o ano de 2009. Já no ano de 2010 a implementação desta política coincidiu com um projeto de formação, o CATAFORTE. Ambas iniciativas podem representar novas configurações nas dinâmicas de ação do MNCR em função das novas experiências e expectativas geradas na implementação desses projetos. Assim, o atual momento do MNCR tem demandado um grande esforço por parte destes atores para a estruturação de um modelo de política pública que tenha como mote a contratação direta das organizações de catadores como prestadoras de serviço às prefeituras na área de coleta seletiva de resíduos sólidos. Esta política encontra-se amparada juridicamente com a promulgação da “Lei do Saneamento Básico”⁹. Esta forma de encaminhamento da problemática da coleta feita por catadores de rua vem sendo negociada em municípios tais como Gravataí e Novo Hamburgo. Neste momento em que se apresentam estes desafios é que são geradas novas perspectivas para os atores ao mesmo tempo em que são renovadas as expectativas do próprio pesquisador. E que, por isso, devem ser explicitadas no marco desta pesquisa.

⁸ A coleta seletiva solidária no Rio Grande do Sul remete a noção de ser feita a partir do trabalho dos catadores de rua, tal como foi divulgado durante uma manifestação em frente à prefeitura de Porto Alegre no dia 9 de junho de 2005, onde foi distribuído um adesivo com uma imagem de dois catadores de rua puxando um carrinho repleto de materiais contendo os dizeres: “Eu apio a coleta solidária dos catadores de rua”.

⁹ Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, a qual acarretou mudanças na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 onde em seu artigo 24, inciso XXVII se lê respectivamente que: É dispensável a licitação - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis (GOVERNO FEDERAL, 2009).

1.6.2 Expectativas próprias ao pesquisador enquanto sujeito de pesquisa

Para a realização deste estudo é importante ressaltar que as experiências vivenciadas pelo pesquisador encontram-se interligadas através de três tipos de expectativas: o primeiro tipo se relaciona à construção de uma carreira profissional, cujo êxito está vinculado à conquista de uma “vocação consistente” através de uma “razoável dose de interesse próprio” por parte do pesquisador (SOBOTTKA, 2005, p. 48-49). Este interesse próprio constitui uma dimensão pessoal do trabalho de pesquisa que não pode ser omitida, pois conforme visto anteriormente, estar-se-ia omitindo uma “parte essencial da pesquisa do ponto de vista intelectual e prático” (TERRAGNI, 2005, p. 146).

O segundo, diz respeito à expectativa compartilhada entre o pesquisador e o grupo de atores sociais a cerca da construção de soluções às suas problemáticas e questões através de uma prática política e socialmente engajada. Tal ligação pode ser melhor entendida com base na prática de militantes feministas, as quais além da atuação enquanto militantes políticas e sociais possuem vínculos com o campo acadêmico (TERRAGNI, 2005), condição semelhante a que se estabelece no âmbito desta pesquisa.

O terceiro tipo de expectativa se refere à necessidade constante no campo das ciências humanas de aperfeiçoamento, ampliação e atualização dos conhecimentos e métodos das ciências sociais colocados à disposição dos pesquisadores através das instituições acadêmicas (SOBOTTKA, 2005, p. 48-49). Deste modo, como forma de adequar estas tipologias de expectativas à estratégia de pesquisa aqui proposta, primeiramente deve-se esclarecer que a consecução de uma carreira gira em torno de um processo pessoal de profissionalização enquanto sociólogo e pesquisador. Em segundo lugar, em se tratando dos interesses dos atores sociais do MNCR/RS, é perfeitamente perceptível a expectativa, por parte dos mesmos atores, de ampliação dos níveis de engajamento contra as injustiças que afligem os catadores. Já sobre o terceiro tipo de expectativa, mais relacionado ao campo acadêmico, é possível dizer que através da produção científica atualizada se consegue avaliar, de modo qualificado, os aspectos da abrangência das políticas que procuram equacionar a questão social da reciclagem desvendando “o alcance de políticas propostas e mesmo as implicações de sua ignorância” (SOBOTTKA, 2005, p. 48-49). Neste sentido, Sobottka (p. 53) conclui que, se “nossa pesquisa puder controlar e avaliar o alcance dessas políticas e permitir que o cidadão saiba desde logo o que implica participar ou não delas, talvez isso seria uma boa e genuína contribuição de pesquisador social como pesquisador” (Ibid.). Poderia-se dizer, a partir disso, que há um vínculo entre o campo da experiência política e da experiência

acadêmica que reside na expectativa de contribuição, ou melhor, de retribuição que o pesquisador pode fazer, enquanto um estudioso, ao procurar contribuir na compreensão por parte dos atores em questão sobre os processos políticos nos quais os mesmos se encontram implicados.

A simultaneidade destes três tipos de expectativas na execução da pesquisa é o que permite que entre o pesquisador e os atores sejam estabelecidas “relações de cooperação mutuamente vantajosas” (SOBOTTKA, 2005, p. 50). Isso porque “a pesquisa social ocorre junto de seu público, sem laboratórios, uniformes e rituais que criem distâncias artificiais. Ela acontece em situações cotidianas nas quais a dedicação e a inspiração são acessíveis a todos” (Ibid.). No entanto, os pesquisadores se diferenciam dos “pesquisados” por possuir “o instrumental metodológico para avaliar o alcance da inspiração quando ela chegar. Isto é o que torna estes pesquisadores profissionais importantes para a sociedade” (p. 52).

A redução da opacidade das relações de pesquisa decorre da elucidação das experiências e das expectativas que o pesquisador nutre sobre seu estudo no contexto em que o mesmo é constituído entre o próprio pesquisador e os atores. O seguinte diagrama pode auxiliar na delimitação dos âmbitos de experiências e de expectativas, bem como na elucidação dos nexos entre eles no escopo desta pesquisa:

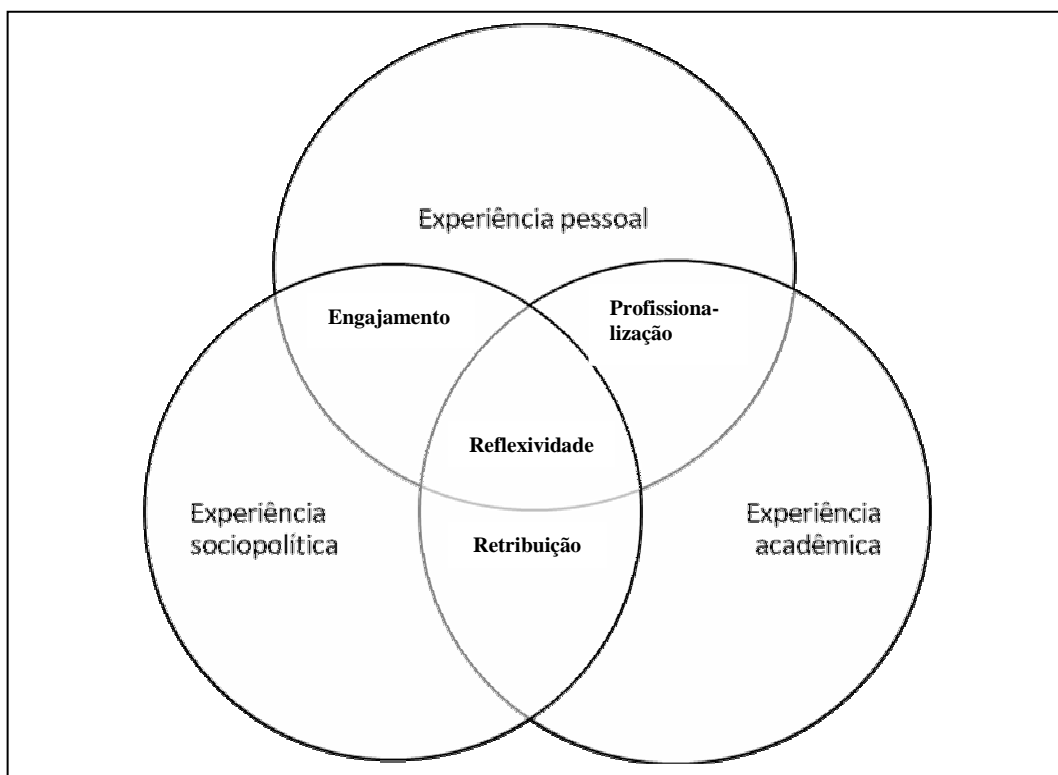


Diagrama 2 – Conjuntos de experiências e expectativas do pesquisador em relação à sua própria pesquisa
Fonte: O autor (2010)

Em meio aos três tipos de experiência relatadas e às três categorias de expectativa constituídas, a reflexividade, assim, se destaca como “núcleo duro” deste estudo, cuja realização se dá através do conjugar das experiências pessoais, políticas e acadêmicas e das expectativas nutridas pelo referido pesquisador em termos de incremento dos processos de profissionalização, engajamento sociopolítico e retribuição acadêmica. Dessa forma, ao se colocar em evidência os diferentes espaços em que se realizam as experiências conjuntas se pode aproximar de uma “abordagem multidimensional” que avance no sentido de um estudo cooperativo e reflexivo.

1.7 A CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DE PESQUISA ENTRE ATORES E PESQUISADOR

Colocar-se enquanto um estudioso ou “estudante” das relações que se desenvolvem no interior de um determinado contexto requer envolvimento num processo de pesquisa não tão somente do outro, mas, fundamentalmente, de si mesmo, pois o pesquisador se transforma na mesma medida em que aprende com a sua pesquisa (STRECK, 2005, p. 24). A partir desta postura fica mais claro que os vínculos sociais, cujo pesquisador constrói, não podem ser desfeitos, muito menos durante o processo de pesquisa, pois representam toda uma trajetória biográfica composta por relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos, agora imbricados em um mesmo processo reflexivo. Isto porque, o processo de interpretação sociológica é ele próprio um processo de interação social que se estabelece entre “investigados” e “investigador” (FODDY, 1996). Como bem ilustra Melucci (2005, p. 318):

[...] os atores se movem, falam, pensam, agem, enquanto nós os observamos. Os “atores sociais” somos, pois, nós mesmos, por que “os outros”, os “sujeitos” ou “objetos” da pesquisa estão em relação conosco, pelo menos, quando nós estamos em relação com eles.

Constata-se a partir destas colocações que não são somente os catadores que conferem sentido às ações, mas seus pesquisadores também produzem sentido através de suas pesquisas. E, ao assim procederem, os mesmos introduzem modificações no campo social em função das “transformações cognitivas devido à circulação de ideias” (MELUCCI, 2005, p. 329) que essas pesquisas produzem. O que ocorre é uma dialética na produção de sentidos entre “pesquisadores” e “pesquisados”. Pois, durante o processo de pesquisa os conhecimentos são transformados como forma de se obter novos conhecimentos através dos quais são obtidas novas maneiras de pronunciar a realidade (STRECK, 2005, p. 28) adequadas aos desafios políticos e sociais que o os atores se deparam.

Ou seja, através da difusão de teorias e metodologias o pesquisador influencia diretamente nos rumos das organizações e dos movimentos. Isto ocasiona implicações para a pesquisa empírica, porque a experiência é modelada “pelos discursos que circulam nas organizações geradas pelas comunidades acadêmicas e/ou profissionais” (BOTTI, 2005, p. 134). No entanto, o próprio pesquisador também é influenciado pelas concepções disseminadas pelas organizações, tais como o MNCR/RS, conforme o caso específico de estudo.

Como exemplo da vigência de outras formas de conhecer e pronunciar a realidade pode-se citar a mudança ocorrida na minha compreensão sobre o que é “lixo”. Mudança esta originada a partir da minha relação com os catadores. Estas alterações, em termos das percepções sobre os materiais recicláveis, protagonizadas pelos catadores foram interpretadas por Fischer (1989, p. 52) como um importante elemento constituinte das identidades dos catadores pelo seu olhar “atento ao que possa representar sobra (que se torna sinônimo de matéria-prima) e sobrevivência”. Assim como demonstra excerto textual abaixo, produzido pela Equipe da Pastoral de Rua de Belo Horizonte (1991, p. 75):

Os catadores, com o trabalho de seleção dos materiais, nos ensinam que lixo não é lixo, é material reaproveitável, reciclável. Eles dão valor a tudo, nada se joga fora, tudo se reaproveita: do caixote eles fazem a estante, dos pneus de borracha fazem as bacias. Os catadores nos apontam para uma sociedade não consumista, onde pode-se recriar, eliminando o supérfluo, impelindo-nos a buscar alternativas novas para a vida.

E de fato, nestes anos de convivência, trabalho e estudo efetuado em meio aos catadores, pode-se constatar como que as coisas descartadas pela população ou como o que é comumente chamado de “lixo” é ressignificado por estes atores de diversas formas. Tal como demonstra as fotografias 1 e 2 tiradas no município de Barra do Quaraí no dia 9 março de 2010, onde é possível constatar através destes fragmentos de imagem esta realidade de ressignificação dos materiais descartados. A primeira imagem retrata um conjunto de utensílios dispostos no pátio da casa de um catador que são por ele reutilizados. As carcaças de geladeira se transformam tanto num carrinho de coleta ou num armário para guardar ferramentas de trabalho. Já na imagem ao lado, além de renda para os catadores, os revestimentos de plástico se transformam em divisórias para o estoque de materiais e em coberturas laterais para o espaço coletivo de trabalho. Conforme demonstram as seguintes imagens:



Fotografia 1 – Os materiais recicláveis e o espaço doméstico de um catador

Fotografia 2 – Os materiais recicláveis e o espaço de trabalho dos catadores

Fonte: o autor (2010)

Nessa relação entre o ser humano e o “lixo”, de acordo com Sosniski (2006, p. 8), este último possui significados diversos que variam de acordo com a relação que se estabelece com os resíduos e com o contexto em que essas relações estão inseridas. Para as pessoas que trabalham e convivem com os resíduos é comum que elas desenvolvam um valor positivo acerca desse material, o qual é discrepante do valor atribuído pelo senso comum ao que tradicionalmente se entende por “lixo”, ou seja, sujeira potencialmente ofensiva à ordem e que, por isso, deve ser eliminada como forma de reordenamento do espaço e do ambiente de ação (p. 41-42).

A reinterpretação realizada pelos catadores que sobrevivem da coleta e da destinação de materiais à reciclagem os auxilia a conferir sentido ao seu trabalho, e de fato, o contato com estes sentidos produzidos pelos catadores provoca uma mudança reflexiva que “obriga” o pesquisador a considerar que estes atores são realmente capazes de dar sentido àquilo que fazem. Ou seja, a partir da reflexão o estudioso de tais processos hermenêuticos se vê a si mesmo envolvido em um determinado modo de interpretação constituído pelos atores. Esta forma interpretativa protagonizada por estes atores é precisamente o que constitui um dos objetos de estudo a serem reflexivamente abordados no decorrer deste mesmo processo de estudo.

Entretanto, conforme já visto, não são somente os catadores que conferem sentido às ações, pois o pesquisador também produz sentido e por isso também introduz certas transformações cognitivas nos atores “pesquisados” (MELUCCI, 2005). Pude constatar tal

fato ao participar de uma reunião da coordenação executiva do MNCR/RS ocorrida na Vila Pontilhão em Gravataí no feriado estadual do dia 20 de setembro de 2009, onde logo na abertura da reunião foi-me proporcionada a oportunidade de expor aos seis catadores membros da coordenação executiva do MNCR/RS a idéia de questão social da reciclagem, enquanto um dos objetos de pesquisa. Estes catadores mostraram-se interessados neste objeto de estudo. Tanto que logo me propuseram escrever um texto de uma página para ser publicado na capa do informativo do MNCR da região sul. O referido texto intitulou-se “O MNCR e a luta por uma reciclagem popular” (MOVIMENTO..., 2009a). Ao escrever este texto para o movimento renunciei por espontânea vontade a unidade de minha autoria em prol do MNCR/RS. Reproduzo agora alguns trechos desta publicação:

O problema das péssimas condições de vida e de trabalho dos catadores parece nunca ter solução [...]. Assim, a questão social da reciclagem é alimentada por um monstruoso paradoxo caracterizado por uma riquíssima indústria sustentada por uma população miserável. [...] uma solução não pode ser considerada apenas no âmbito técnico, deve ser encarada politicamente. Pois é preciso mudar os pilares da indústria de reciclagem e de manejo de resíduos no Brasil para poder solucionar esta urgente questão social (Ibid.).

Esta forma de compartilhamento dos conjuntos de significados caracteriza, no âmbito desta pesquisa, o fato que o pesquisador deixa-se assim “transportar pelo fluxo do processo” ao colocar a disposição dos atores “as diferentes linguagens dentro das quais o problema é definido” (NAVARINI, 2005, p. 183). A circulação desses sentidos contribui à constituição de *frames* que possibilitam o pesquisador o trânsito entre as diversas representações da realidade estabelecidas pelos atores. Deste modo, tanto as compreensões sobre resíduos quanto a tematização da questão social da reciclagem compõem cada uma delas um sentido que conecta as diversas significações que partem das experiências concretas e das expectativas tanto dos atores organizados no MNCR/RS quanto do pesquisador destas relações e processos protagonizados pelos mesmos.

Os sentidos compartilhados contribuem, assim, para o estabelecimento de quadros interpretativos enquanto componentes fundamentais da ação coletiva entre distintos sujeitos com experiências e expectativas diversas, mas que acabam se convertendo em atores coletivos. Estes atores podem objetivar estes sentidos em processos sociais através da sua ação coletiva (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 171). Tais processos partem das experiências e expectativas e chegam, a seu turno, a constituir outros sentidos e frames que se tornam intersubjetivamente compartilhados e se convertem em outros processos sociais e estratégicos levados a cabo por movimentos como o MNCR. Obtém-se, portanto, os pressupostos teóricos e metodológicos de estudo da reflexividade dos catadores enquanto

atores de si mesmos, de suas políticas e de suas relações sociais. A constituição desta reflexividade no contexto da questão social da reciclagem é o que será interpretado no transcorrer dos capítulos posteriores.

2 A IDEIA DE QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM

Como forma de obter um meio de interpretação das complexas relações que conformam as desigualdades sociais é preciso se utilizar de categorias interpretativas de natureza teórica próprias para esta tarefa hermenêutica. Neste sentido, Sawaia (2002, p. 109) afirma que as condições de vida que assolam os sujeitos somente podem ser percebidas e compreendidas, mesmo que minimamente, em função dos conceitos e categorias usadas para interpretá-las. A consecução deste pressuposto se faz mister para que seja atendida o nível de exigência teórica, metodológica e empírica indicada neste estudo. A consolidação de um objeto de pesquisa através da utilização de uma categoria teórica tem, assim, a finalidade de que se possa ir além da observação e da descrição das más condições de vida e de trabalho dos catadores, através do estabelecimento de uma categoria conceitual para poder contextualizá-las e interpretá-las.

De tal modo, a contextualização e a consequente interpretação das condições de vida e de trabalho, as quais configuram o cotidiano e os processos históricos dos sujeitos, pode dar-se através do emprego da noção de “questão social” (CASTEL, 1998, 2004a). O advento do referido termo, desde o ponto de vista histórico, está relacionado com o processo de tomada de consciência das péssimas condições de existência das populações que são ao mesmo tempo agentes e vítimas da, então, nascente revolução industrial que se abateu sobre os centros urbanos do continente europeu a partir do século XIX (CASTEL, 2004a, p. 238-239). Este conceito desenvolve-se historicamente a partir de conflitos sociais ocorridos na Europa do final do *Ancien Régime*. Este foi o contexto no qual, inclusive, as próprias ciências sociais foram originadas, como um movimento intelectual que se direcionou para reflexão dos problemas engendrados por estas conflitualidades. Dessa forma, no plano intelectual e político, a questão social emergiu e evoluiu no interior do processo de industrialização a partir da crescente divisão do trabalho e da subordinação das atividades produtivas aos imperativos mercadológicos. Sob estas circunstâncias, os termos “sociedade” e “social” foram incorporados ao vocabulário ilustrado daquela época como forma de questionamento da autoridade monárquica, o que abriu caminho para todo um novo universo semântico e político de atuação (SAUL, 2002, p. 13-16). A questão social emerge, de tal modo, a partir do momento em que os sujeitos deixam de ser heterodeterminados pela sua posição na estrutura social ou pelo lugar designado pela religião, sendo esse momento histórico caracterizado pela a passagem do feudalismo ao capitalismo a partir da Revolução Francesa como referente histórico (NARDI, 2002, p. 142-143). Esta transição assinala a constituição de novas relações

sociais que deixam de ter como base os estamentos sociais e passam a ser fundadas nas relações estabelecidas pelos indivíduos (Ibid.). Assim sendo, o advento do termo questão social, cujos indivíduos representam a pedra-angular desta noção, consiste no aparecimento de um processo de desnaturalização das situações de extrema desigualdade e de exploração nas quais esses mesmos indivíduos encontram-se submetidos. Tais processos de desnaturalização e de dessacralização podem ser tematizados através da ideia de questão social. Esta referida noção, por sua vez, propicia o surgimento de movimentos sociais que visam o equacionamento das expressões da mesma, tais como as condições de saúde, habitação, educação e a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, entre outras (KAUCHAKJE, 2008).

As expressões da questão social remetem, a seu turno, ao conceito de suportes sociais relacionados ao processo de subjetivação que faz com que os indivíduos possam tornar-se sujeitos de suas próprias relações sociais. Ou seja, dentro da noção de questão social encontra-se subscrito um processo de subjetivação que se refere à dotação dos indivíduos de um grau de independência em relação, por exemplo, ao mercado e ao sentido de mercantilização das relações sociais. A reflexão da dialética entre os indivíduos e a sociedade como um todo é contemplada no interior do conceito de questão social, pois, esta ideia também representa uma dificuldade lógica que as sociedades enfrentam ao se indagarem a si mesmas sobre a manutenção de sua coesão ou sobre o risco de sua fratura (WANDERLEY, 2004, p. 55). Castel diz a este respeito que a questão social é “muito mais do que uma crise, pois de uma crise é possível se sair, enquanto que desta vez não parece tão evidente que haja uma saída” (CASTEL, 2004a, p. 240). Para se compreender melhor este conceito é preciso visualizar a questão social como um processo onde alguém estabelece a coesão sob determinadas condições numa dada sociedade. Esta coesão pode ser rompida como forma de abrir caminho para a mudança desta mesma sociedade (WANDERLEY, 2004, p. 56).

A ideia de questão social pode ser abordada em uma perspectiva multidimensional que se refere simultaneamente aos indivíduos, a sociedade como um todo. Assim com também pode referir-se a uma dimensão setorial da realidade, tal como afirma Luiz Eduardo Wanderley (2004, p. 151) ao proferir que as questões sociais setoriais tais como saúde, habitação, etc. possuem um tempo mais reduzido frente à questão social mais geral e em sua dinâmica. Elas podem apresentar soluções mais viáveis de curto e médio prazo. No entanto, todas elas requerem um comprometimento social ativo para que, a partir delas, as populações possam compreender, explicar e mudar a sua própria realidade (Ibid.). Deste modo, este mesmo autor coloca que:

“[...] quando esta realidade se torna evidente para parcelas significativas de uma população mesmo minoritárias, é tornada pública de algum modo, e se buscam medidas para equacioná-la gerando conflitos, convergências e divergências, ela se transforma numa questão social. Se na trajetória do capitalismo mundial, a questão social relevante na Europa girou em torno da questão operária, [...] minha hipótese é a de que na América Latina ela se expressou de outro modo, recobrando principalmente as questões indígenas, nacional, agrária, operária de gênero e étnica (Ibid., p. 171)”.

Na América Latina a questão social e todas as suas conseqüentes problemáticas, que se fundam na assimetria das relações sociais em suas dimensões econômicas, política, culturais, etc., são acentuadas pela concentração de poder e de riqueza de alguns setores em contraste com a pobreza generalizada da maioria da população. Isto configura uma forma de desigualdade extrema e com profundos impactos sobre tanto sobre a vida cotidiana quanto sobre as instituições (Ibid., p. 58).

Nos dias atuais, a precariedade do trabalho traz, novamente, à tona a questão social através dos processos de manutenção da ausência dos suportes sociais associados ao trabalho, onde esta ausência remete às situações de opressão que ocorriam logo no início da revolução industrial (NARDI, 2002, p. 144). A ausência dos suportes sociais, que se traduzem na ausência de direitos e garantias sociais relativas ao trabalho, configura a questão social contemporânea (CASTEL, 2004a, p. 250). No interior desta atualidade da questão social ainda prevalecem certas formas e conteúdos da “clássica questão social” que já eram tidos como superados (WANDERLEY, 2004, p. 114).

Com todos estes elementos conceituais que compõem a ideia de questão social, é possível que esta noção seja “setorizada” para o campo da reciclagem de materiais no Brasil, sem que a mesma seja, por isso, privada de seus pressupostos teóricos básicos. Isso porque, pode-se constatar através da observação, do estudo e da convivência a existência de uma continuidade sócio-histórica das péssimas condições de trabalho dos catadores. Sujeitos que há décadas, no interior dos processos mais básicos desta indústria, são submetidos às assimetrias de poder em termos políticos, econômicos e culturais. Tais relações assimétricas e, portanto, desiguais expressam significativamente o dilema social no interior do qual os catadores são, ao mesmo tempo, vítimas e protagonistas. Essa natureza dilemática influencia diretamente nas formas de visualização e de valoração que envolvem os processos sociais e os ciclos produtivos básicos da reciclagem.

Em suma, a idéia de questão social associada ao processo de reciclagem se converte numa valiosa categoria de referência teórica e empírica que torna possível tematizar o atual contexto histórico que recobre os catadores, por dois motivos: o primeiro, por possibilitar a interpretação da falta de suportes sociais ao trabalho dos catadores, o que os torna vulneráveis

frente aos imperativos da mercantilização do seu labor cotidiano nos centros urbanos. E o segundo motivo consiste no fato de que o conceito de questão social representa uma aporia, um desafio ou um dilema basilar que pode ser disseminado através da tematização das relações sociais marcadas por desigualdades e assimetrias de poder (WANDERLEY, 2004, p. 56).

Note-se que nos dias de hoje, os catadores são os principais sujeitos do processo de reciclagem no Brasil, pois, estima-se que os mesmos contribuam com 90% de todo o material que alimenta a indústria de reciclagem (STREB; BARBOSA, 2004, p. 15). No entanto, eles continuam submetidos às relações de trabalho que representam o paradoxo de uma atividade econômica altamente lucrativa, mas que torna, no entanto, precário o trabalho humano, reproduzindo relações de exploração que há tempos eram tidas como superadas na história do trabalho. Ou seja, isso faz com que se tornem atuais certas expressões da “clássica” questão social no âmbito das relações de produção dos catadores.

Sendo a questão social um desafio no âmbito da reciclagem, um de seus desafiantes e protagonistas históricos são os catadores articulados no MNCR, os quais procuram encaminhar a partir da solidariedade política sua questão social, tal como será visto no capítulo seguinte. Entretanto, por agora, é necessário destacar que existem muitos outros encaminhamentos que são dados a esta questão. Por parte de alguns governantes continuam vigorando a forma de encaminhamento pautada pelo trato da questão social como “caso de polícia”, ou seja, através da criminalização da mesma. Caso paradigmático no Rio Grande do Sul é o de sua capital, Porto Alegre, onde a questão social da reciclagem vem sendo criminalizada desde sucessivas administrações municipais.

Dessa forma, tanto os catadores como as instituições podem encaminhar a questão social da reciclagem de formas diversas. Esta questão social não é ocasionada apenas por relações que causam a ausência de suportes sociais, mas gira em torno das diferentes formas de encaminhamento que envolve tanto os catadores organizados no MNCR/RS, quanto os catadores organizados que não fazem parte deste movimento, até os catadores individuais que trabalham para os pequenos atravessadores. Assim, a busca por formas de encaminhar soluções a esta problemática social pode envolver também instituições governamentais e não governamentais que possam se interessar em tratar a questão social da reciclagem a seu modo.

Todos os fatores elencados constituem um contexto histórico polissêmico, aberto, contingente e repleto de significados e práticas díspares e conflitivas. No entanto, a questão social referente à reciclagem somente pode ser transformada em demanda política quando é percebida e encampada por setores sociais que a tematizam e a tornam pública através de

conflitos e tensionamentos sociais (WANDERLEY, 2004, p. 58-61). Como que os catadores organizados no MNCR/RS percebem as relações que a causam e os encaminhamentos que visam encaminhá-la é o que será abordado nos próximos sub-capítulos.

2.1 AS RELAÇÕES QUE CAUSAM A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM

Na questão social da reciclagem em nossos dias, os catadores procuram identificar suas demandas e possibilidades de acesso a políticas e direitos sociais. Estes últimos vão sendo construídos e pautados no interior de algumas alternativas a serem geridas e maturadas em meio à vida cotidiana e à história de luta dos catadores nas disputas contra seus opositores. Neste sentido, Tarrow (2009, p. 41) afirma que na:

[...] luta pelos significados, em que os movimentos estão sempre engajados, é raro não ficarem em desvantagem quando competem com os estados, que não apenas controlam os meios de repressão mas têm à sua disposição instrumentos importantes para a construção de significados. A luta entre os estados e movimentos ocorre não apenas nas ruas, mas nas disputas pela significação.

De modo mais específico para o presente estudo, pode-se afirmar que uma forma de influência no processo de equacionamento da questão social da reciclagem reside na maneira como são interpretados os significados que envolvem esta problemática e que interfere nos encaminhamentos práticos dados à referida questão social, o que impacta no trabalho e na vida cotidiana dos catadores.

Isto porque, por parte de certos governos a reciclagem continua sendo tratada de forma mercadológica, enquanto que a questão que diz respeito aos catadores, quando não é encaminhada pela via da assistência social, continua sendo tratada “a moda antiga” de acordo com o sentido de “caso de polícia”. Porém, por outro lado, quando os catadores passam a ser considerados protagonistas da questão social que fazem parte, os mesmos traduzem suas demandas em novas significações, estas, por sua vez, produzem novos discursos através dos quais conferem novos sentidos que resultam em outros encaminhamentos práticos que são atribuídos aos seus problemas coletivos. Os catadores se tornam, deste modo, atores da sua questão social quando procuram traduzir simbolicamente as suas demandas sociais concretas (SCHERER-WARREN, 2008). Tais demandas quando codificadas simbolicamente passam a constituir-se em significações que produzem discursos sobre o processo de organização e sobre a sua identidade. O processo de formação de novos sentidos proporciona que os catadores consigam negociar o seu contexto imediato de ação. Ou seja, os catadores se

capacitam assim para tematizar a questão social da reciclagem com a finalidade de encaminhá-la junto a outros atores. Para tanto, tal questão precisa ser anteriormente vivenciada na experiência empírica dos catadores.

2.1.1 A experiência de discriminação

Uma das experiências mais sentidas pelos catadores, conforme o que foi expresso durante as entrevistas coletadas junto aos catadores, é o sentir-se discriminado. Entretanto, a discriminação destes sujeitos remete à reflexão sobre a função integradora que o trabalho deveria cumprir na sociedade (CASTEL, 2004a, p. 239). Pois, tal integração social representada pelo trabalho encontra-se há muito tempo desestabilizada. Para se ter uma noção da instabilidade da integração social proporcionada pelo trabalho, no Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, setores sociais inteiros de trabalhadores, como os catadores, desde a sua gênese foram e permanecem sendo marcados pelo sentido de precariedade das suas relações de trabalho e nunca tiveram proteções e garantias vinculadas à sua atividade laboral. Isto ocorre porque tais setores não chegaram a ter uma condição que lhes proporcionasse nem apenas uma relativa desmercantilização das suas relações de trabalho. Condição adquirida através de instituições garantidoras de suportes sociais consolidados em legislações trabalhistas e sociais em termos de aposentadoria, auxílio maternidade, assistência à saúde, etc.

Para se ter uma noção da antiguidade da falta de suportes sociais relacionados ao trabalho dos catadores, e ao mesmo tempo da dificuldade que representa a tematização da questão social destes sujeitos cita-se, aqui, uma reportagem realizada em Porto Alegre no início da década de 60, onde relata-se, ao mesmo tempo que se menospreza-se, a possibilidade de um intento de manifestação pública feita pelos catadores daquela época, os quais são chamados nesta mesma reportagem de “trapeiros”, conforme segue:

Não seria, pois, de estranhar se de um momento para outro também os ‘trapeiros’ na maioria das vilas, se vejam forçados a sair do anonimato obscuro para reivindicar em público o direito sagrado de uma coexistência pacífica e humana, quando não houver mais lixo em suficiência para tanto trapeiro. Já houve uma curiosa tentativa desta natureza, quando um pequeno grupo de ajuntadores de papel, certa tarde, *inspirados pelo álcool*, se aglomeraram nos aterros da futura Avenida Beira Rio para discutir seu desespero. Não dando em nada esta esdrúxula manifestação marginal, porque não apareceu nenhum líder e nenhum político interessado em prestigiar esta espécie de sentimento reivindicatório” (LIXO..., 1960, p. 11, grifo nosso).

O tom discriminatório que coloca a única possibilidade de ação coletiva na “inspiração pelo álcool” demonstra o quanto o excerto acima menospreza a tentativa de tematização da problemática social dos catadores. Problemática da qual poderia emergir, se naquela época já tivessem sido tornadas públicas, uma série de demandas as quais suscitam os conflitos e tensionamentos típicos de uma expressão de questão social.

Este tipo de menosprezo pode ser associado às situações de discriminação experienciadas atualmente pelos catadores. Neste sentido, Dona E. (catadora da Base Cavalhada do MNCR, 74 anos), umas das fundadoras da Associação dos Catadores do Loteamento Cavalhada (ASCAT) e uma ex-moradora da antiga “Vila Cai-cai”¹⁰ relatou que trabalha há mais de 30 anos como catadora, e me contou que sua família perdeu tudo o que tinha por causa de um incêndio. Isto é um indicativo de como o armazenamento de materiais recicláveis que ocorre nos próprios domicílios pode tornar recorrentes os casos de incêndios em seus locais de moradia (BORTOLI, 2009, p. 109). Dona E. continuou assim, afirmando que os catadores se encontram em condições econômicas desfavoráveis e suas histórias de vida são tristes em função da discriminação que os assola:

A história de minha vida é muito triste. Pra mim na realidade a história do catador, pra mim, é uma história muito bonita, uma história boa, mas no final triste, porque o catador é muito escuraçado... aqui a gente já não é bem visto... em muitos lugares e muitas pessoas... a gente já não é bem visto.

Dona E. lembrou que o Loteamento Cavalhada foi construído para reassentar as famílias provenientes da Vila Cai-cai, e comentou também que ela tinha lutado junto com sua mãe e muitas outras famílias para que fosse construído um local de trabalho com reciclagem de materiais naquela comunidade. Neste período de espera, ela e sua família, da qual uma de suas filhas atualmente é uma das coordenadoras desta associação, permaneceram mais de um ano sem poder catar, dada a grande distância dos grandes geradores de materiais recicláveis.

Este fato relatado por Dona E. remete à noção de expulsão do espaço urbano, a qual condena contingentes populacionais inteiros a terem negado acesso aos benefícios de vida urbana já consolidada em seus lugares de origem (VÉRAS, 2002, p. 33). Sentido que é compartilhado por outra senhora moradora do município de Santa Cruz do Sul, Dona A.

¹⁰ A Vila Cai-cai era uma comunidade que se encontrava situada nas margens do lago Guaíba na zona sul de Porto Alegre próximo à Avenida Diário de Notícias. Esta comunidade foi reassentada no Loteamento Cavalhada, local onde atualmente se encontra a Associação dos Catadores do Loteamento Cavalhada (ASCAT).

(catadora da Base Santa Cruz do MNCR, 42 anos). Esta senhora ao falar do galpão para o qual os catadores foram realocados¹¹:

Em parte esse galpão é pra nós, mas não tiram um centavo do bolso deles, porque isso vem de nós... então pra eles é fácil manter isso aqui, tanto que nós tamo aí escondidos do mundo. Antes a gente tava num lugar mais arejado, pelo menos, aqui é um lugar bonito, mas totalmente isolado do mundo e nem em pensamento eles querem botar mais perto da sociedade... quando nós tava lá eles fizeram de tudo pra tirar nós de lá e diziam que nós estávamos poluindo o meio ambiente. Só que eles não entendem que nós não estamos poluindo o meio ambiente, mas limpando o meio ambiente.

A manutenção desta “distância da sociedade” imposta aos catadores pelo argumento de que os mesmos “poluem o ambiente”, reforça uma relação de conflito enfrentada pelos catadores em seu trabalho diário. Dona E. ilustrou esta relação citando um acontecimento por ela vivenciado junto com sua filha:

...aí nós tava puxando carrinho, tava catando papel lá numa lixeira lá, e daí me sai umas ‘granfina’ de cima chamando nós de tudo que era coisa, mas nos botando lá em baixo... dizendo que vocês não passam de vagabunda... aí de uma já era três quatro enfiando a cabeça na janela xingando nós...

Dona A. mesmo sendo de um município distante uns 200 quilômetros também confirmou passar por situações semelhantes:

...o que a gente vai pegando uma latinha ou pegando um litro uma coisa, a gente vê os olhos que eles ficam olhando pra gente. Então eu mesma catei muitas vezes na rua, muitas vezes eles fechavam a lixeira pra gente não pegar... eles preferem muitas vezes dar pra aqueles que não precisam do que aqueles pra aqueles que estão trabalhando honestamente... a gente vê, a gente olha em todo o lugar que a gente vai que a gente é discriminado.

Tais situações acima descritas ilustram a atividade de trabalho dos catadores sendo sistematicamente desqualificada por significações negativas a eles atribuídas através da precariedade das atividades primárias da reciclagem como a coleta ou a “catação” de materiais tidos, comumente, como lixo. Essas significações acabam por reforçar as más condições de vida e de trabalho dos catadores nos contextos urbanos. Isso porque, as mesmas justificam os processos excludentes como, por exemplo, a expulsão os catadores dos centros urbanos. Os catadores se tornam, assim, simultaneamente, vítimas e protagonistas dos processos históricos que constituem a reciclagem. Tal como retrata Dona E:

Por isso que eu digo ó... catador é uma história muito bonita pra quem sabe fazer ela. Pra quem algum dia deu valor pra ela ou dá valor pros catadores... é bonita... demais... porém tem uma parte triste... porque são pessoas direita... pessoas distinta que são tratada por vagabundo, por ladrão, por marginal... só porque tá apenas ali juntando uma coisa que eles botaram fora, não vão reaproveitá aquele lixo que eles mesmo botaram fora.

¹¹ Os catadores da Base Santa Cruz do MNCR trabalhavam em um galpão no Bairro Avenida, um bairro de classe média com muitos acessos ao centro da cidade e foram transferidos para outro espaço bem mais afastado, situado no Bairro Faxinal.

Poder-se-ia dizer que o sentido de desqualificação atribuído aos catadores vem desde tempos atrás. Conforme documentado por Fischer (1989, p. 53), em fins de década de 80, quando já ocorriam tentativas de veiculação de uma imagem segundo a qual o catador não seria um trabalhador “e sim vagabundo e marginal”. Entretanto, o estereótipo da “vagabundagem” não se aplicaria mais aos catadores em virtude de seu trabalho árduo e cotidiano (Ibid.). Somente o trabalho dos catadores não é, no entanto, suficiente para apagar os sentimentos de desconfiança, medo e irritação por parte de alguns segmentos da sociedade. Estes atribuem aos catadores a culpa por sua própria exclusão sem sequer refletir sobre os fatores sociais que a causam (VÉRAS, 2002, p. 46). A tendência de culpar as vítimas de processos excludentes é referendada por um sentido ideológico, o qual concebe o mundo como se ele fosse “perfeitamente justo”, e que por isso, “os sujeitos têm o que merecem e merecem o que têm” (JODELET, 2002, p. 56).

No entanto, certos sujeitos urbanos agem para que relações de exclusão sejam mantidas, tal como ilustra F. (catador da Base Santa Cruz do Sul do MNCR, coordenador do Comitê Regional Malvina Tavares – Região do Vale do Rio Pardo, 28 anos):

Tem toda uma outra discussão do preconceito, da discriminação, tem toda uma questão de trabalhar para denegrir a imagem do catador que pinta o catador não como um trabalhador, mas como um marginal que não tem mais o que fazer...

Tal forma de ação contra os catadores pode ser visualizada através de uma opinião publicada em um importante jornal de Porto Alegre por um vereador desta cidade que recentemente ocupou a pasta da Secretaria do Meio-ambiente do então governo municipal, e que profere as seguintes palavras sobre os catadores que encontram-se em condições precárias de trabalho:

Nas áreas urbanas, as carroças e os carrinhos são usados no recolhimento informal de resíduos, uma das últimas alternativas de sobrevivência da população excluída. É um cenário desolador, muitas vezes composto por animais maltratados e exaustos, pessoas submetidas a uma atividade precária e insalubre, trabalho infantil e condutores desabilitados. É esse cartão de visitas que apresentaremos aos turistas na Copa de 2014 (MOESH, 2009).

As significações estabelecidas por este vereador atribuem um sentido ao trabalho e aos próprios sujeitos que, a meu ver, substituem o sentido de “vagabundo” que era tradicionalmente associado ao perfil dos catadores, por outros sentidos atribuídos, os quais criam e justificam novos estereótipos a serem veiculados aos catadores. Isso acaba por constituir uma imagem social que, desta vez, é associada aos sentidos de crueldade com os animais, de trabalho infantil e de desqualificação da atividade exercida pelos catadores. Porém, ao final do excerto, o que também chama atenção é a possível frustração das

expectativas dos turistas durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que ocorrerá no Brasil e terá Porto Alegre como uma de suas sedes. O sentido de frustração das expectativas desses turistas é significativamente constituído enquanto forma de consolidar uma alteridade negativa fundada em características atribuídas ao coletivo que se torna alvo desses sentidos (JODELET, 2002, p. 62-64).

Assim, tanto no contexto de Porto Alegre, quanto no de Santa Cruz do Sul, ambos verificados através dos relatos de experiência acima, os catadores encontram-se diante de um processo de construção de alteridades através de estereótipos utilizados por alguns setores sociais. Esta alteridade negativa funciona, muitas vezes, até como uma forma de regular as situações de conflito social a favor destes setores. Isso se dá porque, “excluir maiorias, mesmo que estas se sintam angustiantemente inúteis [...], implica em movimento violento de reorganização dos privilégios sociais” (DEMO, 2002, p. 34). Algo semelhante ocorre em São Paulo, onde em um contexto pautado pelo sentido de “limpeza social da cidade” (GRIMBERG, 2007, p. 104-105) são constituídas e resgatadas significações que concebem os catadores como sujeitos que sujam a cidade e atrapalham o trânsito, e, por conta disto, eles não representariam uma alternativa de prestação de serviços que devesse ser estimulada através de investimentos públicos. Em síntese, a construção dessa alteridade de sentido negativo se consolida através dos significados que emergem das condições sociais precárias e vulneráveis que assinalam a existência dos catadores em termos de trabalho e mobilidade urbana. Essa alteridade atribuída é ainda reforçada, ainda, pela total ausência de direitos e garantias vinculadas ao trabalho no interior dos ciclos mais básicos da cadeia produtiva da reciclagem.

Esses processos relacionais e seus significados põem em questão as possibilidades de integração social possibilitadas pelo trabalho, conforme visto anteriormente. No entanto, para compreender de maneira mais adequada este processo de constituição de uma alteridade negativa com relação aos catadores é necessário verificar as experiências de exercício de um trabalho precário que vêm assolando os catadores no contexto da reciclagem.

2.1.2 A precariedade do trabalho dos catadores

De modo geral os catadores possuem um histórico de trabalho precário e/ou flexível em termos de direitos trabalhistas e garantias sociais. Em meio aos catadores é muito comum encontrar, por exemplo, históricos de trabalho sem carteira assinada e sem nenhum tipo de proteção assegurada a sua condição de trabalhador ou trabalhadora. Isso se torna mais evidente a partir de alguns relatos de convívio registrado em meu diário de campo, como o de Dona T. (catadora do lixão de Uruguaiiana, base do MNCR, 39 anos), em que numa de nossas muitas conversas durante o período de articulação das formações do MNCR/RS em Uruguaiiana, no dia 8 de março de 2010, me testemunhou que sua atividade de catação teve início porque ela, ao trabalhar como empregada doméstica, tinha que levar junto seus filhos para o serviço pois não havia com quem deixá-los. Dona T. era, por isso, frequentemente xingada pelos seus patrões. Até que um dia, ela decidiu catar materiais, pois, nesta outra atividade, ela poderia estabelecer seu próprio horário de trabalho. Poderia, também, sair enquanto seus filhos dormissem e retornar quando eles recém tivessem despertado. Quando não, levá-los junto para que ela e o seu marido (já falecido) pudessem cuidá-los enquanto trabalhavam.

O relato de Dona T. exemplifica algumas entre as muitas motivações que levam os catadores a iniciarem seu trabalho com coleta de materiais descartados. Muitos destes catadores são levados por outros vários fatores a permanecerem na atividade da catação, mesmo que de forma precária. Sendo que o fator principal é a renda obtida de forma certa em função da quantidade de material coletado e pré-classificado¹².

Sobre o trabalho de coleta e pré-classificação, Dona T. confessou-me que logo ao iniciar seu trabalho no lixão de Uruguaiiana se impressionava com a renda por ela percebida logo nos primeiros meses de trabalho: “seiscentos reais por semana”. A obtenção desta renda ocorria, conforme ela, porque é muito mais fácil e rápido trabalhar em um lixão do que trabalhar na rua. Porque num lixão, o material se encontra mais ao alcance do catador. Além

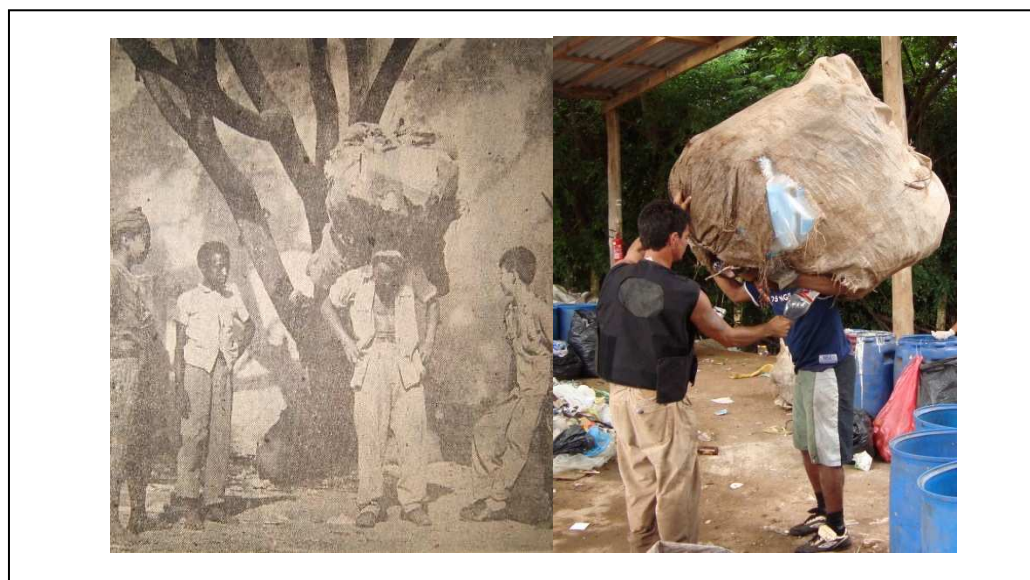
¹² Sobre a classificação dos materiais, os catadores que se encontram submetidos aos “sucateiros” (pequenos e médios intermediários comerciais) geralmente realizam uma pré-classificação, pois esta se caracteriza por ser demasiado básica e bem menos diversificada que a classificação operada pelos intermediários maiores. Tal pré-classificação consiste em separar os plásticos em quatro categorias (PET, misto colorido, misto branco, plástico mole), os papéis em três (papelão, papel branco e papel misto) e os metais em outros três tipos (alumínio, sucata ferrosa e cobre). Sendo que em determinadas situações alguns catadores nem chegam a coletar muitos outros materiais recicláveis em função do preço de mercado não compensar tamanho esforço, é o caso do isopor ou do próprio vidro que raramente os catadores coletam na atividade de catação. No entanto, a classificação mais minuciosa é feita pelos muitos tipos de intermediários, ou por poucas associações de catadores. Quanto mais próximo à indústria de reciclagem, mais se detém este conhecimento de classificação.

disso, a classificação pode acontecer no ato da coleta. Dona T., no entanto, reconhecia a existência de inúmeras dificuldades relativas ao trabalho cotidiano no lixão. Como por exemplo, o trabalho feito à noite, quando não há iluminação elétrica. Para conseguir trabalhar na escuridão, alguns catadores queimavam materiais como plástico ou borracha. No entanto, muitos catadores têm noção, segundo Dona T., que fazer uma fogueira com materiais pode ser muito arriscado em função do gás metano exalado pelo lixo e dos perigos de uma explosão. As dificuldades do trabalho neste período é o que leva apenas os catadores mais experientes conseguirem trabalhar à noite, graças ao tato e à audição, os quais se tornam mais apurados com o tempo e possibilitam a identificação dos recicláveis por parte destes trabalhadores. Ela me disse, ainda, que no início trabalhar durante a noite não era nada fácil. Hoje em dia ela prefere o trabalho noturno porque não tem tanta gente trabalhando. Já em termos de saúde, Dona T. pensa ter contraído uma úlcera por causa do trabalho insalubre, em meio aos “bichos do lixo”. Ela me relatou, também, que tudo se torna pior nos dias de chuva porque o material fica ainda mais sujo, e os materiais tais como os papéis ficam impossíveis de serem coletados. Outro fator que piora as condições de trabalho é a disputa entre os catadores do lixão pelas chamadas “cargas especiais”, como os caminhões do “bati”¹³. Dona T. afirmou-me, contudo, que ela conseguia amenizar esta disputa ao reafirmar muitas vezes àqueles catadores que naquelas cargas havia alimento suficiente para todos.

Situação semelhante a esta eu pude observar no município de Canoas, mais especificamente na associação formada pelos catadores de cima do aterro sanitário do Bairro Guajuviras. Na ocasião em que visitei esta entidade, também com a finalidade de articular as formações do MNCR/RS. Eu e B. (catador da base Santa Tecla do MNCR, componente da executiva deste movimento, 33 anos), ao passarmos por um portão com um enorme símbolo de uma grande empreiteira do ramo da limpeza pública, nos deparamos com alguns homens trabalhando numa prensa posicionada embaixo de um espaço coberto apenas com um telhado. B. estacionou o carro (uma Marajó, modelo 83) numa outra estrutura cuja aparência lembrava uma usina de triagem desativada. Lá se encontrava uma enorme esteira industrial com uma grande garra em uma de suas pontas. Este equipamento servia, no entanto, não para auxiliar na produção do grupo, mas para guardar pertences dos associados e demais objetos que eles achavam em meio aos resíduos da coleta seletiva daquele município. Os materiais provenientes desta coleta eram depositados no chão mesmo. Em meio a este cenário fomos

¹³ O “bati” é o nome dado pelos catadores aos caminhões provenientes de grandes supermercados da cidade, os quais vêm carregados de produtos como frutas, verduras, carne, iogurte entre outros, só que com os prazos de validade vencidos (“batidos”).

recebidos por uma mulher branca com cabelos escuros, com quem conversamos sobre a situação dos catadores de sua entidade. Durante nosso diálogo, ela nos contou que a renda era bem melhor quando eles trabalhavam em cima do aterro, pois, assim como Dona T. em seu relato anterior, o material em um lixão se encontra todo ali, “bem à mão”. Nossa anfitriã também nos disse que sua associação havia sido fundada ainda quando todos trabalhavam no aterro, com o objetivo de dar visibilidade àquele trabalho que ninguém reconhecia ou sequer valorizava. Neste meio tempo, não pude deixar de reparar em um associado que erguia em sua cabeça um “big bag” repleto de “plástico duro” para ser prensado no espaço coberto ao lado. Naquele momento, pedi ao mesmo para tirar uma foto sua. Aquela imagem que registrei em fotografia me fez recordar um fragmento de uma outra imagem registrada no ano de 1960 (LIXO..., 1960), a qual comparo, logo abaixo, com a fotografia tirada naquela ocasião:



Fotografia 3 – Fragmento de imagem das condições de trabalho dos catadores em 1960

Fonte: LIXO, a esperança dos pobres (1960)

Fotografia 4 – Fragmento de imagem das condições de trabalho dos catadores em 2010

Fonte: o autor (2010)

O comparativo entre os fragmentos de imagens colocadas uma ao lado da outra, conforme retratado acima, remete ao histórico de trabalho precário dos catadores, o qual persiste no decorrer de cinquenta anos que separam ambas imagens. Um histórico de trabalho do qual Dona T. e a nossa anfitriã de Canoas são parte enquanto catadoras de lixão. No entanto, nem todos catadores vivenciaram experiências de trabalho tais como esta. Esse é o caso de F. Este jovem catador possui um histórico que vem de um trabalho sem carteira assinada em uma casa de bingo, fechada há uns seis anos atrás. Sendo que, F. veio a tornar-se catador pelo contato com o processo de organização destes trabalhadores, os quais fundaram

naquele momento uma associação no referido município. Conforme, ele próprio relatou-me, ao ser indagado sobre o porquê d'ele ter se tornado catador: “Ah, eu virei catador por várias razões, uma por não ter mais trabalho e outra porque eu já tinha uma relação com os catadores e com as atividades. E daí eu vi uma alternativa d'eu também tá trabalhando e sobrevivendo da reciclagem”. Mesmo F. visualizando uma alternativa de trabalho e de sobrevivência, ele demonstrava saber o que significa ser catador em um contexto de grandes desigualdades sociais e econômicas, pois ao ser perguntado sobre o que representava para ele ser catador, F. afirmou que: “A primeira coisa que me vem na cabeça, é que o catador é, antes de tudo, um trabalhador... um cara que trabalha pra caramba, se esforça, trabalha, sua, e que é super-explorado... tu sente na pele a exploração... tu vive o negócio no dia-a-dia...”.

Sendo assim, pode-se perceber que os catadores são sujeitos que permanecem submetidos já há muitas décadas a uma atividade econômica constituída por relações produtivas dentro das quais predomina a discriminação e o trabalho precário destes sujeitos. Por outro lado, pode-se constatar os altíssimos volumes de recursos movimentados pela indústria de manejo e reciclagem de resíduos. Sobre os ganhos desta indústria, só para se ter uma ideia, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o mercado do “lixo” faz girar uma economia estimada em torno de 267 bilhões de dólares por ano. Somente os serviços com o manejo de resíduos em âmbitos municipais, nos países sócios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são avaliados em US\$ 120 bilhões ao ano. Em relação aos materiais recicláveis estima-se que este mercado movimente 600 milhões de toneladas em materiais, e mais de US\$ 100 bilhões ao ano (PANORAMA..., 2006, p. 114). Desta forma, a destinação e a reciclagem de resíduos podem ser consideradas indústrias globais de alto valor econômico e com grande potencial de mercado.

Entretanto, os resultados provenientes de tamanha movimentação de riqueza são desigualmente distribuídos. Segundo Calderoni (1998), em São Paulo, a indústria da reciclagem concentraria a maior parte dos ganhos, chegando a aproximadamente R\$ 215 milhões, ou cerca de 66% do lucro total da reciclagem. O restante dos ganhos seria repartido entre a prefeitura, que perceberia R\$ 36 milhões (11%), os pequenos sucateiros, os quais aufeririam R\$ 32 milhões (quase 10%) e os catadores que obteriam aproximadamente R\$ 43 milhões (13%) a serem distribuídos entre um grande número de famílias. A coleta feita pelos catadores de rua também não poderia ser desconsiderada do ponto de vista econômico. Mesmo não sendo visível aos olhos da opinião pública, também, em São Paulo, os catadores, conforme Gonçalves e Abegão (2004), coletariam cerca de 750 ton/dia de materiais

recicláveis, os quais não seriam mais destinados aos aterros sanitários. Este volume de material se fosse aterrado geraria um custo anual aproximado de R\$ 15 milhões aos cofres públicos em rubricas de coleta de resíduos, transbordo e operacionalização de aterros.

Mas, apesar de todas estas estimativas econômicas relacionadas à reciclagem e ao manejo de resíduos, os catadores permanecem sendo trabalhadores não reconhecidos desta indústria, cuja sustentação é viabilizada através da lide cotidiana destes sujeitos. Em consequência disto, os catadores encontram-se, de modo tardio, sem acesso aos direitos e às garantias provenientes do seu trabalho, a não ser a renda obtida através da venda dos materiais coletados aos intermediários comerciais desta indústria. Os intermediários estabelecem os preços dos materiais a serem pagos aos catadores. Deste modo, os preços de mercado não são determinados por aqueles que vendem a mercadoria, mas, ao contrário, pelos seus compradores (MICHELOTTI, 2006, p. 84-85).

Fato confirmado por F., quando questionado sobre como que os atravessadores regulam o preço do material pago aos catadores: “...eles têm toda uma máfia, um cartel”. Estas afirmações se referem a um pequeno número de atores que se articulam para combinar os preços praticados num determinado mercado. Com relação a isto, certos estudos evidenciam determinados traços estruturais da formação de preços pagos aos catadores sobre os materiais coletados e pré-classificados. Estes preços são firmados por um pequeno número de compradores, ou seja, por um “oligopsônio” (GONÇALVES, 2003, p. 143). O oligopsônio consiste num formato de mercado onde existem poucos compradores (chamados de “oligopsonistas”), os quais mantêm relações comerciais com muitos vendedores. O oligopsônio é o inverso do oligopólio, onde apenas alguns vendedores fornecem mercadorias para muitos compradores. Mesmo que essa forma de mercado possa significar uma “relação imperfeita de mercado” – se é que existe alguma que seja perfeita – ela representa uma das relações responsáveis pela grande concentração de riquezas no interior dos ciclos produtivos que movimentam a reciclagem. Ainda que algumas organizações de catadores – associações e cooperativas – consigam angariar um pouco mais de poder nas negociações em comparação com os catadores individuais, o mercado dos recicláveis permanece sendo estruturado hegemonicamente por esse tipo de relação.

A concentração de riquezas a partir desta relação oligopsônica é percebida, a seu modo, por F. como sendo uma das fontes principais de conflito: “...por que eles dominam, eles exploram, eles têm monopólio... e são responsáveis por a gente tá levando essa vida que a gente leva hoje... uma vida de dificuldades, de ter que tá matando um leão por dia...”. Tal tipo de conflitualidade é agravada, ainda, pela falta de infra-estrutura por parte dos catadores. Isto

ficou evidente para mim quando, no dia 25 de março de 2010, eu e B. nos dirigimos até uma outra associação de catadores do município de Canoas, com a finalidade de convocar para a participação no curso de formação do MNCR, o CATAFORTE. Fomos acompanhados por dois gestores da prefeitura responsáveis pela economia solidária do governo municipal. No caminho, logo que passamos por uma grande fábrica vidros, B. expôs que as associações não conseguem vender direto para aquela fábrica, a qual também compra vidros quebrados em cacos, pela falta de estrutura de contêineres. Aqueles que possuem esta estrutura conseguem vender esses vidros por onze centavos o quilo diretamente para esta fábrica, materiais pelos quais os intermediários pagam três ou quatro centavos o quilo. Ao sistematizar este relato recordei-me da época em que trabalhava na associação de catadores da Restinga, nesta ocasião pude trabalhar moendo vidro com uma espécie de pilão improvisado com uma barra de ferro, com o qual socava frascos e garrafas dentro de uma bombona plástica ou às vezes metálica. Mas, a meu ver, o que era mais exaustivo era carregar estas bombonas para cima de um caminhão com o auxílio somente de tábuas de madeira em função da precária estrutura de trabalho.

Com relação à precariedade da pouca estrutura de trabalho, as políticas de estruturação dos grupos de catadores conquistadas pelos mesmos, as quais visam amenizar tais efeitos de mercado¹⁴ são rebatidas por um sentido “liberalizante” de não intervenção estatal no mercado de recicláveis. Este sentido é defendido por atores hegemônicos deste mercado, como por exemplo, a Revista Reciclagem Moderna (2009) cujo público consiste em industriais e comerciantes da reciclagem. Em um de seus editoriais sobre uma reportagem de capa intitulada: “Cooperativas de catadores *versus* comerciantes de recicláveis, uma luta justa?”, pode-se ler o seguinte:

Na matéria de capa trouxemos um assunto que está intimamente ligado a qualquer empresa que atue legalmente no setor de reciclagem: a clara desvantagem que os comerciantes profissionais dos mais diversos materiais recicláveis levam perante as cooperativas de catadores (Ibid.).

A mencionada reportagem se refere a uma tentativa de denúncia feita por essa revista a cerca dos recursos públicos destinados a estruturação de cooperativas de catadores. Fato que estaria gerando uma concorrência desleal entre as empresas “profissionais” do ramo da reciclagem, as quais não conseguiriam competir contra os catadores organizados e apoiados pelos poderes públicos. Entretanto, ao assim proceder, esta revista, enquanto um ator

¹⁴ Exemplo desse tipo de política é o programa de financiamento do custo do posto de trabalho dos catadores, anunciado pelo governo federal. Este programa prevê o investimento de R\$ 170 milhões nos grupos de catadores para a qualificação de 35 mil postos de trabalho de catadores em todo o Brasil (RELATÓRIO..., 2006).

mediático vinculado a tal mercado, desconsidera as relações que relegam os catadores às más condições de vida e de trabalho em função de sua posição subordinada neste mercado composto por relações oligopsônicas e assimétricas mantenedoras de desigualdades socioeconômicas no âmbito da reciclagem. Não pode-se deixar de considerar o fato dos catadores não possuírem nenhum mecanismo de controle sobre a formação de preços dos recicláveis que são coletados e vendidos nesse mercado. As significações expressas por este setor desta indústria ilustram de forma peculiar o que ocorre no interior deste mesmo mercado de recicláveis. Locus onde hegemonicamente vigora um sentido de *laissez-faire*, cuja veiculação acaba por justificar a manutenção da condição precária de trabalho dos catadores em meio às relações desiguais de produção (LAYARGUES, 2002, p. 179).

2.1.3 A manutenção das condições de miséria dos catadores

Conforme visto, o caráter oligopsônico do mercado de reciclagem é controlado por alguns atores que desenvolvem determinados tipos de relações visando fins lucrativos característicos de empreendimentos capitalistas. Isso se dá em consequência do mercado não ser uma estrutura abstrata, mas ser um ambiente de relações povoado por atores que lhe conferem os traços que lhe são característicos. Em se tratando do mercado de recicláveis, grandes empresas como algumas poucas que atuam no mercado de latas de alumínio e de sucata ferrosa, são basicamente as únicas empresas que compram esses produtos dos intermediários, ao mesmo tempo em que elas são, também, fornecedoras de produtos finais (LAYARGUES, 2002, p. 189). Fator que as leva a obter um grande poder de negociação (Ibid.). Estas empresas juntamente com outras grandes intermediárias comerciais são responsáveis pelo estabelecimento de outro tipo de relação, a “verticalização do mercado de recicláveis” (CARDOSO, 2009). Esta se estabelece através da compra de empresas intermediárias da cadeia produtiva por grupos maiores. Tal procedimento permite, assim, a incorporação de unidades menores de intermediários comerciais com o objetivo de possibilitar o exercício de um controle ainda maior sobre os preços praticados neste mercado.

Já quando se trata do ramo de serviços de coleta seletiva de resíduos contratados pelas administrações públicas, o fato do poder público municipal ser o principal cliente destes serviços torna comum a competição entre as empresas prestadoras dos mesmos serviços. Neste ínterim, para que uma empresa possa vencer esta competição em detrimento das demais, algumas delas lançam mão de certos artifícios. Um deles é a influência externa sobre os governos municipais através do que é chamado por Raffin (2004, p. 14) de “investimento

na democracia”. Este termo se refere à um tipo específico de relação estabelecido entre algumas empresas do ramo da limpeza urbana, onde se insere a coleta seletiva, e certos candidatos a cargos executivos e/ou legislativos do poder público municipal durante os períodos eleição para estes cargos. O “investimento na democracia” ocorre quando determinada empreiteira aplica recursos financeiros em campanhas eleitorais, tanto de forma legal quanto ilegal (“caixa dois”) com a finalidade de conseguir ser contratada ou manter seus contratos com determinada administração municipal (Ibid.).

O problema deste tipo de prática em relação aos catadores é que quando uma empreiteira é contratada para a realização de um serviço de coleta seletiva, a mesma acaba tendo concedida a operação destes serviços em nome da municipalidade. Ou seja, ela adquire o status formal de executora da coleta seletiva, o que contribui para que possa ser ampliado o sentido de informalidade e precariedade do trabalho de coleta seletiva já feito pelos catadores, o qual não é tido como um serviço prestado à municipalidade (GRIMBERG, 2007).

A formalização de uns e a informalização de outros estabelecida na relação entre empreiteiras e setor público representa para uma das lideranças do MNCR/RS, um dos principais motivos pelo qual os catadores não possuem seu lugar garantido na sociedade, tal como afirma F.:

...assim como o catador viu uma forma de sobreviver do lixo, os grandes empresários também viram, né... E disputam isso com os catadores de uma forma totalmente desigual. E o que mais essas empresas que trabalham com esse material querem ver é uma cadeia produtiva da reciclagem sem os catadores, porque é um entrave para eles.

Estas considerações de F. vão ao encontro da concepção de que os processos de exclusão dos catadores se realizam em decorrência do fato de que os “mercados produzem complôs que bloqueiam os benefícios potenciais da competição para o pobre” (DEMO, 2002, p. 44). Pobreza e exclusão “refletem o sucesso de grupos que procuram vantagem numa economia competitiva e num ambiente político” (Ibid.). Deste modo, a organização dos interesses dominantes tende a formar “coalizões distributivas” articuladas para ganhar vantagens à revelia daqueles que se encontram dispersos ou que não conseguem competir (Ibid.). No âmbito específico da reciclagem as condições de miséria e de exclusão dos catadores decorrem, concomitantemente, da formação de coalizões distributivas entre grupos e setores dominantes e de um mercado de recicláveis estruturado a partir de relações oligopsônicas. Ambos são importantes fatores através dos quais a questão social da reciclagem é configurada.

2.1.4 Aspectos da criminalização da questão social da reciclagem

O sentido de criminalização da questão social da reciclagem já era disseminado, de alguma forma, durante a administração da Frente Popular¹⁵, período em que a referida gestão municipal começou a acusar os catadores do cometimento do que foi denominado de “roubo de lixo”. Esta denominação permanece sendo utilizada pela atual administração da prefeitura de Porto Alegre. Grosso modo, “roubo do lixo” seria uma definição para designar o simples ato de muitos catadores coletarem seus materiais antes da coleta seletiva feita pelos caminhões a serviço da prefeitura (DUTRA, 2009, p. 6). Agregada a tal denominação, a “reciclagem clandestina” é designada pelo atual governo municipal, o qual classifica a coleta de materiais feita pelos catadores, sem o seu consentimento, como uma atividade ilegal (MICHELOTTI, 2006, p. 142). Já em contrapartida, os catadores acusam a prefeitura de ter se apropriado, de forma indevida, do “lixo” que era de exclusividade dos pobres e dos catadores (SOSNISKI, 2006, p. 74). Essas formas díspares de interpretação do sentido da coleta seletiva feita pelos catadores, nas circunstâncias atuais, é o que vem acionando e mantendo o acirramento do conflito entre a “coleta seletiva formal”, de um lado, e a “coleta seletiva informal”, de outro.

Entretanto, entre os próprios trabalhadores da reciclagem são disseminadas significações que legitimam processos excludentes no contexto urbano e que são introduzidas entre os mesmos. Isso se dá ao atribuir a culpa aos catadores de rua, ou aos “informais”, pelo “desvio do lixo” que seria destinado aos galpões de catadores “formais” – conhecidos como “recicladores”¹⁶ (SILVA; ROSADO, 2009, p. 8). Por sua vez, esse tipo de atribuição de culpa oferece as condições para a intensificação de um conflito entre esses trabalhadores, os quais são frutos de uma mesma questão social¹⁷.

¹⁵ A Frente Popular consistiu na coligação entre os partidos PT, PC do B, PCB e PSB que governou a Prefeitura Municipal de Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos de 1988 a 2004.

¹⁶ Traduzindo essa disputa em dados, de acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE, 2008), do montante de materiais recicláveis coletados, 60 toneladas diárias são recolhidas pela coleta seletiva formal terceirizada pelo governo municipal de Porto Alegre. Esta coleta é destinada aos galpões dos “recicladores”, ou seja, dos catadores “formais”. Já, conforme Martins (2005, p. 35), na outra ponta, os catadores “informais” coletam nas ruas, no mínimo, o dobro, ou seja, 120 toneladas diárias. Esta diferença entre as coletas “formal” e “informal”, de acordo com a prefeitura, é o que diminui da renda dos “recicladores”, pois os catadores de rua estariam “roubando” os materiais recicláveis e deixando aqueles apenas os “rejeitos” (SILVA; ROSADO, 2009).

¹⁷ Os catadores dos galpões recebem atualmente uma ajuda de custo de R\$ 2.500,00 por meio de convênio firmado entre o poder público municipal e as associações que fazem a gestão dos galpões de reciclagem em

Esta conflitualidade induzida entre “catadores de rua” e “recicladores de galpão” foi observada por Michelotti (2006, p. 133-134) ao constatar a existência de um discurso que prima pela retirada dos catadores das ruas. Além disso, essa discursividade procura estabelecer a necessidade de transferência destes catadores para um o espaço mais restrito de um galpão de reciclagem como meio de formalização de sua atividade enquanto uma estratégia de remoção dos catadores das ruas de Porto Alegre, pois, tirá-los da rua:

[...] é a ordem do dia, seja porque possam, [...], estar “dificult[ando] o trânsito nas grandes cidades e compromet[endo] os sistemas oficiais de gerenciamento de resíduos sólidos”, seja porque evocam uma profunda sensação de mal-estar e de sujeira, “ocasion[ando] problemas ambientais graves” [...] – afinal, quem trabalha com lixo com ele acaba se confundindo. Poderia mesmo se dizer que a construção de um status fica atrelada à sua vinculação a um grupo devidamente formalizado [...] (Ibid.).

No entanto, a atribuição desses sentidos a esses trabalhadores constitui-se em um meio para tornar justificáveis determinados processos excludentes, tais como a exclusão territorial que se realiza através da proibição de acesso aos territórios de coleta onde os catadores atuam¹⁸. Esses processos, ao privarem os catadores de ter acesso ao seu espaço de trabalho, contribuem para o despojo dos vínculos sociais e territoriais estabelecidos pelo trabalho diário em meio à cidade (SILVA; ROSADO, 2009, p. 7-8). Todavia, de forma oposta, os catadores demandam melhores condições de trabalho e de vida, não através da proibição de seu trabalho ou da perda de seu território, mas através do reconhecimento do amálgama entre o catador, seu trabalho e sua territorialidade, dada a total impossibilidade de dissociação entre estes três fatores (SOSNISKI, 2006, p. 47).

Neste sentido recordo-me de uma experiência de demonstração pública que vivenciei junto ao MNCR em que centenas de carroças tomaram a Avenida Castelo Branco em direção ao prédio da sede do governo municipal de Porto Alegre e, em duas outras vezes

Porto Alegre. Porém, tanto os catadores de rua quanto os organizados em associações não possuem direitos relacionados ao seu trabalho. A diferença é que os catadores dos galpões têm algumas garantias associativas proporcionadas pelas suas entidades, como por exemplo, alguns dias de licença maternidade ou quando acontece acidentes de trabalho, sendo que essas garantias associativas variam de grupo para grupo.

¹⁸ A proibição do acesso dos catadores aos seus espaços de coleta acompanha o processo de criminalização dos catadores que passou a vigorar em Porto Alegre, onde algumas “ONGs” em conjunto com certos políticos de turno motivados, à princípio, contra o “sofrimento animal” dos cavalos fizeram aprovar uma lei municipal chamada de Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal (VTAs) e de Veículos de Tração Humana (VTHs) (PORTO ALEGRE, 2008) que estipula o prazo de oito anos, para que seja definitivamente proibida a circulação desses dois tipos de veículo no trânsito de Porto Alegre. Como pode-se notar, essa nova lei não se preocupa unicamente com os equinos, porque atingiu o conjunto dos catadores, inclusive os que não trabalham com carroças tracionadas por cavalos, mas com VTHs, ou com os popularmente chamados carrinhos de coleta. Essa lei foi denominada pelo MNCR de lei anti-catador (LUTA..., 2009).

em direção à Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Manifestações das quais participei ativamente tanto da articulação quanto da assessoria à equipe de negociação com as referidas instituições. Mesmo com as diversas negociações, participações em seminários e grupos de trabalho com algumas secretarias do referido governo municipal, infelizmente, as soluções que ainda vigoram para a presente questão social continuam passando pela simples criminalização da mesma. Sobre tal forma particular de encaminhamento desta problemática, os próprios catadores já lembraram desde a realização de uma manifestação pública ocorrida em Porto Alegre no dia 9 de junho de 2005¹⁹, quando, através de uma grande faixa estendida em frente à prefeitura podia-se ler: “Senhor prefeito, a questão social não é caso de polícia!”. Tais dizeres remetem a uma determinada forma muito antiga de lidar com os movimentos sociais ao final da República Velha durante o governo Washington Luis (1926-1930) (PIRES, 2009), e que se mantém na atualidade. Em síntese, o tratamento da questão social da reciclagem como caso de polícia acontece por meio da sua criminalização, a qual é justificada através dos significados atribuídos aos catadores que vão desde a acusação de “roubo de lixo” até a proibição legal da atividade de coleta feita por eles nas ruas da cidade.

Muitas políticas implementadas pelos governos municipais²⁰ representam em muitos casos, formas inadequadas de encaminhamento da questão social da reciclagem tal como enfatizou por A (catador coordenador geral da Base Cavahada do MNCR e coordenador estadual do MNCR, 29 anos) durante uma das reuniões estaduais, onde registrou-se na ata deste encontro que em Porto Alegre...

[...] é comum a prefeitura atuar na retirada dos catadores das ruas das cidades visto que existem contratos dos municípios com as empreiteiras e que isso envolve grande quantidade de recursos públicos. O máximo que alguns municípios tem feito é prometer a coleta seletiva e quando realizam apenas dirigem os materiais recicláveis, muitas vezes com grande quantidade de lixo, para dentro dos galpões para lá os catadores separarem. Por sua vez, esses trabalhadores desenvolvem seu trabalho sem estruturas que garantam o retorno da produção (RELATÓRIO, 2009).

Uma situação nenhum pouco favorável aos catadores também foi relatada por Dona T. sobre a relação dos catadores com o governo municipal de Uruguaiana:

¹⁹ O planejamento dessa ação encontra-se na cartilha de formação política do MNCR (CARTILHA, 2005, p. 66). Acessível em: http://www.mnrc.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf .

²⁰ Faço aqui a diferenciação entre governo municipal e prefeitura, pois algumas categorias de trabalhadores de prefeituras, ou de trabalhadores conhecidos como municipais, apóiam os catadores, mesmo que os respectivos governos dessas cidades sejam contrários e tomem medidas que prejudiquem os catadores. Portanto, mesmo que não apareça nas falas dos catadores, penso que seja importante que essa distinção seja feita como forma de não cometer uma injustiça contra os municipais que apóiam o MNCR, tal como ocorre em Porto Alegre e em Cachoeirinha, onde existem alianças estabelecidas entre os sindicatos representativos destes trabalhadores e o movimento dos catadores.

[...] a coleta seletiva foi implantada no município para tirar os catadores do lixão. Atualmente os catadores voltaram para o lixão porque as empreiteiras não destinaram o material reciclável para os galpões. Isso obriga os catadores a catarem diretamente no lixão, visto que na rua não tem mais material. A intervenção do poder público tem se limitado a entrega de cestas básicas ou então a oferta de cursos de capacitação voltados para formação de cabeleireiro, artesão, ou outras profissões que não a de catador. Os catadores de Uruguaiiana não recebem apoio do poder municipal e é comum que os catadores sejam acusados de crimes por qualquer acidente que ocorra nas mediações do lixão. Lembra, ainda, que no lixão de Uruguaiiana existem quatro gerações de catadores trabalhando atualmente. Para a representante desta base a preocupação do governo atual é ‘limpar a cidade’, tirar os catadores das ruas e, com isso, desmobilizar os processos de organização desses trabalhadores (Ibid.).

Os dois fragmentos das falas A. e de T. em Porto Alegre e Uruguaiiana, respectivamente, retratam um pouco da relação que se estabelece entre os catadores e os referidos governos municipais em contextos em que a questão social é encaminhada por meio da retirada forçada dos catadores das ruas (“limpar a cidade”) através da criminalização destes sujeitos em benefício de empreiteiras prestadoras de serviços de coleta seletiva.

Assim, as relações referidas neste sub-capítulo são causadoras da questão social da reciclagem no âmbito das experiências de trabalho e das vivências cotidianas dos catadores no que diz respeito a determinadas instituições. Estas relações podem ser melhor visualizadas a partir do diagrama 3:

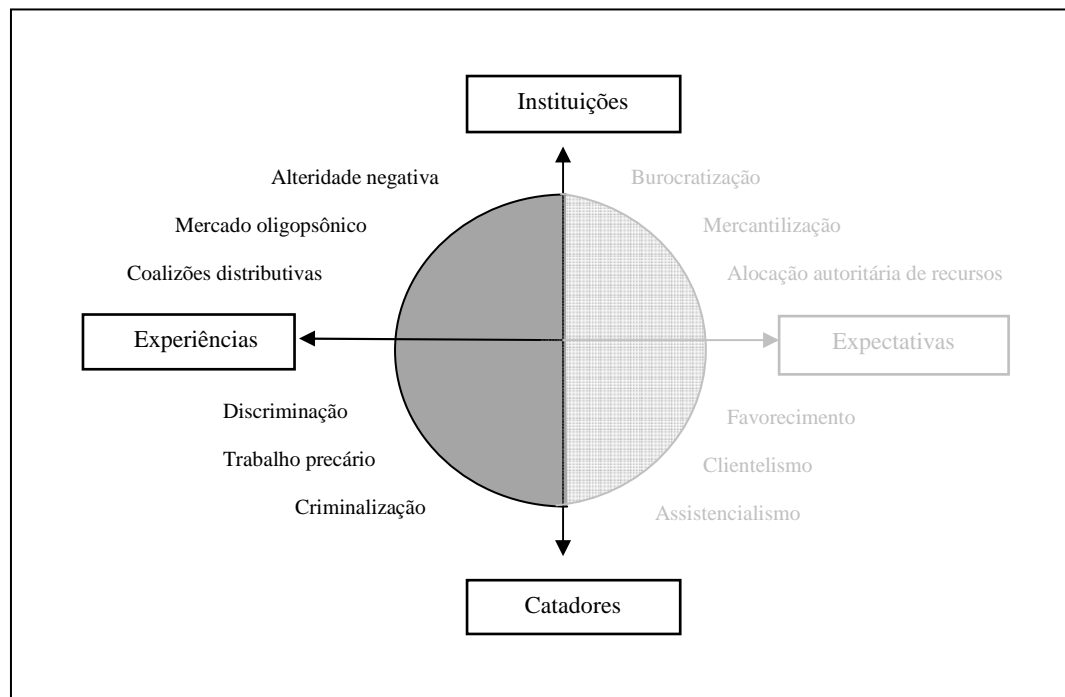


Diagrama 3 – As relações que causam a questão social da reciclagem
Fonte: O autor (2010)

2.2 AS RELAÇÕES QUE VISAM ENCAMINHAR A QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM

Os encaminhamentos que visam solucionar a problemática social em questão passam, na maior parte das vezes, por dois conjuntos de relações presentes no âmbito das expectativas tanto das instituições quanto dos atores. As primeiras expectativas são pautadas pela mercantilização, tecnificação/burocratização e a pela alocação autoritária de recursos. E as outras expectativas são pautadas por relações assistencialistas, clientelistas e de favorecimento. Estas relações são a seguir interpretadas.

2.2.1 Mercantilização

Segundo Montañó (2003, p. 170), nos dias de hoje, a reestruturação produtiva consubstanciada pela mundialização dos mercados tem incentivado a expansão da flexibilização e da precarização das relações laborais. Processos estes que têm possibilitado a despolitização do equacionamento da questão social, ao propor que a mesma seja encaminhada através das mesmas relações de mercado. Tal domínio mercadológico passa, assim, a ser entendido como uma instância privilegiada de regulamentação e legitimação de todas as demais relações sociais (Ibid., p. 188). Isto porque, atualmente, são sobrevalorizados os procedimentos institucionais que incentivam competências ou méritos passíveis de serem realizados no âmbito do mercado. Tal forma de estimar estes méritos faz com que seja concebida como forma de satisfação das necessidades sociais dos sujeitos a sua posição no mercado condicionada pelas suas competências individuais (SOBOTTKA, 2006, p. 80).

Muitos dos encaminhamentos da questão social da reciclagem também são pautados por expectativas mercadológicas. Documentei algumas dessas formas de encaminhamento a partir do processo de interlocução com o atual governo municipal de Novo Hamburgo. Neste processo, em meio às discussões para a implantação de uma política de coleta seletiva que incluísse os catadores deste município, foi dada grande ênfase, por parte de algumas secretarias, à construção de uma “rede de comercialização de materiais recicláveis”, a ser sediada na “central de reciclagem” localizada no bairro Roselândia²¹. Uma das preocupações

²¹ A gestão desta “central de reciclagem” ficava a cargo de uma cooperativa responsável pela triagem dos materiais recicláveis do meio dos resíduos depositados no espaço desta unidade. Porém, uma série de denúncias contra esta cooperativa já vinha sendo encaminhada ao Ministério Público por parte de alguns de seus associados. Os principais pontos destas denúncias consistem em que a mencionada cooperativa nunca havia

do MNCR/RS era que a grande ênfase conferida à comercialização de materiais recicláveis por meio de uma “rede” refrearia o processo de implantação de um novo modelo de coleta seletiva. Isto porque os esforços que poderiam ser direcionados para a estruturação de um outro modelo de coleta seletiva seriam voltados em prol do início de uma central municipal de comercialização de recicláveis. Proposta que conforme avaliação da reunião da instância executiva do MNCR/RS de 20 de setembro de 2009 seria como “começar a casa pelo telhado”. De acordo com G., tal proposta não dava a devida atenção à geração, destinação e coleta desses materiais, ou seja, aos ciclos básicos da reciclagem. Mas, pelo contrário, buscava investir na estruturação desta rede, que, na sua opinião, seria um passo posterior. Conforme a posição de G., a intenção de iniciar uma política de coleta e destinação de resíduos já pensando em uma rede de comercialização poderia representar uma inversão de objetivos. Isto é expresso, também, no seguinte excerto retirado de um material de formação do MNCR:

Não estamos apenas pensando em avançar na cadeia produtiva e criar redes de comercialização para competir de igual para igual com os grandes aparistas e/ou romper com eles; se pensarmos dessa forma estaremos distorcendo o nosso objetivo estratégico. Organizar redes deve ser a tática usada pelas associações/cooperativas, grupos de catadores para melhorar sim um pouquinho o ganho da venda dos materiais recicláveis, mas sem esquecer que estamos organizando um sujeito que de fato presta um serviço à sociedade, os catadores de materiais recicláveis, que trabalham sem reconhecimento e valorização deste serviço prestado. Pensar simplesmente em enfrentar o mercado é caminhar contra a inclusão de catadores, os chamados de informais, individuais, desorganizados, etc. A força da comercialização em rede de cooperativas, ou até mesmo o avanço na cadeia produtiva, ou seja, o pré-beneficiamento ou até mesmo a industrialização de materiais não pode estar separado da luta na manutenção dos catadores nas ruas, seu reconhecimento e valorização (MOVIMENTO..., 2010a, p. 7).

A partir deste excerto é possível constatar que em suas linhas de atuação, o MNCR não descarta a atuação em nível de mercado, no entanto, não se restringe a ela. Porque, para este movimento a atuação em nível de mercado representa uma tática a ser utilizada, porém não compõe a estratégia de inclusão defendida pelo MNCR. A questão social não se torna mais amena em função do crescimento dos mercados, pois o modelo hegemônico de desenvolvimento contribui para o aprofundamento de desigualdades e para a concentração ainda maior de riquezas (IASI, 2009). Isto é, acima, reafirmado pelo MNCR ao pronunciar

apresentado um balanço patrimonial ou prestação de contas aos seus associados; a baixa renda, pois seus associados recebiam entre 60 e 80 reais por quinzena; o trabalho insalubre feito em cima de um ambiente tipo “lixão” sem equipamentos de proteção; e a não-realização de assembléias para tomadas de decisões. Atualmente foi rescindido o convênio entre a cooperativa e a prefeitura municipal de Novo Hamburgo, os ex-associados estão participando das formações promovidas pelo MNCR em parceria com uma outra cooperativa de catadores que vai assumir a futura gestão deste espaço (REICLADORES..., 2010).

que: “Pensar simplesmente em enfrentar o mercado é caminhar contra a inclusão de catadores, os chamados de informais, individuais, desorganizados, etc”. Pois o sucesso de mercado que algumas organizações de catadores venham a obter pode representar uma forma de concentração de riquezas sem que a mesma possa ser redistribuída ao conjunto desta categoria. O que não amenizaria os tensionamentos próprios à referida questão social, mas poderiam ser constituídos novos conflitos e divisões neste contexto. Apesar disto, o sentido mercadológico ainda persiste para muitos atores que pretendem encaminhar propostas e soluções de cunho social no âmbito da reciclagem.

2.2.2 Burocratização

A forma de encaminhamento pautada pela burocratização desta questão social é proveniente de uma relação social estabelecida em função de uma racionalidade que apregoa a intervenção técnica como a única forma de se solucionar os efeitos e as disfunções da questão social, e desconsidera, por isso, a intervenção de cunho político com a finalidade de controlar os processos geradores das desigualdades dos quais tais disfunções não passam de reflexos (CASTEL, 2004, p.30-34). No Brasil, este tipo de racionalidade instrumental vem subtraindo o debate político ao reduzi-lo a uma dimensão exclusivamente técnica (SOBOTTKA, 2006, p. 84).

No entanto, quando despolitiza-se as diversas expressões da questão social por causa das intervenções unicamente técnicas, se reforça uma práxis tradicional assentada no clientelismo dos sujeitos “beneficiados” e no vanguardismo dos técnicos, o qual retira o protagonismo dos potenciais atores na luta por equacionar seus problemas e demandas sociais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 49-59). Sobre o controle exercido por atores externos dotados de um certo conhecimento técnico proveniente dos processos que dizem respeito aos catadores, no Encontro das 700 lideranças do MNCR realizado em 2006 no Distrito Federal, foi colocado que...

[...] as lideranças de base têm por dever puxar as discussões locais e trabalhar as relações com os parceiros sem deixá-los fazer tudo. ‘Os técnicos e apoiadores trabalham *junto* com a liderança local e não *na* liderança’. Os técnicos devem respeitar a cultura e a decisão dos catadores mostrando o ‘caminho das pedras’, socializar os conhecimentos e as informações importantes através de reuniões coletivas. Porém, não devem barrar as lideranças naturais que vão surgindo nas bases locais dando espaço e incentivo para o seu desenvolvimento. Em suma, ‘ele não deve fazer *para* o catador, deve fazer *junto* com o catador’. [...] o catador tem de saber o que fazer e aquilo que deve fazer para não deixar os outros fazerem para ele. Por isso é importante para o catador se capacitar, entender os termos técnicos, ter conhecimento sobre estes. ‘Não se pode deixar as coisas para os outros fazerem’.

‘Os catadores não são contra os técnicos, só querem ter autonomia’ (RELATÓRIO, 2006, p. 10-11).

Dessa forma, conforme o exposto acima para que os catadores possam ter autonomia em relação aos técnicos, e poderem decidir, assim, sobre os seus próprios desígnios é preciso que haja um processo de apropriação de um conhecimento igualmente técnico a ser compartilhado ou “socializado” com os catadores. Esta forma de relacionamento entre catadores e técnicos também foi abordada no dia 27 de março de 2010 em uma reunião de coordenação executiva do MNCR/RS. Nesta instância, entre algumas discussões de caráter administrativo acerca das formações do movimento, coloquei que os catadores deveriam ter o cuidado de não deixar o conhecimento produzido pelo movimento ser disseminado indiscriminadamente para outras organizações que lidam com a reciclagem. E, para minha surpresa, fui interpelado por G. que discordou de minhas colocações ao afirmar que conhecimento do MNCR/RS não pode ser retido, assim como é feito por muitos técnicos. Porque é através da divisão deste conhecimento que os catadores podem empoderar-se de seus processos econômicos, políticos e sociais. G. disse, ainda, que o conhecimento não pode ser considerado como uma propriedade exclusiva deste movimento e nem de seus militantes. O conhecimento deve ser sistematizado e socializado como forma de incluir e melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a categoria, reafirmou G. com veemência.

Em um momento posterior pude me dar conta que este posicionamento com o qual G. questionara minha opinião durante esta instância é o que pode garantir que um movimento social possa ter um grau de flexibilidade e não se cristalize em funções técnicas específicas ocupadas pelos seus militantes. Neste sentido, ao levar em consideração os meios que se utilizam os movimentos sociais para perseguirem seus objetivos, tais como a flexibilidade, a baixa especificação de papéis e atuação no limite do marco legal (SOBOTTKA, 2003, p. 54). Um movimento social não pode ser engessado por regulamentos e normas burocráticas, pois isso acaba impedindo que um movimento possa existir enquanto tal (Ibid.).

Este entendimento é observado também no interior do MNCR/RS, tal qual coloca F. ao criticar o problema da burocracia dos governos, como sendo um “mecanismo que trava a nossa luta... e é por aí que eles conseguem um distanciamento das questões reais que a gente leva pra debater sobre a realidade... criando mil e um subterfúgios que às vezes não têm nada haver com o que a gente coloca”. As dificuldades impostas a uma proposta de mudança de uma realidade social pode ser, assim, interpretada como um “fenômeno burocrático” no qual muitas organizações tendem a sucumbir. A definição deste fenômeno está associada à noção

de “fuga da realidade” a partir da noção de regramentos impessoais. Estes visam à eliminação arbitrária das dificuldades e são utilizados como meio de se evitar “as adaptações e as mudanças que, de outra forma, pareceriam inevitáveis” (CROZIER, 1981, p. 272). Neste sentido, como forma de se evitar as mudanças, F. identifica que “uma característica da burocracia” seria...

tornar tudo complicado ao ponto que as pessoas não conseguem entender... até tu pegá a manha da burocracia, tu precisa de dois, três, quatro anos fazendo isso pra tu começá a entendê um pouquinho o que é essa burocracia, né, e aí é complicado, mas é superação, né...

F. ao referir-se às complicações que trazem a burocratização do encaminhamento das demandas dos catadores está se referindo, do seu jeito, ao que Weber denomina de “acúmulo de provisões legais abstratas” que implicam na “criação de uma nova forma intransigente de monopólio (a expansão do controle do funcionalismo burocrático)” (GIDDENS, 1998, p. 33). Indaguei, então, F. sobre o que ele pensava a respeito dos atores que aprendiam a lidar com a burocracia e centralizavam para si este conhecimento, e ele me respondeu, o seguinte:

Eu acho que são uns caras totalmente dominados porque eles pensam, fazem e se regem totalmente pela burocracia, tá ligado? Eles até podem ter um pensamento por fora... mas eles são totalmente coordenados pela burocracia... e aí por eles serem coordenados por essa burocracia, eu acho que eles só conseguem ver esse mundo como real, sabe... só isso como possível, tudo que destoa disso, mesmo sendo uma ordem totalmente injusta, mesmo sendo uma coisa favorecedora de alguns poucos, eles acham que tá certo, que é o único meio, sabe, a única forma de fazer... eu não gosto muito de burocrata (risos).

F. referiu-se a burocracia como “um único meio de fazer” mesmo que não seja justo ou pautado por critérios de igualdade, esta referência feita por ele condiz com a tensão constatada por Weber, entre democracia e burocracia, onde no interior desta tensão reside uma antinomia básica entre ambas, porque a extensão de direitos “demandava o crescimento de uma centralização burocrática”, sendo que “o contrário não acontecia” (GIDDENS, 1998, p. 33). Isto ocorre por que os processos burocráticos baseados na impessoalidade das regras, na centralização das decisões e na especialização de funções tornam as organizações burocráticas incompatíveis “com os valores democráticos, que são os únicos que legitimam a ação social” (CROZIER, 1981, 259).

Entretanto, a tendência à burocratização é também característica de todas as instituições porque com o advento da modernidade “o processo de decisão se torna crescentemente uma questão ‘administrativa’, a ser conduzido de acordo com os preceitos normativos ditados por ‘especialistas’” (GIDDENS, 1998, p. 36). Crozier (1981, p. 274) define este fenômeno como sendo uma espécie de imposição de um “‘modo operativo’

único”, ao qual todos devem se conformar, pois “a própria ordem do seu desenvolvimento já estão especificados” (Ibid.). No entanto, as práticas de divisão do trabalho e das ações sociais engendrados pelas dinâmicas burocráticas são incapazes de identificar e satisfazer as demandas provenientes da realidade cotidiana dos atores (FERREIRA, 2008, p. 34).

2.2.3 Alocação autoritária de recursos

A grande dependência dos catadores em relação à captação de recursos necessários para estruturar o trabalho de coleta e pré-beneficiamento de materiais recicláveis, e para manter o movimento organizado é o que possibilita as condições necessárias para que atores externos se aproximem deles com a finalidade de intermediar as relações dos catadores com o meio externo. Ou seja, para servirem como seus interlocutores junto aos canais provedores de recursos.

Entretanto, muitas organizações não traçam uma política transacional entre si e as demais organizações de forma complementar, mas sim, de forma que uma se beneficia em detrimento da outra. Elementos da presença deste tipo de relação podem ser constatados desde o processo de fundação do MNCR, pois, de acordo com o recorte documental abaixo:

Durante o debate, iniciamos considerando que no início o MNCR foi concebido por agentes externos do terceiro setor que almejavam uma entidade nacional com base em diversos estados para poder representar os catadores frente a vários organismos de captação de recursos para os seus projetos e a sustentação dos seus cargos burocráticos. [...] se o MNCR não tivesse sido criado naquele Primeiro Congresso dos Catadores e População de Rua em julho de 2001 em Brasília, essas entidades de qualquer forma fundariam uma entidade nacional qualquer para levar adiante os seus planos. O fato de ter saído um movimento social foi um grande avanço (MOVIMENTO..., 2007b).

Neste recorte empírico, entre outros elementos, é ressaltada uma disputa em torno da criação e da forma em que iria tomar uma organização de catadores em nível nacional. Essa disputa pode ser caracterizada como a expressão de uma “alocação autoritária de recursos” (EASTON, 1968, p. 80) por ela ocorrer em detrimento de alguns dos atores envolvidos nessa relação. Neste outro excerto isto se torna ainda mais evidente: “[...] a entidade jurídica geral de caráter nacional do MNCR não saiu do papel porque as ONGs não quiseram, pois assim elas conseguem continuar captando recursos para as assessorias que retiram o protagonismo e matam a luta dos catadores” (MOVIMENTO..., 2007b). Este seguimento textual descreve que, mesmo após a criação de um movimento social, os catadores para alocar recursos necessitam de uma entidade jurídica própria e até aquele momento algumas organizações

externas tentavam impedir a concretização desta demanda. O que deixa claro a existência de uma relação de conflito entre certas “ONGs” e o MNCR.

No entanto, o que entra em questão, a partir da interpretação desses excertos documentais, é a representação dos catadores frente ao seu meio ambiente e o modo de alocação de recursos que essa representatividade proporciona. Sobre esta questão, um outro elemento do mesmo processo de relação pode ser abordado ao serem avaliados alguns aspectos que caracterizam o contexto dos catadores na perspectiva das dificuldades de atuação desses atores em termos de captação e gestão de recursos, tal como segue:

[...] Outra problemática é a falta de condições e de preparo para captar e gerir esses recursos, no caso, não temos militantes para acompanhar e gerir o crescimento que esses recursos vão nos proporcionar. Muito disso se dá pela excessiva burocracia e pela capacidade que certos adversários têm de se mexer neste campo [...] (MOVIMENTO..., 2007a).

A partir da constatação realizada acima, é possível perceber as limitações apresentadas pelos catadores com relação aos recursos a serem alocados. Recursos que provêm de um meio externo repleto de traços sistêmicos caracterizados, pelos próprios atores, por uma excessiva burocracia e pela capacidade de determinadas organizações tidas, por eles, como “adversárias” de “se mexer neste campo”, além de uma grande dependência por recursos por parte dos catadores, conforme apresentado anteriormente. Tais apontamentos indicam que os catadores se dão conta que não se relacionam com um meio ambiente abstrato, mas com um campo de ação povoado por outras organizações que agem (“se mexem”) neste ambiente estruturado.

Agir, em tal contexto, significa ter capacidade de interlocução com os ambientes estruturados com a finalidade de captação de recursos oriundos daí. O que acontece é que as entidades sociais externas à organização dos catadores procuram se tornar seus correspondentes privilegiados, dada falta de preparo dos catadores para “captar e gerir esses recursos”. Neste sentido, algumas “ONGs” se apresentam para intermediar as relações entre os catadores organizados e o seu contexto mais amplo.

Conforme Friedberg (1995, p. 93): “os amplificadores ou porta-vozes da organização só aceitam ‘prestar serviço’ aos seus interlocutores na organização por meio de contrapartidas”, e, por conseguinte, contrapartidas que visam “os seus próprios interesses”. Como modo de fazer valer seus próprios interesses em suas relações, esses “amplificadores” podem “alistar” a organização ao serviço dos seus projetos (p. 94). A partir das categorias interpretativas acima se torna possível dar-se conta deste aspecto característico da forma como se estabelecem certas relações de forças entre o MNCR/RS e algumas organizações que

atuam em seu meio de ação. Onde o nível de relação entre tais entidades acaba por estabelecer interações permanentes de poder, ao gerar uma correlação de forças entre essas organizações sociais, ou um conflito de interesses, advindo das tentativas de “tradução e alistamento” (Ibid.) por parte de certas “ONGs” em relação ao MNCR, e da resistência empreendida por este para ter a sua possibilidade de interlocução e de auto-representação frente ao seu ambiente relacional.

Alguns aspectos dos sentidos que são atribuídos às “ONGs” podem ser visualizadas neste outro trecho abaixo, onde se indica que algumas organizações...

[...] barram a questão do ingresso nessas entidades de outros profissionais que não sejam catadores, mas agindo assim deixam de ter os seus próprios apoiadores orgânicos, se mantendo com os apoios externos providos das ONGs atravessadoras de recursos públicos e privados que tiram proveito da situação de miséria e dependência dos companheiros” (MOVIMENTO..., 2007a).

Tal correlação de força fica mais evidente quando toma forma de tipificações oriundas de uma das instâncias organizativas do MNCR no estado. Ou seja, caracterizações por parte desta instância tais como: “ONGs atravessadoras de recursos públicos e privados”, deixam claro, essa relação de conflito. Esse tipo de conflitualidade vem a reforçar o sentido das significações no interior deste movimento. Os argumentos que emanam de tais relações de força acabam por reforçar determinados sentidos em detrimento de outros. Isso possibilita que a própria organização conforme o sentido de sua ação ao conferir rosto às estruturas e às relações sociais (BERNOUX, s.d., p. 121).

2.2.4 Assistencialismo, clientelismo e favorecimento

Assistencialismo, clientelismo e favorecimento consistem em três tipos de expectativas que vêm sendo resgatadas para o equacionamento das questões sociais, através de um processo de “re-filantropização” das respostas a serem dadas às mesmas através das práticas de caridade (MONTAÑO, 2003, p. 188). Esta forma típica de encaminhamento das demandas e problemáticas sociais pode representar um retrocesso histórico. Isto porque, já na Europa do século XIX os setores dominantes pautaram uma estratégia dentro da qual a assistência aos indigentes deveria ser feita por instituições de previdência voluntária e organizações patronais como forma de se ter garantida a “paz social” entre as distintas classes (CASTEL, 1998, p. 247). Assim, a questão social era compreendida enquanto um fenômeno que se desenvolvia por fora das relações de natureza política e seu equacionamento passava

ao largo da possibilidade de mudança nas configurações estruturais de poder ou de realinhamento no campo político (Ibid.).

Desse modo, a atual despolitização da questão social por meio de sua “re-filantropização” representa, pois, um retrocesso histórico, porque, a noção de solidariedade política, disseminada pelos movimentos sociais da modernidade, contribuiu para que as problemáticas referentes à questão social não fossem mais alvos exclusivos das ações de caráter privado e humanitário. Mas, que as mesmas fossem, por outro lado, equacionadas por políticas públicas (KAUCHAKJE, 2008). No entanto, a baixa politização com a qual são tratadas nos dias atuais as demandas dos movimentos tendem a transfigurar direitos sociais em benesses e favores. Ao serem desse modo convertidos direitos em ajuda e tutela são recriadas as condições para a perpetuação da condição subalterna dos sujeitos. Ou seja, é como se o sujeito vulnerável precisasse provar que “é merecedor do benefício da política social, e que sua situação não se deve a fatores sobre os quais ele tem domínio” (SOBOTTKA, 2006, p. 82).

Empiricamente isso pode ser observado através do seguinte trecho desta ata de uma reunião do MNCR/RS: “O clientelismo dos agentes externos reforçou o senso comum que ainda vigora em muitos grupos de catadores que é a concepção de ‘base pedinte’ de benefícios em grande maioria econômicos [...]” (MOVIMENTO..., 2007). Este trecho ajuda a elucidar o sentido clientelístico que vem tomando certas práticas de determinadas organizações que não se pautam por uma forma política de solidariedade. Esse tipo de prática conforma grupos cativos de favorecimento no contexto da reciclagem. A solidariedade, assim, se confunde ao pensamento instrumental, no sentido de se alcançar metas para resolver problemas imediatos dos grupos beneficiados (GOHN, 2008, p. 450). Os direitos sociais acabam se transmutando em favores, os quais legitimam a condição subalterna dos sujeitos que passam a ser vistos pela sociedade como que sendo sustentados de modo exclusivo pela ajuda alheia (BELFIORE-WANDERLEY, 2002, p. 24). Assim, ao serem reduzidos os sujeitos à figura de um público-alvo beneficiário de favores, está se contribuindo para a despolitização dos encaminhamentos dados às demandas e aos problemas do cotidiano dos conjuntos societários marcados pela desigualdade e pelas assimetrias de poder e de concentração de riquezas.

A expectativa clientelística disseminada em meio aos catadores constitui, portanto, um empecilho para o desenvolvimento do MNCR, porque, conforme F.:

...tem uma gente de ONG que ao invés de fortalecer a organização dos catadores, só enfraquece, né... não tem um projeto de autonomia, de luta, um horizonte... é só projeto por projeto, né... o movimento tem um horizonte bem delimitado de ter algo mais concreto. E essas ONGs aí... enquanto a gente tá caminhando eles tão tentando fazer um troço que é deles e não dos catadores... porque quando o movimento

avançar elas não vão ter o que fazer, se o movimento avançar essas *ONG* assistencialista não vão ter mais tarefa. Outro porque eles têm essa lógica e encaram isso como uma benfeitoria, vão por aquela lógica assim, não dá pra mudar tudo, mas vamo fazê um projeto... e se o movimento avança... o movimento não é só projeto... projeto é uma parte dentro do movimento pra fortalecer uma estratégia. Pra eles, não, projeto é tudo... pois a estratégia é remediar, manter aquilo como tá. E ganham milhões com isso, né...

Como percebe-se a partir do depoimento de F., muitas organizações de caráter civil acabam contribuindo com a despolitização da questão social da reciclagem porque impõem seu entendimento com relação às demandas e aos segmentos que devem ser beneficiados por ações de proteção e de garantia social (KAUCHAKJE, 2008, p. 682-683) e traçam projetos para o suprimento do que consideram prioritário para o público-alvo por elas determinado, no caso, para os catadores.

2.3 A DELIMITAÇÃO PRELIMINAR DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM

Assim, as formas de encaminhamento da questão social da reciclagem, no que diz respeito a uma parte das instituições responsáveis pela mesma (governos municipais e organizações civis), são pautadas pela mercantilização, burocratização e alocação autoritária de recursos em detrimento das demandas dos catadores. Já no que tange as expectativas disseminadas em meio aos catadores, por parte também de muitas dessas instituições, estas mesmas expectativas fazem com que muitos catadores esperem que a sua problemática social seja encaminhada através de assistencialismo, clientelismo e favorecimento a grupos e indivíduos que se tornam cativos deste tipo de “benefício”.

Este elenco de relações que visam encaminhar a questão social da reciclagem é colocado ao lado das relações que causam a mesma questão social e que marcam as experiências tanto dos catadores quanto das instituições, tais como a alteridade negativa atribuída aos catadores, o formato oligopsônico do mercado de recicláveis, a formação de coalizões distributivas por parte de certas instituições e, por outro lado, a discriminação, o trabalho precário e a criminalização que marcam as experiências dos catadores. Assim, ao colocar lado a lado as experiências e as expectativas tanto das instituições quanto dos catadores pode-se visualizar as relações tanto que causam tanto as que visam encaminhar esta problemática social a partir do diagrama 4.

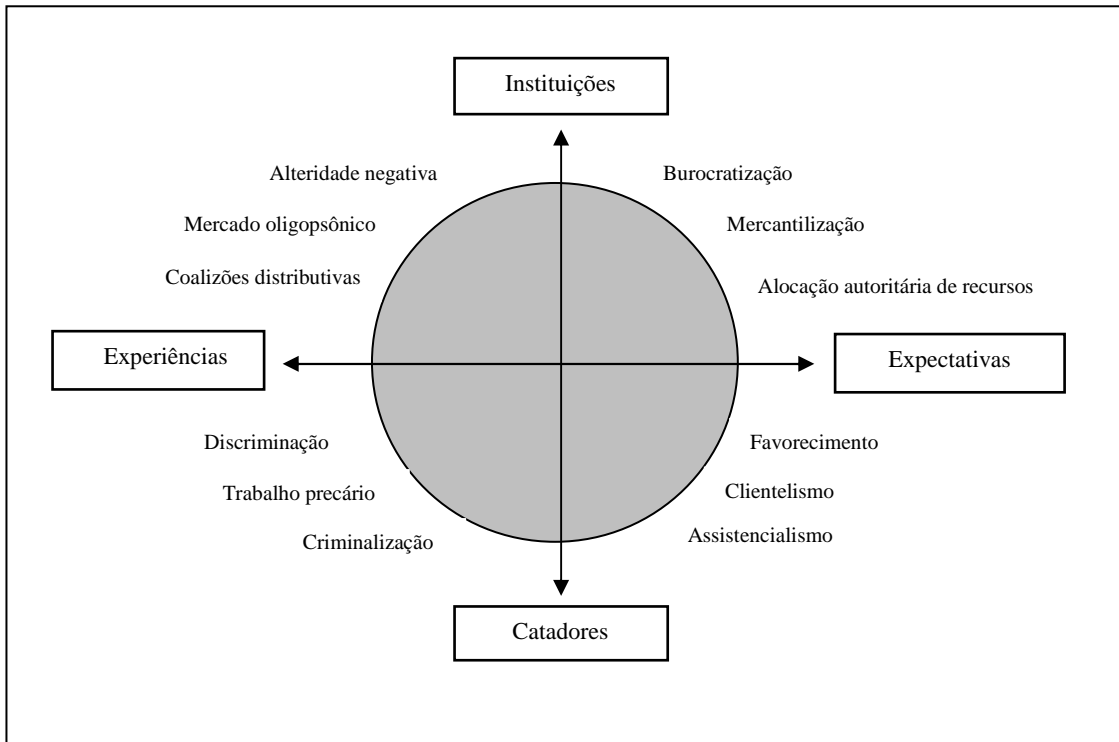


Diagrama 4 – As causas e os encaminhamentos vigentes da questão social da reciclagem
 Fonte: O autor (2010)

Assim, é definido de modo preliminar o contexto da questão social aqui estudada, cuja estruturação se dá em decorrência das relações que causam e as que visam encaminhar esta problemática social. Neste contexto caracterizado por este rol de relações, ao mesmo tempo cotidianas e históricas, um movimento social emerge a partir de um complexo processo de organização social e de um processo de interação reflexiva e interpretativa que dá suporte ao agir coletivo dos catadores como um modo de encaminhar de forma política a sua própria problemática social em conjunto com outros atores e instituições. Processos que serão interpretados no capítulo seguinte.

3. A FORMAÇÃO DE QUADROS INTERPRETATIVOS

As condições de miséria e de dominação constatadas na questão social reciclagem *per se* não levam automaticamente os catadores a organizarem-se com a finalidade de agir coletivamente contra as relações de desigualdade que causam e aprofundam o referido dilema societário. É preciso, antes disso, que ocorra a formação de uma identidade comum e de uma interação interpretativa como pré-requisitos para a construção de um movimento social (SCHERER-WARREN, 1996, p. 69-71) que vise encaminhar esta problemática social da forma que lhes seja mais adequada. Esses dois fatores implicam na consolidação de mecanismos de integração presentes em processos de organização coletiva.

Esta forma de conceber a organização dos sujeitos coletivos se diferencia das abordagens tradicionais que buscam visualizar uma determinação mecânica do processo de organização em função das circunstâncias desfavoráveis aos atores. Entretanto, são os mecanismos de integração que proporcionam aos atores a capacitação necessária para a ação enquanto grupo. Um dos principais mecanismos de integração consiste na consolidação de esquemas de referência cognitivos compartilhados de forma reflexiva entre os atores. Estes esquemas permitem estabelecer e estreitar comunicações e negociações, bem como realizar outros processos que envolvem a tomada de decisões no interior das organizações (FRIEDBERG, 1995, p. 203). É este mecanismo de integração que garante a definição e manutenção dos interesses comuns próprios aos atores (Ibid.).

Os interesses representam o “denominador mais comum dos movimentos sociais” (TARROW, 2009, p. 22-23). O termo “interesse” é somente uma “categoria objetiva imposta pelo observador”, pois, o que pode traduzir o potencial de ação de um movimento não são os interesses em si, mas sim, o processo que leva seus membros à concepção destes interesses (Ibid.). Os processos que levam à formação dos interesses, juntamente com a consolidação da identidade coletiva dos sujeitos, representam dois processos pelos quais é garantida a coordenação das ações efetuadas pelos movimentos (p. 23). Sobre o primeiro processo, pode-se dizer que a consolidação de interesses está relacionada com tanto com as experiências dos atores quanto com a delimitação de um horizonte expectativas que possa apontar para perspectivas de visualização de uma “formação social inclusiva” nutridas pelos sujeitos coletivos (DOMINGUES, 2003, p. 472). As expectativas nutridas pelos catadores no interior do MNCR/RS são de fundamental importância para a interpretação de como são conformados os interesses compartilhados por estes atores.

3.1 HORIZONTE DE EXPECTATIVAS DOS CATADORES NO MNCR/RS

A estruturação de um horizonte de expectativas compartilhadas e o fortalecimento identitário são dois importantes fatores que contribuem à constituição de um quadro interpretativo da realidade que envolve os catadores. Neste sub-capítulo são abordados os principais aspectos do modo como é composto um horizonte de expectativas compartilhadas entre os catadores organizados no MNCR/RS. As expectativas são aqui agrupadas em três categorias: expectativas de sobrevivência, expectativas de valorização profissional e expectativas de conquista de direitos.

3.1.1 As expectativas de sobrevivência

As expectativas relacionadas à sobrevivência ajudam a compor um dos interesses mais básicos que motiva o trabalho dos catadores. A busca cotidiana pela sobrevivência a partir do próprio trabalho representa uma das maiores justificativas dadas pelo catador para o ato de “catar” e destinar à reciclagem os materiais descartados pela sociedade. Este conjunto de expectativas é um importante fator de motivação para o trabalho de coleta e destino final de materiais recicláveis exercido no dia-a-dia dos catadores.

As expectativas de obtenção da sobrevivência por meio de seu próprio trabalho foram expressas por F., em sua resposta à pergunta sobre “por que as pessoas catam materiais recicláveis?”. Em resposta ele me disse que: “...a lógica do negócio é porque não tem trabalho... daí tu busca num refugio da sociedade uma forma de sobreviver...”. F. relatou, ainda, que ele mesmo começou a catar “...por uma questão de sobrevivência... por não ter espaço no mercado formal de trabalho”.

Tal espaço que configura o mercado formal de empregos muitas vezes não é acessado pelos catadores por fatores que dizem respeito à idade, à condição social e à baixa escolaridade (MEDEIROS; MACÊDO, 2007, p. 81). Estes dois últimos fatores podem ser constatados a partir dos depoimentos de D. (catador da base cavahada do MNCR, 27 anos), o qual mesmo tendo idade para acessar um emprego formal, sua condição é o que lhe impede de obter tal acesso. Segundo ele: “...eu passei a maior parte da minha infância na ‘loucura’ e acabei indo pra ‘vida do crime’”. Conforme D., ele foi criado pela sua mãe e desde os 7 anos começou a pedir dinheiro nas sinaleiras e já no início de sua adolescência o mesmo veio praticando certos “delitos”, os quais levaram-lhe ao cárcere. Logo que ele obteve sua liberdade condicional, “tomou um tiro” e quase veio a falecer. Desde então, D. decidiu

“mudar de vida”, foi então que ele escolheu tornar-se catador. Ao ser indagado sobre o que significava para ele ser catador, D. respondeu que “...é uma profissão digna como qualquer outra, é um trabalho digno, não prejudica ninguém... são pessoas que não têm estudo... é o único meio ‘na honesta’ que tem, é ser catador...”.

Já voltando aos fatores que impossibilitam o acesso dos catadores ao mercado de empregos, outro fator, aliado à condição social e ao baixo grau de escolarização, consiste na idade avançada dos mesmos. Conforme Dona E. (catadora da base cavahada do MNCR, 74 anos) a sua idade constitui um obstáculo em função do qual a mesma não conseguira mais “...arranjá um trabalho com carteira assinada”. Mesmo assim, a demanda pela sobrevivência, enquanto uma expectativa a ser suprida pelo próprio trabalho, pode ser constatada no momento em que Dona E. explicita que o trabalho com reciclagem de resíduos é o que “...mantém o sustento da minha família”. Dona E. considera que seu trabalho “...é um trabalho digno... porque eu me sinto digna trabalhando... eu levo o pão pra minha mesa e a comida pra minha mesa com o sustento do lixo que eu trabalho”. Sobre este ponto de vista, trabalhar na atividade de catação torna-se, assim, uma “fonte de dignidade” (MEDEIROS; MACÊDO, 2007, p. 82) e um modo legítimo de obtenção de renda, porque faz o sujeito entender-se como “um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do ‘mendigo’ ou ‘vadio” (Ibid.).

O ato pelo qual o catador busca distinguir-se como um trabalhador remete a uma segunda categoria de expectativas compartilhadas ente os mesmos. Tais expectativas se estendem para além da inicial busca pela sobrevivência. Estas se referem à valorização profissional dos catadores.

3.1.2 As expectativas de valorização profissional

A valorização profissional almejada pelos catadores pode ser verificada a partir do momento em que os mesmos passam a compreender a si mesmos enquanto trabalhadores. Esta forma de compreensão, por conseguinte, proporciona a atribuição de outro sentido à busca pela sobrevivência, tal como F. relata:

...eu acho que com o passar dos anos começou a ter um outro significado tu ser catador... tipo no início eu acho que é uma questão de sobrevivência mesmo, de não ter outra alternativa, sabe. Mas eu acho que o processo dos próprios dos catadores, e tal, que começando a conversar e refletir sobre o trabalho desempenhado... sobre a profissão do catador... começou a criar um outro significado... de um cara que faz um trabalho fundamental na sociedade.

Este “outro significado”, F. acredita ser compartilhado entre os catadores, porém, não da mesma forma entre todos porque...

...talvez muitos vêem uma profissão, mas só que não têm aquela idéia de regularizar de ter avanços na profissão... tem vários graus de o cara ver... mas a maioria que eu convivo... vê como uma profissão desde os organizados até os desorganizados... são poucos os que não dão valor para o seu trabalho.

No entanto, mesmo que a maioria dos catadores perceba-se como profissional, a sociedade ainda não os identifica como tal. Este fato é constatado por D. em seu depoimento abaixo:

No momento o catador não é reconhecido pela sociedade... ah é lixeiro, mas não é catador... é uma ofensa pro catador... porque ele não é lixeiro. É que essa profissão de catador deve ser reconhecida como profissão, não como simples... sei lá... um bico ou alguma coisa... porque catador é profissão, só que não é reconhecida no momento...

A noção de “bico” remete a visualização de uma atividade de trabalho passageira que é desempenhada como “última coisa que sobrou pra fazer” até o momento em que aparecer um outro trabalho melhor. Então indaguei F. se estes termos seriam válidos para explicar o porquê do sujeito tornar-se catador. Ele me respondeu que:

Essa afirmação de ser catador porque é a última coisa que sobrô pra ele fazer... eu acho que não é mais real... podia ser mais antigamente, hoje não mais... e quanto mais se avança nas conquistas isso deixa de ser assim, porque o trabalho do catador se organiza cada vez mais. Mas vai ser uma luta boa, enorme... pra isso dar certo. Eu acho que com o passar dos anos e se nossa força for suficiente pra tá conseguindo... o catador vai chegar uma época que não vai mais ser visto como um coitado, um marginalizado, pois ele vai tá trabalhando como um catador que vai ser visto como um trabalho digno...

As expectativas de conquista da dignidade através da valorização do catador enquanto um profissional não se referem a processos acabados, historicamente definidos e determinados. Os catadores, a partir deste tipo de expectativas, contribuem para que as ações de seu movimento social sejam pautadas por quadros que dignificam e justificam os atos desses atores, ao mesmo tempo em que aperfeiçoam as perspectivas políticas destes sujeitos (TARROW, 2009, p. 121). Entretanto, o resultado deste processo de valorização profissional ainda é incerto. Tudo depende da interação política e estratégica estabelecida no marco da questão social da reciclagem da qual os catadores organizados no MNCR representam uma significativa parte.

Contudo, a profissão de catador de materiais recicláveis já fora formalmente regulamentada em 2002 sob o número 5192-05 da Classificação Brasileira de Ocupações

(CBO) do MTE²². Este reconhecimento formal da profissão de catador de material reciclável pode representar o início de um processo de legitimação dos direitos a serem garantidos aos catadores (MEDEIROS; MACÊDO, 2007, p.86). A formalização por meio desta convenção institucional abre precedente para ação dos catadores em prol de outro conjunto de expectativas nutridas pelos catadores, as expectativas de conquista de direitos relacionados a esta atividade passível de ser valorizada enquanto uma profissão.

3.1.3 As expectativas de conquista de direitos

Os processos desencadeados a partir das expectativas de valorização profissional são complementados pelas expectativas de conquista de direitos a serem garantidos aos catadores. Haja vista que os mesmos ainda não possuem direitos vinculados ao seu trabalho. Estes atores desempenham, portanto, uma atividade laboral sem os suportes através dos quais lhes seriam assegurados um mínimo de garantias sociais para os mesmos se tornarem sujeitos de seus próprios destinos.

As expectativas por conquista de direitos relacionados ao trabalho desempenhado pelos catadores são conformadoras de um interesse compartilhado entre os catadores. Isto pode ser constatado quando D. afirma que é preciso haver “a união, a formação, a instrução pra eles (os catadores) ficarem conhecedores de seus direitos”. D. disse também que “o movimento visa o direito do catador... ele quer é a valorização desse trabalho... e é por isso que nós brigamo... por isso, hoje eu falo nós... porque eu também tô brigando por isso, também...”.

Neste sentido, para que o catador possa conhecer seus direitos com a finalidade de lutar pelos mesmos, F. contou-me, a seu modo, que os catadores deveriam nutrir a expectativa de conquista de direitos, pois esta seria fundamental para que os mesmos tenham vontade de lutar, conforme ele:

...as conquistas são muito lentas, porque ele (o catador) fica muito fechado, muito blindado, e quando a gente parte pra reivindicar alguma coisa com propriedade, assim, né, com fundamento de dizer que a gente tem direitos... que a gente é isso... que a gente defende isso... aí tu tocas na ferida, né... daí o governo, ele só tenta

²² Na CBO a denominação Catador de Material Reciclável se refere ao catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa). E na descrição sumária desta ocupação consta que os catadores de material reciclável são os sujeitos que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis (<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>).

abafar o preconceito e toda a opressão que se passa, né, como daquela forma superficial que eu te falei... ah é bonito, é legal, tá, realmente, é bonito, é legal, mas a gente quer mais, a gente quer a coisa concreta também acontecendo...

Os dizeres de F. traduzem bem a complexidade que envolve as expectativas de conquista de direitos no âmbito da questão social da reciclagem. Este conjunto de expectativas constitui, a partir de tal complexidade, uma das bases de organização da ação coletiva dos catadores. Porque as mesmas auxiliam para que eles consigam situar-se em relação aos demais atores, tais como os governantes que podem ter suas “feridas tocadas” através da reivindicação pelos direitos destes atores.

As expectativas nutridas em função da conquista de direitos são, deste modo, a possibilidade que os catadores possuem de reconhecerem-se enquanto sujeitos portadores de tais direitos. Este processo lhes proporciona, assim, a oportunidade de resgate de uma identidade coletiva através do estabelecimento de demandas. Tais demandas são, por sua vez, interpretadas e traduzidas reflexivamente em pautas políticas reivindicativas que apontam para uma mudança da situação social na qual os atores se encontram. As expectativas de conquista de direitos representam, por conseguinte, um meio para tanto (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Saber seus direitos para por eles poder lutar não é, entretanto, uma tarefa fácil para os catadores. Sobre esta dificuldade, em uma reunião da coordenação executiva ocorrida em Gravataí no dia 23 de fevereiro de 2010, F. afirmou que o movimento obteve muitas conquistas em termos de direitos aos catadores. Porém, essas conquistas não haviam sido efetivadas em grande parte dos grupos de base. G. comentou, a cerca disto, que o MNCR possui uma grande dificuldade em “entrar nas portas que ele mesmo abre”, ao se referir aos empecilhos existentes em tornar efetivo o acesso aos direitos conquistados pelos catadores²³.

A conquista de direitos juntamente com a garantia da sobrevivência e da valorização profissional constituem, desta forma, os três tipos de expectativas que compõem uma parte significativa dos desafios coletivos feitos pelos catadores organizados no MNCR/RS em

²³ Alguns direitos relacionados ao trabalho na coleta seletiva foram garantidos aos catadores em nível federal nos últimos anos através de duas importantes leis: o Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 que institui a coleta seletiva em órgãos da administração pública federal, este decreto garante a destinação dos materiais recicláveis gerados pelas repartições públicas federais às associações e cooperativas de catadores (GOVERNO FEDERAL, 2009); e a Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 que institui as diretrizes nacionais para saneamento básico. O artigo 57 desta lei prevê a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores a fins de prestação de serviços de coleta seletiva (Ibid., 2009a). A efetivação destas legislações garante alguns direitos aos catadores. A efetividade do acesso a estes direitos depende, porém, em grande medida, da estrutura disponível para tanto, pois muitas vezes os catadores não possuem a seu dispor uma estrutura logística e organizativa para realizar a coleta seletiva tanto nos órgãos públicos federais quanto na maioria dos domicílios de uma municipalidade.

relação ao contexto da questão social da reciclagem. As expectativas dos catadores deste movimento ao serem situadas em relação ao contexto da questão social da reciclagem contribuem para que o mesmo seja modificado através da constituição de “redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais” enquanto uma expressão de “solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva, sendo que esses são os principais processos dos movimentos sociais” (TARROW, 2009, p. 20).

As expectativas abordadas acima representam, portanto, desafios direcionados aos governantes para além da simples sobrevivência, sem desconsiderar a importância da mesma, mas desafios para que eles garantam direitos e o exercício de uma profissão a ser socialmente valorizada. Algo muito distinto do contexto de ausência de suporte sociais, discriminação, trabalho precário, discriminação e assistencialismo conforme visto anteriormente. O conjunto destas expectativas, no entanto, para se tornar parte de um quadro interpretativo de movimento precisa ser complementado por outro conjunto de experiências geradas por processos, através dos quais são constituídas estruturas de coordenação e de interlocução, assim como a formação da identidade coletiva própria aos catadores. Tais fatores processuais são característicos de um processo maior de organização destes atores a ser estudado no sub-capítulo seguinte, o qual trata da delimitação coletiva de um “nós” no interior do MNCR/RS.

3.2 A DELIMITAÇÃO DE UM “NÓS”

A interpretação teórica, metodológica e empírica de determinados aspectos do processo de organização do MNCR/RS passa pelo estudo de como se conformam certos conjuntos de experiências, para os quais os referidos atores lançam mão com o propósito de estabelecerem a delimitação de um “nós”. Neste sentido, a intenção do presente sub-capítulo é elucidar os vínculos entre as experiências passíveis de ser agrupadas em categorias operacionais que conferem sentido intersubjetivo a estas mesmas experiências (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 59).

Para tanto, é preciso interpretar as experiências dos catadores em termos de desenvolvimento de um processo organizacional levado a cabo por estes atores. Logo abaixo, podem ser visualizados alguns aspectos do processo constitutivo da organização dos catadores através do seguinte fragmento extraído de um documento de formação do MNCR:

Após a realização de dezenas de encontros de representantes dos estados do Brasil onde estamos organizados, dois congressos de abrangência latino-americana, definimos um conjunto de critérios básicos para estruturação da organização do movimento ao qual chamamos de “bases de acordo”; um conjunto de códigos de conduta ética e valores que chamaremos de princípios orientadores do movimento e

também um conjunto de metas de curto e longo prazos que temos como objetivos do MNCR (CARTILHA..., 2005, p. 05).

Os excertos que aparecem nesta cartilha de formação do MNCR/RS foram, também, referendados por G. na reunião de coordenação executiva do movimento do dia 23 de fevereiro de 2010. Na ocasião, G. disse que os oito membros do MNCR presentes na referida instância não poderiam deixar de lembrar sempre quem eram e de onde vieram. Ele concluiu, então, que aqueles oito militantes, entre os quais me incluía, foram parte do grupo de atores que soube aproveitar um momento histórico de organização e conseguiram pautar uma estratégia e um código de conduta militante, os quais influenciaram as demais organizações de catadores em nível nacional. Logo ao término destas colocações, eu tratei de questioná-lo dizendo que tanto os objetivos estratégicos quanto os princípios de conduta militante não estavam claros para a grande maioria dos grupos de catadores em nível nacional, e que muitas vezes nem para o próprio grupo de militantes da coordenação executiva não tinha-se claro tais pressupostos. Neste sentido, A. complementou meu questionamento ao dizer que o referido grupo teve que várias vezes traduzir as suas bandeiras de luta para si mesmo e afirmou que este grupo precisaria trabalhar um espírito de mobilização e de disciplina para manter os demais catadores engajados para além dos projetos passageiros e com prazo determinado.

Assim, conforme os aspectos expostos durante este momento de *feedback* compartilhado entre mim e estas duas lideranças estaduais do MNCR, torna-se possível constatar a incompletude de um processo organizacional que proporcione o desenvolvimento de uma identidade coletiva capaz de definir um “mais ou menos estável nós” a partir da constituição de uma relação processual através da qual os sujeitos consigam elaborar expectativas, avaliar possibilidades e verificar limites de sua ação (MELUCCI, 1999, p. 66). A consecução deste processo organizacional demanda um constante esforço para que os sujeitos consigam definir, em última análise, o sentido de sua própria ação. A construção de uma identidade coletiva requer, portanto, o desenvolvimento permanente de três fatores: as metas a serem alcançadas; os meios que devem ser utilizados; e o ambiente cuja ação terá lugar (SCRIBANO, 2003, p. 78-80).

A capacidade do ator poder definir o sentido de sua ação coletiva junto aos demais aparece neste excerto da entrevista de F. em que ele traz um importante elemento ilustrativo para esta discussão:

...tive várias oportunidades de trabalho, só que aí que tá aquilo que eu tinha te falado antes... por exemplo, eu comecei por uma questão de sobrevivência, e por não ter espaço no mercado formal de trabalho... e aí, com o tempo, eu comecei a conhecer a organização dos catadores, o movimento dos catadores... foi aí que eu vi que teria uma tremenda luta pra se travar, que era justa, e que eu poderia contribuí pra isso,

mais do que se tivesse num emprego formal. E aí, com o passar dos anos, tu vai construindo uma história, se envolvendo cada vez mais.. aí tu começa a conhecer outros grupos... e daí quando tu tá dentro, tu já não quer mais sair, né... mesmo passando todas as dificuldades que se tem aí, de sobreviver, economicamente falando.

A partir deste depoimento, algumas questões podem ser suscitadas a cerca de uma experiência de constituição de identidade coletiva. Uma destas questões é que os movimentos sociais exigem um alto grau de envolvimento com a sua luta, tal como F. referiu-se acima com a expressão “uma luta justa” com a qual ele poderia contribuir. Tal envolvimento é o que pode criar e conferir acesso às identidades a serem desenvolvidas em torno de reivindicações concretas (TARROW, 2009, p. 154-155). O processo de desenvolvimento de uma identidade coletiva constitui, por conseguinte, um dos fatores pelo qual os movimentos podem se tornar organizados.

3.2.1 Identidade coletiva

A identidade coletiva que se forma a partir dos processos e dinâmicas da ação coletiva, seja ela “natural” ou “herdada”, a mesma constitui o fundamento necessário à organização de movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 154). Algumas experiências que remetem à conformação de uma de identidade coletiva podem ser verificadas no seguinte trecho da entrevista de Dona A., quando ela fala sobre a identificação com seu trabalho:

Eu me sinto a pessoa mais feliz do mundo... eu digo que eu antes de entrar pra associação eu fazia... acho que uns oito anos que eu não trabalhava... eu estava fechada pro mundo. Eu perdi minha mãe, eu fui pará em psicólogo e tudo. Meu filho... eu não sabia nem o que era dar amor pro meu filho... qualquer tropeço que eu tinha na vida eu descarregava na minha família. Então desde que eu entrei pra associação, hoje em dia eu digo que eu sou uma mulher realizada, primeiro porque eu gosto do que eu faço... e isso que eu faço, eu tô transmitindo pros meus filhos, porque eles tão direto comigo e a gente sente que eles gostam daquilo ali... eles não têm vergonha do que eu sou...

Aliás, o fato de não sentir vergonha de ser catador é algo que ajuda a compor uma identidade coletiva de movimento. Isto eu pude constatar, entre muitas outras ocasiões, no dia 5 de fevereiro de 2010 quando em uma de minhas saídas de campo com G., certa feita, fui acompanhá-lo numa das suas lides cotidianas na busca por estrutura física para o movimento. Fomos, naquela ocasião, a uma grande loja de artigos eletrônicos de Porto Alegre. G. perguntou, então, ao vendedor, com o qual havia comprado mais de mil reais em equipamentos, o que os funcionários daquela loja faziam com o material reciclável que descartavam? O vendedor lhe respondeu, com certo desdém, dizendo que vinham algumas pessoas recolhê-lo. Foi então que G., ao pressentir este pouco apreço, por parte do referido

vendedor, lhe disse que queria saber qual o destino final que era dado ao material descartado pela loja, porque a cooperativa para a qual ele comprava todos aqueles equipamentos era uma cooperativa de pessoas que trabalhavam puxando carrinho no centro de Gravataí, catando material reciclável. O vendedor olhou para ele com uma expressão oscilante entre espanto e repulsa, e nada lhe respondeu. G., mesmo assim, disse a ele que as pessoas para as quais eles destinavam seu material se chamavam catadores. E continuou proferindo um elogio ao ato daquele estabelecimento doar o material gerado aos catadores, pois assim, se estava contribuindo para a sobrevivência de forma honesta de uma família de trabalhadores. Neste momento, G. para ilustrar a organização dos catadores apontou para o logo do MNCR estampado em sua camiseta verde. Camiseta que faz parte do uniforme de trabalho que G. geralmente se encontra trajando. O vendedor começou, a partir disto, a mudar seu semblante, e aí sim, ele resolveu começar a conversar, perguntou, então, como que os catadores faziam para se organizar, pois todos os catadores que ele já tinha conhecido não estavam organizados, mas trabalhavam cada um por si e passavam muitas dificuldades. A situação de miséria que os mesmos viviam lhe dava pena, afirmou o vendedor. G. aproveitando-se da oportunidade de convencimento por ele formada naquele momento, contou-lhe um pouco da história do MNCR, sua fundação em 2001 e a luta do movimento pela conquista de direitos aos catadores. Lá pelas tantas, aquela conversa mais parecia uma aula dada por G. ali mesmo no meio da loja para aquele vendedor. Por fim, o vendedor abriu-se e disse que se relacionava com outros trabalhadores do comércio das redondezas que não sabiam o que fazer com o material, mas que, no entanto, não queriam dá-los aos catadores. A coleta seletiva da prefeitura não representava, também, uma alternativa de destinação, pois os dias e horários da mesma eram incompatíveis com o tempo de descarte praticado pelos estabelecimentos comerciais. Os comerciantes que tinham espaço para depositar o seu material preferiam vendê-lo como forma de aumentar seu lucro, porém, a grande maioria não tinha como depositar seu “lixo” reciclável, confessou-nos o vendedor. Sobre esta problemática, G. lhe respondeu que era possível repassar o contato daquele estabelecimento comercial para um grupo de catadores de Porto Alegre vinculado ao MNCR e combinar com o mesmo os horários mais apropriados de coleta. O referido vendedor interessou-se pela proposta e prontamente pediu a G. o contato deste grupo, da cooperativa de Gravataí e do movimento. Se realmente esta outra coleta seletiva foi realizada naquele estabelecimento eu não sei dizer. Entretanto, este relato serve para demonstrar certos aspectos da afirmação da identidade feita pelos catadores do MNCR e como este processo de afirmação identitária abre possibilidades de valorização do trabalho dos catadores nas mais diversas e inusitadas ocasiões.

Contudo, a identificação com a atividade de catador de material reciclável não constitui uma propriedade exclusiva dos catadores que fazem parte do MNCR. Eu tive a oportunidade de constatar isto no dia 25 de março de 2010. Neste dia, eu e B. fomos à Associação dos Trabalhadores em Reciclagem do Mato Grande (ATREMAG) no município de Canoas. Lá chegando fomos recepcionados pela presidente desta entidade, Dona G. (catadora de materiais recicláveis, 42 anos), eu já a tinha encontrado no Primeiro Seminário sobre Conquistas e Avanços na Cadeia Produtiva pelos Catadores (RELATÓRIO..., 2009). Dona G. logo ao me ver reconheceu-me quase que imediatamente. Eu também a reconhecera, pois, durante o referido Seminário eu e ela havíamos conversado muito tempo sobre a realidade dos catadores do bairro Mato Grande. Nome da comunidade onde se localiza sua associação e onde são realizadas diversas atividades feitas por esta entidade. Nesta ocasião, Dona G. convidou-me, inclusive, para participar de um almoço com “meio-frango” promovido com a finalidade de angariar fundos a esta entidade. Naquela oportunidade, eu não pude participar, mas confesso que fiquei muito lisonjeado pelo convite.

Assim que fomos recepcionados por Dona G., eu e B. lhe dissemos que o que nos levava até sua entidade era o curso de formação destinado aos catadores do município de Canoas, município no qual formou-se uma turma de aproximadamente vinte e cinco catadores provenientes das cinco associações, as quais atuam nesta cidade. Dona G. foi rápido pegar sua agenda para anotações. Apesar de não ter escrito nada naquela agenda ela permaneceu com a mesma firme na mão, como se quisesse nos mostrar o quanto ela estava interessada nas informações que tínhamos para lhe fornecer. Nossa conversa foi feita no espaço externo ao prédio da associação, pois seu interior estava tomado por um grande volume de material que obstruía, naquele momento, o acesso ao mesmo. Nos sentamos, então, os três em cima de latões usados de óleo de cozinha. Durante esta nossa “reunião” improvisada em cima da hora, Dona G. reclamou-nos que frequentemente ela era convocada a participar de muitas reuniões nas quais os representantes dos governos sempre falavam de milhões em recursos que seriam destinados aos catadores, mas que, no entanto, nunca chegavam aos mesmos. Por causa disto, segundo ela, é que se via tantas associações que mesmo formalmente constituídas somente possuíam um teto sob o qual os catadores trabalhavam juntos. B. prontamente quis demonstrar que concordava com esta afirmação balançando constantemente sua cabeça para baixo e para cima. Ele disse com a finalidade de complementá-la que um dos objetivos das formações era fazer com que os catadores pudessem acessar diretamente estes benefícios, e que os mesmos chegassem aos catadores na forma de uma melhor renda. Para evidenciar isto a ela, ele retirou de seu bolso uma tabela de valores financeiros com os quais os catadores de

rua vinham sendo remunerados pelo seu trabalho de coleta, em termos de produção. Pelo que me lembro daquela tabela, os catadores de rua recebiam vinte centavos o quilo de papelão, enquanto que naquela associação o papelão era comercializado a doze centavos o quilo. Dona G. disse-nos, então, que aumentar a renda era muito importante para aqueles catadores, pois a mesma encontrava-se muito baixa, aproximadamente uns duzentos reais a quinzena, isto ocasionava uma grande rotatividade no interior da associação.

Mesmo com a renda baixa e com um alto grau de rotatividade de associados, o que mais chamou-me atenção foi o fato de que Dona G. havia mudado para Sapucaia (um município distante uns aproximadamente uns trinta quilômetros da sede da ATREMAG) por causa de seu filho que, segundo ela, estava se “misturando com maus elementos”. Mesmo assim ela mantinha-se trabalhando naquela associação, e para isso, tinha que tomar três ônibus para ir ao trabalho e mais três para voltar para casa. Ela nos contou, então, que gastava quase toda a sua renda com passagem de ônibus, mas mesmo assim, ela permanecia sendo catadora da ATREMAG. Além disso, Dona G. nos disse que uma ex-associada havia lhe convidado para trabalhar num serviço com carteira assinada e ela o tivera recusado. Ela reafirmava em diversos momentos o quanto se sentia realizada com a sua profissão. Ao final desta visita, eu e B. fizemos a Dona G. o convite para a participação de representantes da ATREMAG na aula inaugural do curso que ocorreria na semana seguinte em Gravataí (dia 31 de março de 2010). Para participar desta atividade o referido grupo enviou dois representantes.

A presença de uma forte identidade nutrida por esta liderança é, conforme visto acima, um importante fator que a mantinha vinculada ao seu coletivo. No entanto, mesmo que haja circunstâncias propícias ao desenvolvimento de uma identidade coletiva, tal desenvolvimento identitário não pode ser considerado enquanto algo fixo, permanente e impermeável à influência externa. Isto porque as “identidades não são feitas a partir do nada”, elas respondem às mudanças nas necessidades estratégicas e nos materiais culturais disponíveis” (TARROW, 2009, p. 154-155).

Uma outra situação de campo também vivenciada no mesmo período de articulação do curso de formação e que pode servir como forma de elucidar a característica contingente do processo de desenvolvimento da identidade coletiva dos catadores foi a vivência de campo do dia 29 de março de 2010. Nesta ocasião eu, B. e uma gestora da economia solidária da prefeitura de Canoas fomos os três a uma, assim chamada por esta gestora, “unidade de reciclagem diferenciada”. Esta unidade situa-se num imenso “depósito de entulho”, ou seja, em uma área destinada à deposição final de resíduos oriundos da construção civil. A impressão que dava era de estar-se dentro de um vasto mundo composto de lama e entulho a

céu aberto. Tudo despejado bem próximo de uma área verde que viera sendo invadida pela expansão de um grande volume de calça e de dejetos das muitas obras, reformas arquitetônicas e reposições de móveis e equipamentos que caracterizam o desenvolvimento urbano de qualquer cidade moderna. Aquele ambiente era composto por pequenos montes despejados por caçambas de entulho, cuja disposição era um monte ao lado de outro monte, onde para poder se locomover era preciso esgueirar-se por seus entremeios ou realizar pequenas escaladas um por um deles. Por entre aqueles pequenos cerros de entulho, eu acompanhava B. e outro senhor, que ali trabalhava, os quais transitavam juntos naquele espaço, pois o referido senhor queria mostrar a B. um tipo específico de material que ele não sabia identificar para ver se valia a pena separá-lo. Apartei-me por um instante dos dois, e em meio aos montes de entulho pude ver alguns catadores separando materiais recicláveis que ali se encontravam. Eu avistei, também, uma pequena barraca de lona preta com duas cadeiras de escritório quebradas em seu interior. Depois soubera que aquela estrutura servia para que os associados se abrigassem do sol e de eventuais chuvas em períodos de descanso. Um pouco mais afastado, quase na entrada daquele espaço, pude avistar um galpão todo feito de madeira, que segundo uma das catadoras, era totalmente construído de materiais provenientes do entulho. Realmente, em seu interior haviam diversos materiais como paletes de madeira, janelas de metal, cadeiras, e até uma balança quebrada. Assim, em meio a este cenário simultaneamente impressionante e desolador começamos a conversar com um grupo de uns cinco catadores ali presentes que pararam de trabalhar para nos recepcionar, dois homens e três mulheres. Uma das mulheres nos contou que eles trabalhavam com alguns materiais recicláveis, mas que recuperavam, também, muitas coisas do entulho. Ela disse que muitas coisas resgatadas do entulho eram roubadas todos os dias, pois pessoas estranhas entravam no espaço, haja vista a facilidade de acesso, e levavam os materiais coletados por estes trabalhadores. Nas poucas vezes em que tentaram denunciar estes furtos à polícia, recebiam, por parte desta, a resposta de que aquele espaço se tratava de um “lixão” e que pegar o “lixo” daquele lugar não configurava crime algum, mas sim, um serviço ao meio ambiente, e que além disso, nada comprovava que aqueles materiais eram propriedade da associação ou de seus trabalhadores. Fiquei novamente impressionado com este depoimento. B. e eu seguimos com o nosso propósito de convidar estes trabalhadores para participar da aula inaugural de Gravataí, ao que eles prontamente se comprometeram em participar.

No dia da realização da referida aula inaugural, duas senhoras associadas desta entidade compareceram à aula inaugural. Ao final da mesma, elas vieram me procurar, e disseram-me que não sabiam se iriam participar do curso de formação, pois elas não eram

catadoras, e portanto não poderiam participar em uma formação voltada aos catadores. Porém, elas não souberam me dizer qual era a sua profissão. Falaram, ainda, que já haviam trabalhado para uma ONG num projeto que ajudou a constituir a associação. Naquele momento, confesso que não sabia direito o que lhes dizer, mas sugeri que elas mesmo assim participassem do curso, afinal conhecimento nunca era demais, e que discutiríamos melhor a situação particular da sua entidade no decorrer do processo. Depois de passadas duas aulas do curso de formação por mim ministradas em Canoas, um destas representantes Dona R. (catadora de materiais recicláveis, 50 anos) veio falar comigo ao final da segunda aula ocorrida no dia 21 de julho de 2010 na sede de um dos cinco grupos de Canoas. Ao falarmos sobre estratégias para fazer valer os direitos dos catadores ela me disse que era preciso estar organizados junto com todos os catadores principalmente com os catadores de rua.

Com efeito, as vivências empíricas relatadas acima trazem diversos aspectos que caracterizam as nuances de um processo contingente de construção de uma identidade coletiva. O que se pode minimamente constatar, entretanto, é que em meio a toda esta contingência, o desenvolvimento de identidade coletiva proporciona, através de relações mútuas entre os atores, a formação de esquemas de referência cognitivo comum aos próprios atores. Tais esquemas ajudam a constituir quadros interpretativos compartilhados de forma intersubjetiva, os quais capacitam os atores a dizer, por eles próprios, quem são frente aos demais, qual a realidade social que os assola e quem são seus aliados e seus inimigos em potencial (SCRIBANO, 2003, p. 80). Ou seja, a consecução e o compartilhamento de tais referenciais comuns é o que ajuda, por seu turno, a consolidar tal identidade coletiva. Além disso, o acionar destes esquemas contribui para estreitar as inter-relações entre os atores que se comunicam, negociam e tomam decisões (Ibid.). Estes esquemas de referência comum se convertem, assim, em mecanismos de integração, os quais possibilitam a coordenação dos atores em seu agir coletivo.

3.2.2 Experiências de coordenação dos catadores em seu agir coletivo

O processo de organização dos catadores em um movimento como o MNCR possui vários níveis, o primeiro e mais básico diz respeito às experiências que visam à coordenação de um grupo local, ou de um grupo de base, na terminologia deste movimento. Sobre este conjunto de experiências provenientes dos processos de coordenação, Dona E. disse durante sua entrevista como que tais processos ocorriam no grupo do qual ela participa: “...tem assembleias, a coordenação faz assembleia, passa pra nós... tudo que acontece eles passam...”

chegam e passam tudo que aconteceu lá fora pra quem tá aqui dentro”. Dona E. quando se refere a “tudo que aconteceu lá fora” está se referindo ao que acontece com relação aos outros grupos de catadores, ela prossegue:

...se acontecê qualquer coisa com um grupo de catadores lá em Santa Maria e os nosso aqui tivé em melhor situação... ou se acontecê com nós aqui e lá tivé em melhor situação... os de lá vêm aqui nos apoiá o grupo... os catadores do movimento... a atitude do movimento é assim, é a única coisa melhor que gente tem, é o movimento... é a parte assim mais bonita... é a parte que eu acho que merece o apoio... apoiá uns aos outros...

Esta produção de solidariedade é a forma com a qual os atores sustentam seus desafios contra inimigos e adversários (TARROW, 2009, p. 19-20). Entretanto, nem todos os catadores agem pautados pela solidariedade. Sobre estes catadores, cujas atitudes podem ser consideradas “egoístas”, F., ao ser por mim perguntado se os catadores portadores de tais atitudes deveriam ser punidos, me respondeu que achava que não pois: “...devem ser construídas outras relações, construir critérios, acordos, mas não ter punição por tu ser mais ou menos egoísta... em determinado momento todo mundo é... não tem como medir essa coisa do egoísmo”. F. pensa, entretanto, que é importante haver acordos, normas, padrões de conduta, pois se isso não existisse “tu não teria como tocar alguma coisa comum, né”. Todavia, F. afirma que somente os acordos por si não são capazes de mudar a conduta de um indivíduo catador, porque:

Ele tem que querer isso... e o nosso papel é dizer para ele que para nós conseguí tocar um objetivo em comum e chegá a um determinado lugar a gente tem que querer junto... e o mecanismo é esse... é o acordo, é a conversa. Eu enxergo isso muito mais como mecanismo que a gente tem pra aprimorar a tua persistência, sabe... o teu andar da carruagem...

Neste trecho F. se refere a uma noção que vai além dos processos formais de uma organização, cujas regras e normas compõem um de seus pressupostos básicos. Quando F. fala da adoção de um “mecanismo para aprimorar a tua persistência” remete, deste modo, à ideia de um esforço de mobilização cognitiva realizado constantemente pelos militantes deste movimento. Tal esforço de mobilização a ser exercido para que os demais membros possam visualizar os mesmos objetivos comuns pode ser associado à noção de alinhamento do quadro interpretativo (TARROW, 2009, p. 144). Além de mobilizar cognitivamente seus membros, este processo de alinhamento do quadro interpretativo tem como finalidade fazer com que os mesmos não assimilem a interpretação que as elites realizam (Ibid.). Ou seja, tal alinhamento no caso específico dos movimentos funciona enquanto uma forma para que os mesmos consigam ter um grau de independência em relação à interpretação que os setores dominantes fazem da realidade.

Elementos de um processo de alinhamento de quadro interpretativo puderam ser registrados em meu diário de campo do dia 6 de abril de 2010, dentro do qual eu relatei que logo ao chegar na sede do MNCR, situada na Vila Nara em Gravataí, encontrei C. (catador, 25 anos, coordenador do entreposto de Cachoeirinha), um jovem militante catador de uma cidade vizinha de Gravataí. C. ultimamente tem ajudado na organização de catadores de rua de Gravataí, dada sua experiência em Cachoeirinha. Ele estava acompanhado por M., (assistente social, 42 anos, apoiadora do MNCR), M. atualmente é estudante do Programa de Doutorado em Serviço Social da PUCRS e já tinha trabalhado com o MNCR no município de Cruz Alta. Ela também está engajada na organização do modelo de Coleta Seletiva Solidária de Gravataí. Logo após que nos encontramos C. convenceu M. em me dar uma carona até o assentamento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), local onde havia ocorrido o encontro estadual do MNCR do dia 30 de março, e para onde eu precisava ir a fim de articular um próximo evento do MNCR, o qual estava programado para ocorrer no mesmo local. Entre os muitos assuntos que conversamos na ida na volta de lá, falei sobre o quão importante era a tarefa que C. e M. estavam desempenhando no sentido de percorrer as comunidades de catadores para divulgar este outro modelo coleta seletiva que visava à inclusão dos mesmos. Sobre esta minha afirmação, M. problematizou que os catadores estranhavam muito ser procurados por pessoas que lhes falavam de movimento social, pois apenas os políticos profissionais eram quem os procuravam em épocas de eleição para pedir-lhes voto com a intenção de representar as suas demandas. Além disso, M. me contou que os catadores perguntavam a ela, se eles, ao se organizarem junto ao MNCR, deveriam catar para ela ou para G., o qual, segundo ela, já possuía uma certa fama entre os catadores de Gravataí. M. avaliou, então, que isto se devia ao fato do próprio MNCR ter se afastado da massa de catadores de Gravataí e ter deixado um espaço aberto a partir do qual outros atores tais como atravessadores, para os quais os catadores trabalham, e políticos de turno, para os quais os catadores delegam suas demandas, ocupassem tal espaço.

Já, em se tratando da realidade do município de Santa Cruz do Sul, F. avaliou em sua entrevista os efeitos das formas dominantes de interpretação no meio dos catadores, logo que eu perguntei-lhe, com um certo tom provocativo, se ele pensava que os catadores não se organizavam porque talvez fossem “alienados”²⁴ ...

... acho que não. Cara, eu acho que não é ‘alienação’ pura, entendeu... como eles dizem... ah, o cara é ignorante. Muitos catadores vêm nas reuniões e participam dos

²⁴ A expressão “alienados” é colocada entre aspas, pois a intenção deste estudo não é discutir o que significa conceitualmente o termo alienação, mas somente fazer uma provocação ao referido entrevistado, dada a carga de significação negativa que esta palavra carrega.

debates... mas também, quando os companheiros não vêm até a organização, a organização vai até eles... e pelo que a gente conversa e discute se vê que eles têm um nível de consciência bem apurado. Acho que é toda a questão que foi construída, é todo um sistema que opera a questão dos medos... tipo, é uma parcela de companheiros que falam... vamos lutar... nos organizar... enquanto que os meios de comunicação e os políticos vêm te dizendo que isso não vai dar certo. Por isso que eu acho que se existe uma ‘alienação’, ela é provocada por alguém.

Assim, durante esta entrevista continuei instigando meu entrevistado, ao perguntar-lhe se os catadores que não estão organizados enxergam com bons olhos os catadores organizados. Ele me respondeu que:

Não, nem todos... a maioria tem uma resistência, porque aí começa a enxergar o organizado como um diferente. Isso talvez acontece por essa lógica impregnada, né, de que tu não pode ter solidariedade na sociedade... tu não podes lutar por todos.. tu tá fazendo isso só pra conquistar pra ti... tu tá querendo usar os outros.. e daí o catador pensa... ah, capaz, os caras tão é fazendo a deles...

No entanto, procurando diferenciar-se deste tipo de “lógica impregnada” há um outro processo de construção de sentidos feitos pelos catadores, cuja definição se refere ao alinhamento do quadro interpretativo, para o desenvolvimento de outras interpretações sobre si mesmo e sobre os demais atores que ocupam os mesmos contextos de ação. Sobre este processo, F. traz alguns elementos do mesmo, quando responde a minha indagação acerca do que deveria ser feito para que o catador possa enxergar o processo de organização de outra forma:

Bah, isso aí eu enfrento direto no meu dia-a-dia... eu dialogo... falo... explico... e não forço o companheiro a nada, né... só tento convencer pela argumentação, e dizer, cara, a luta... ela vai continuar sempre... porque nós não vamos desistir da luta porque o companheiro não acredita nela... a gente quer deixar claro que a gente acredita e tá fazendo...

Continuei o instigando ao indagá-lo por que mesmo explicando e falando, muitos catadores ainda permanecem distantes? E ele me surpreendeu, ao me responder: “Talvez porque não se consiga ver conquistas, né, não consegue ver a importância do nós...”. E seguiu justificando a sua posição:

Porque sozinho... a gente não vive sozinho... quem acha que o indivíduo sobrevive sozinho tá completamente equivocado. Porque pra gente tá aqui conversando tem que ter muitas pessoas envolvidas... pra nós tá aqui já é prova disso. Eu acho importante a gente ter um nós para esclarecer isso... que a gente tá numa sociedade que a gente tá num coletivo e enquanto indivíduo a gente não tem condições de sobreviver. Eu acho importante ter um nós pra esse nós conseguir ser um... entendeu? Por que hoje em dia pra ter alguma coisa é o eu... é o eu que consegue... é o eu que faz isso e aquilo... é muita valorização do indivíduo... o indivíduo tem o seu papel também, mas só com os outros indivíduos que ele vai conseguir ser forte, né...

É importante ressaltar, a esta altura, que as ponderações feitas por F. consistem em tentativas de uma construção intersubjetiva de significado através de relações estabelecidas entre este militante do MNCR com os catadores de seu município. Tal processo empreendido

por ele visa alinhar o quadro interpretativo destes sujeitos ao empregar seu esforço para mobilizar, de modo cognitivo, os catadores com a finalidade de fazer com que os mesmos não assimilarem as interpretações que disseminam valores individualistas e não-solidários.

Entretanto, os movimentos não se movem com toda a unidade desejada pelos seus militantes, pois os movimentos sociais, na concepção de Melucci (2001, p. 23), são “sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social” sendo a identidade coletiva “um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores”. A relação com os outros atores e com as oportunidades e vínculos do ambiente de relações influenciam diretamente na definição da identidade coletiva (p. 68-69), ou na visualização da “importância do nós”, tal como dissera F.

A organização deste complexo sistema de relações que consiste no MNCR/RS é mantida através de processos de coordenação em nível estadual. Sobre tais processos, durante a reunião da coordenação executiva do MNCR do dia 23 de fevereiro de 2010, B. colocou que era preciso constituir e fortalecer as “estruturas de decisão coletiva dos catadores”. Ele estava se referindo às reuniões e assembleias de base e às reuniões de comitês regionais enquanto estruturas conexão do MNCR/RS, as quais possibilitam a coordenação e a agregação entre as organizações de um mesmo movimento (TARROW, 2009, p. 160).

Entretanto, há uma série de dificuldades para a articulação destas instâncias. Tais dificuldades foram pautadas durante a reunião de coordenação executiva do dia 6 de abril, ocasião na qual foi feita a avaliação da reunião estadual do dia 30 de março. Dentro deste ponto de avaliação levantou-se a pouca participação dos catadores nos comitês regionais do movimento. Conforme, B. isto se devia a três motivos. Segundo ele, o primeiro motivo dizia respeito ao fato de muitos grupos terem ficado mais voltados para o trabalho de produção interno dos seus galpões ou mesmo na catação de rua, e deixado de lado as reuniões de base, as formações, e até a participação nas reuniões do comitê regional e nos atos públicos. O segundo seria uma consequência da perda dos contatos com as bases por dificuldades oriundas da recorrente falta de recursos para fazer estes contatos. E o último motivo se referia ao próprio processo de centralização do MNCR ocorrido durante a execução do Projeto Cadeia Produtiva da Reciclagem custeado com recursos da Petrobras. Conforme B. durante este projeto foi instituída no interior do MNCR a figura dos “dinamizadores” regionais que tinham por função organizar os grupos de catadores em diferentes regiões. Os “dinamizadores” representavam a estrutura de organização básica deste projeto e acabaram sendo o “ pilar de sustentação” do MNCR em nível estadual. Este projeto ocasionou, em função disto, o afastamento da maioria dos sete “dinamizadores” de suas bases, os quais

saíam de seus grupos para atender outros grupos, e quando regressavam se viam excluídos de suas bases. Ainda segundo B., pelo fato deste projeto ter como objetivo geral a consolidação de entrepostos e centrais de comercialização de materiais recicláveis, os militantes começaram, então, a se preocupar unicamente com as problemáticas econômicas das bases, deixando de lado as questões políticas e sociais. Deste modo, B. avalia que o pequeno saldo que restou desta experiência foi uma “mini-central de comercialização estadual” sediada em Gravataí no galpão da Santa Tecla, que com a crise financeira de 2008 teve sua viabilidade comprometida ficando reduzida a apenas dois municípios (Gravataí e Cachoeirinha) dos inicialmente oito municípios que comercializavam sua produção através desta central (Santiago, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, São Sepé, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre).

Neste momento, ao me pronunciar nesta instância, questionei a avaliação feita por B. argumentando-lhe que mesmo que o MNCR, a partir desta sua avaliação, procure reestruturar os comitês regionais através do fortalecimento de suas lideranças locais e regionais, cuja permanência em suas bases é um pré-requisito, o grande desafio seria manter conectadas estas bases ao MNCR através de instâncias de deliberação e de formação. Porém, a dificuldade maior para a manutenção desta conectividade continuaria sendo a extrema carência de recursos, haja vista que a realização de instâncias em âmbito estadual custa caro dadas as grandes distâncias territoriais no Rio Grande do Sul. Continuei argumentando, neste sentido, que mesmo que o movimento tentasse, como já havia tentado, estipular uma política de custeio dessas articulações pelos próprios catadores²⁵ a captação de recursos por meio de projetos sociais era o que mostrava ter maior efetividade enquanto uma forma de custeio para a realização destas instâncias. Logo ao final de minha colocação, fui questionado por B. que me interpelou ao me perguntar, se eu queria que o MNCR vivesse atrelado aos projetos que lhe proporcionavam sua articulação. Ele disse, ainda, se assim o fosse o movimento nunca teria garantida a sua independência com relação a estes financiadores. Voltei, assim, a arguir que não se tratava de subordinar o MNCR nem aos projetos e nem aos financiadores, mas que o movimento pudesse ter clara uma estratégia definida pelos próprios catadores e se utilizasse dos recursos a serem captados de modo tático para a consecução desta estratégia mesma, sem que tal tática de captação se tornasse a estratégia do MNCR. Foi então que G. fez uso da palavra e disse-nos que para que o movimento não tivesse sua estratégia alterada pela “lógica

²⁵ Desde que comecei a atuar junto ao MNCR, logo de sua fundação em 2001, já havia a proposta de constituição de um fundo de articulação a partir da contribuição financeira mensal de R\$ 1 por catador, porém, somente poucas bases contribuíram por pouco tempo para este fundo.

dos projetos” era preciso que militantes fiéis aos princípios do MNCR se articulassem para agir com a finalidade tanto de mobilizar os catadores com os seus próprios recursos quanto de captar os recursos necessários de outras organizações. Ao final desta sessão de mútuos-questionamentos, eu e B. acabáramos, assim, concordando com G.. Porém, para a consecução do processo ao qual G. referira-se é necessário que haja a constituição de uma rede de interlocutores vinculada ao MNCR/RS.

3.2.3 Interlocutores do movimento

Muitas dificuldades inerentes à delimitação de um “nós” se devem à contingência do processo de organização de um “nós”. Isso porque, a elasticidade dos limites deste processo depende da mobilização dos membros pertencentes às diferentes organizações (FRIEDBERG, 1995, p. 95-96), os quais compõem, neste caso, a questão social da reciclagem. Ao serem mobilizados, os membros destas organizações lidam diretamente com as relações de poder que subjazem os processos de troca entre sua organização e seu ambiente relacional (Ibid.).

As relações de poder nas quais os catadores se deparam não são apenas formas de perceber os problemas que envolvem os processos de organização dos atores, mas relações que condicionam a própria capacidade destes catadores de criar oportunidades sociopolíticas presentes no campo de relações que configuram o MNCR. Tal como coloca Friedberg em relação às trocas, às regras e aos dispositivos...

[...] pelos quais essas relações são estabilizadas e reguladas, vêm por sua vez modelar não só a percepção que essa organização terá dos problemas e das exigências, ou seja das imposições e oportunidades que eles encerram, mas também a sua capacidade de os agarrar. Porque a percepção de um problema não basta para o agarrar. É também preciso que os atores, na organização possam construir a rede de interlocutores pertinentes, quer dizer, mobilizar ou interessar os atores pertinentes para agir com sucesso (Ibid.).

Conforme concebe o referido autor, para que uma organização, neste caso o MNCR – enquanto um coletivo consolidado por um processo de organização dotado de mecanismos próprios de coordenação – consiga “agarrar”, ou seja, aproveitar as oportunidades é preciso que seja constituída uma rede de interlocutores capazes de agir e obterem os objetivos aos quais se propõem. A partir destes pressupostos pode-se afirmar que os interlocutores com quem os catadores podem contar precisam ser identificados e articulados. Isto foi constatado durante uma outra instância executiva do MNCR ocorrida no dia 24 de março, em que discutiu-se o perfil dos formadores para o projeto de formação, em que L. (catador da base cavahada do MNCR, 26 anos) disse que não queremos “técnicos” para dar formação, receber

por isso, e, ao final ir embora e nunca mais aparecer, queremos pessoas comprometidas com a luta dos catadores. Sobre isso, G. complementou que não se pode confundir o perfil de militante com o de formador para não parecer que somente as lideranças podem fazer formação, ou seja, parecer que o movimento é comandado por uma elite de formadores. Porque muito mais que dar aulas, propriamente ditas, de formação, os militantes seriam, segundo ele, aqueles que além de se dedicar às lutas do movimento também contribuiriam para a construção do diálogo e do entendimento tanto entre os catadores mesmos quanto entre estes e as mais diversas instâncias dentro e fora do MNCR/RS. G. voltou, assim, a se referir à importância da articulação de uma rede de interlocutores a ser estabelecida no âmbito deste movimento desta vez não só como uma forma de captação de recursos, mas como forma de manter a própria articulação entre os diversos atores que compõem o movimento e o contexto da questão social da reciclagem.

Entretanto, há um grande grau de dificuldade em articular uma rede de militantes-interlocutores entre os grupos de base do MNCR/RS. Este processo de articulação é dificultado, em função da saída dos catadores de seus grupos locais com o objetivo de participação em atividades que visam à interlocução entre as próprias organizações de catadores em instâncias de decisão regionais e estaduais. A participação em tais instâncias pode ser, inclusive, um grande motivo de desavença no interior dos mesmos grupos, caso os catadores questionem acerca dos resultados imediatos alcançados em benefício do seu grupo de base provenientes destas instâncias. Constatei isto em muitos grupos, porém, mais recentemente eu pude presenciar esse tipo de conflitualidade no município Barra do Quaraí. Onde Seu C. (catador, 47 anos), atual presidente da Associação dos Catadores de Barra do Quaraí (ACB), afirmou que o antigo presidente desta entidade, o qual já havia ido a muitos encontros regionais, estaduais e até nacionais do MNCR, nunca havia dito àqueles catadores o que acontecia durante estas reuniões. O que eu conseguira perceber é que Seu C. fez tal apontamento para criticar o antigo presidente por ele nem sequer dizer aos associados quais decisões eram tomadas durante as mesmas atividades externas. Isto me fez recordar dos meus tempos de catador na então base da Restinga do MNCR, onde geralmente as liberações ao trabalho para participar de instâncias externas eram melhor justificadas quando, logo da saída, eram não apenas comunicadas as decisões, mas apresentadas ao grupo as possíveis conquistas obtidas de forma imediata ao referido grupo. Não adiantava falar do avanço da consolidação do MNCR enquanto uma ferramenta de luta da categoria. Pois, o que interessava para aqueles catadores eram mesmo as “boas novas”.

A participação nas atividades de interlocução externa abarca, por conseguinte, uma série de dificuldades interpostas à sua efetivação. Uma entre estas dificuldades é, conforme visto no capítulo anterior, a dinâmica imediatista em que a possibilidade de atuação em conjunto confunde-se ao pensamento instrumental que visa alcançar benefícios apenas aos grupos favorecidos pela consecução dos mesmos (GOHN, 2008, p. 450). Esse tipo de mentalidade própria a uma parte do contexto da questão social da reciclagem colabora, portanto, para a despolitização dos encaminhamentos a serem dados às demandas presentes no cotidiano dos sujeitos societários (KAUCHAKJE, 2008, p. 682-683). Os catadores encontram, em função disto, uma grande dificuldade para a constituição desta rede de militantes portadores de um perfil comprometido com as lutas e com os debates promovidos pelos mesmos no âmbito do MNCR/RS.

Esta dinâmica também está associada a um outro fator que impede o estabelecimento desta rede de interlocutores provenientes diretamente das bases que compõem o MNCR, este fator diz respeito ao aspecto produtivo de natureza econômica desempenhado no interior dos grupos de base. A exigência pela produtividade por parte dos grupos de catadores representa uma sempre renovada fonte de tensão. Isto por que, a não-contribuição no trabalho de agregação de valor aos materiais recicláveis, por parte daquele que participa de atividades externas, se reflete na renda de cada um dos catadores. O aspecto da não-produtividade econômica das instâncias de interlocução é utilizado inclusive como argumento contra a realização de assembleias e reuniões de coordenação no interior dos próprios grupos. Por outro lado, o trabalho de organização do MNCR/RS busca conectar-se tanto com outras organizações de catadores quanto com catadores não-organizados ou em fase de organização. Essas conexões são impulsionadas com a finalidade de animação de lutas reivindicativas. Para construção destas lutas é demandada a participação, ainda que parcial, do grupo de base.

No entanto, a simples adesão à lógica da produtividade econômica demandada pelo mercado de recicláveis pode trazer algum incremento à renda dos que por ela se pautam. Mas, conforme a temática abordada no capítulo anterior, o sucesso de mercado que alguns grupos de catadores possam obter deixa de fora o conjunto desta mesma categoria. Isto pode ocasionar novos conflitos e divisões entre os catadores, haja vista que o modelo hegemônico de produção de riquezas contribui para aprofundar as desigualdades e para o aumento da concentração destas riquezas mesmas (IASI, 2009).

Mesmo com estas dificuldades e tensionamentos, um dos requisitos para que o militante faça parte das instâncias do MNCR é fazer parte de um grupo de catadores de base. Sobre isso, recordo-me de um catador proveniente do município de São Leopoldo, ao qual

carinhosamente chamávamos de “catalão”, por causa de sua descendência hispânica, cuja referência ele nutria com orgulho. Catalão não queria estar mais vinculado ao seu grupo de base, um dos quatro que atualmente compõem o modelo de coleta seletiva vigente neste município, pois ele via no trabalho de interlocução com catadores de rua uma demanda para qual o vínculo com o grupo de base representava um empecilho. Catalão sempre me dizia que sairia de sua associação para poder militar no MNCR. Eu o respondia que o movimento era também o seu grupo de base, e que por isso, o militante do MNCR devia aumentar seus vínculos com sua base. Mas, catalão foi gradativamente desvinculando-se de seu grupo de base, e por não conseguir organizar outro coletivo de catadores, em função de problemas pessoais, ele acabou se afastando do próprio movimento.

Em síntese, há uma forte tensão, por vezes latente, por vezes deflagrada, entre as especificidades da vida de um grupo e as generalidades de uma questão social cujo encaminhamento depende da dedicação de uma ampla gama de militantes provenientes de comunidades e de grupos de catadores. Todavia, o exercício constante da interlocução entre ambos os níveis específicos e gerais é o que pode tornar efetivo a articulação do movimento e as discussões próprias aos dilemas inerentes a questão social interpretada neste estudo.

A consecução de uma rede de interlocutores tem passado pela discussão com outras associações e grupos de catadores já organizados, e que não participam, contudo, do MNCR/RS. Para tanto, os militantes do MNCR têm procurado manter contato com estes outros grupos. Isto é o que acontece em relação às dezesseis associações de catadores de Porto Alegre, entre as quais apenas uma participa atualmente de forma efetiva do referido movimento. Os militantes A. e L. da base Cavalhada do MNCR de Porto Alegre avaliaram na reunião de executiva do dia 24 de março que de todas as visitas que eles realizaram a estas dezesseis associações do atual sistema de coleta seletiva da capital, apenas duas delas se propuseram em participar efetivamente das atividades de formação. Na avaliação deles, a maioria destas entidades se mostra desiludida, pois no passado participavam de muitas atividades e, no entanto, não obtiveram sequer resultados imediatos. Segundo A., além disto, a maioria destes galpões se sentem lesados em relação às apostas feitas nos empreendimentos coletivos como a central de comercialização de Porto Alegre²⁶ e que não se realizaram, todavia.

²⁶ O estudo da viabilidade dos empreendimentos econômicos dos catadores não configura o objeto de interpretação desta pesquisa, no entanto, para dar uma noção do que foi a tentativa de implementação desta central de comercialização em Porto Alegre é importante constar brevemente que a sua implantação foi aprovada pelo poder público municipal. O espaço físico deste empreendimento, escolhido a partir de estudos logísticos e ambientais, foi concedido pela Caixa Econômica Federal (CEF). A Prefeitura de Porto Alegre havia

Em relação à interlocução com outras associações de catadores da região metropolitana, no dia 25 de março de 2010, eu e B. voltamos ao município de Canoas, para convocar a participação dos mesmos nas formações promovidas pelo MNCR. Na ocasião visitamos a Associação de Reciclagem de Materiais de Canoas (ARMC). R. (catadora, 28 anos) nos recepcionou enquanto coordenadora desta entidade. Ela nos disse que a associação foi fundada por pessoas que catavam na rua fazendo uso de carrinhos. B., ao ouvir isto, logo a indagou se ela também catava material na rua. Ela o respondeu que sim, mas logo depois que a empreiteira, que presta serviços de coleta seletiva neste município, começou a levar o material à associação, ela junto com alguns associados mais antigos passaram apenas a separar o material trazido. A respeito disto, B. interpelou-a dizendo que um dos conteúdos da formação era discutir os diferentes modelos de coleta seletiva, e logo tentou puxar a conversa sobre o modelo de Coleta Seletiva Solidária de Gravataí. Porém, R. não lhe deu muita atenção e pautou a discussão sobre os catadores associados que não compareciam ao trabalho, ou que iam ao trabalho, mas não trabalhavam, e que no entanto, ganhavam a mesma coisa que “todo mundo”. B. novamente procurou “puxar a brasa para o seu assado” ao afirmar que um modelo tal como o aplicado na Santa Tecla (baseado no controle por produtividade de pequenos grupos de catadores, no máximo com quatro catadores, com funções específicas como triagem, prensagem, limpeza, estoque e carga) poderia resolver o problema, mas com a ressalva de quem faz o controle da produtividade não favorecer este ou aquele indivíduo ou subgrupo dentro do galpão. Porém, B. insistia na questão referente à coleta de rua com catadores, no entanto, nossa educada anfitriã simplesmente o ouvia sem retrucar, volta e meia se mexia no banco em que estava sentada e balançava a cabeça como quem concordava. No entanto, seu silêncio constante denunciava que ela não estava muito interessada em coleta seletiva, inclusão de catadores, etc, etc. Mesmo quando B. falou do pagamento de INSS²⁷ que garantia aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença, entre outros benefícios, R. só o

disponibilizado recursos financeiros para o custeio das adaptações necessárias nesse imóvel. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou recursos para a realização de atividades de formação e capacitação técnica dos catadores. E ONGs começaram atividades de capacitação gerencial e de formação dos catadores em economia solidária através de convênio firmado com a Prefeitura de Porto Alegre. Sendo assim, uma série de atores foram mobilizados para a edificação deste empreendimento, porém, um conjunto de disputas e conflitos de poder acabaram inviabilizando o mesmo empreendimento que não chegou a se materializar (CARRION, 2009).

²⁷ Em nível nacional os catadores cooperativados foram incluídos na Instrução Normativa MPS/SRP nº 3 de 14 de julho de 2005 que garante no INSS simplificado de 11% sobre a remuneração dos catadores, e não os 20% sobre o salário mínimo como o que se mantém vigente para trabalhadores autônomos (http://www.mncr.org.br/box_2/instrumentos-juridicos/INSTRUCaO%20NORMATIVA%20MPS.pdf).

olhava, não dava pra saber ao certo se ela estava compreendendo bem o que ele lhe dizia. Esta situação de conversa se manteve até quando B. tirou de sua mochila o panfleto utilizado na campanha de Coleta Seletiva Solidária de Gravataí e o mostrou a ela. Nossa anfitriã ao manusear aquele pequeno volante recheado de fotos e símbolos em referência aos catadores exclamou: “Que tri isso aqui!”. E, enfim, ela começou a se mostrar mais interessada pelo assunto. No entanto, notei que o que mais chamava sua atenção era quando B. falava de assuntos relativos a recursos financeiros e a renda. Sobre isso, B. referiu-se aos investimentos de recursos públicos captados diretamente pelos grupos sem passar por “ONGs intermediárias de recursos públicos”. Sobre a renda, B. relatou o exemplo de um senhor que trabalhava na prensa e que queria ganhar oitocentos reais por mês de renda, B. lhe dissera então que ele precisava produzir, em média, uns oito fardos de duzentos quilos, considerando todas as condições produtivas oferecidas pelo sistema de produção do galpão da Santa Tecla. O referido senhor não acreditava em B., mas nunca fazia a produção sugerida. Até que um dia, desafiado por B., este senhor decidiu topiar o desafio e atualmente, segundo B., sua renda não baixa de oitocentos reais mais os benefícios do contrato com a prefeitura²⁸. A referida anfitriã ouvia ainda mais atentamente, pois, um dos grandes problemas do galpão era a partilha das vendas medida por dias de trabalho entre todos os associados. Porém, B. tentava retornar o assunto para a solidariedade com os demais catadores, cuja exclusão os assolava, argumentando que no Brasil são aproximadamente um milhão de pessoas que vivem da catação e comércio de materiais recicláveis e que justamente por isso, as lideranças dos grupos não podem ficar focadas apenas nos problemas internos de sua entidade. Logo adiante, estas suas palavras soaram um tanto contraditórias quando B. mencionou que teve que pedir afastamento da coordenação nacional do MNCR para se dedicar a organização do seu local de produção. Entre várias frases de efeito utilizadas por B., duas mais me chamaram a atenção: a primeira foi a seguinte: “Organizar os catadores não significa retirá-los das ruas”. E a segunda, que achei de grande pertinência, pois questiona algo que é constantemente difundido em relação à coleta seletiva, foi proferida por B. da seguinte forma: “Não se deve falar que os moradores devem separar o lixo, porque isso é tarefa dos catadores, eles devem cuidar para não misturar o lixo com os materiais recicláveis”. Em seguida ele concluiu sua conversa com R. perguntando-a se ela sabia a quantidade de material coletado, triado e encaminhado à reciclagem nos nove anos em que ela trabalhava como catadora. Pergunta à qual B. mesmo

²⁸ Os benefícios do contrato com a Prefeitura Municipal de Gravataí envolvem o pagamento de INSS, uma cesta básica mensal mais uma bonificação por trabalhador que varia de acordo com a sua produtividade individual ou no subgrupo de produção.

ofereceu a resposta: “No mínimo mil toneladas que se fossem enterradas custariam duzentos e sessenta reais cada uma”. E prosseguiu questionando: “onde havia parado os duzentos e sessenta mil reais que o seu trabalho na reciclagem havia poupado à sociedade?”. B. arrematava, assim, a conversa reafirmando a dívida que a sociedade e os poderes públicos teriam em relação aos catadores. Neste momento a discussão pareceu realmente interessar nossa interlocutora, que logo se comprometeu em enviar representantes de seu grupo para a aula inaugural do projeto de formação. No entanto, no dia 31 de março não compareceram os representantes que seriam designados para participar da referida atividade.

A partir destes relatos sobre o processo de interlocução com outros grupos de catadores organizados, os quais não fazem parte do MNCR/RS, fica claro que os movimentos não se movem com toda a unidade desejada pelos seus militantes, dada a complexidade que representam as relações e os sentidos da ação social (MELUCCI, 2001). Portanto, as dificuldades que envolvem a delimitação de um “nós” a partir da formação de uma rede de interlocutores baseados nos grupos de catadores precisa levar em conta as expectativas dos grupos de catadores para a partir das mesmas estabelecer a interlocução com as expectativas nutridas pelo MNCR que se referem, conforme visto anteriormente, à sobrevivência através do próprio trabalho, à valorização profissional e à conquista de direitos vinculados ao trabalho.

Sendo assim, o processo de delimitação deste “nós” passa pela preparação ou formação de novos militantes interlocutores destas expectativas com a finalidade fortalecimento tanto da identidade quanto das formas de coordenação do movimento. Sobre isto, durante a reunião de formação de formadores no dia 10 de abril de 2010, entre as recapitulações dos programas de formação do MNCR, que havíamos elaborado uma parte em 2005 e outra em 2007, eu expus minha proposta metodológica de trabalho com os princípios do MNCR que consistia, grosso modo, na tradução de algumas ações genéricas citadas pelos catadores formandos, tais como: união, mobilização, formação, etc. em princípios como democracia direta, autogestão, solidariedade de classe, assim por diante. Sobre este ponto, G. ponderou que a tática para se trabalhar os princípios do MNCR com o povo catador passava por dialogar com a “mentalidade imediatista” do mesmo, para isso não bastava abordar “os princípios pelos princípios”, mas seria preciso trabalhar com objetivos concretos primeiramente, tais como os que podem ser expressos nos ciclos da cadeia produtiva da reciclagem, para, a partir daí, trabalhar os princípios como modos de conduta individual e coletiva que permitem alcançar tais objetivos.

Já sobre as formas de lidar com os catadores no sentido de ampliação da rede de militantes interlocutores de suas bases, durante a mesma instância A. havia lembrado, ainda, que há algum tempo atrás o MNCR fazia reuniões diretamente com toda a base do grupo ao qual era visitado pelos militantes, e a partir da convocação de uma “quase assembléia” se distribuía tarefas para todos os presentes, passando pela coordenação do grupo até os próprios interlocutores do MNCR presentes. A partir disso se procurava deixar claro que o cumprimento daquelas tarefas era o que mantinha o movimento, e não grandes líderes dotados de uma inteligência superior. Com tais dizeres, A. fornece algumas pistas sobre como pode ser feito um processo de interlocução considerando a articulação entre os diferentes âmbitos que vão desde as reuniões de base até a organização mais geral de movimento.

Os processos de organização através das experiências de coordenação e de interlocução entre os catadores em diversos momentos e instâncias contribuem, deste modo, para o fortalecimento da identidade coletiva do MNCR/RS. De tal modo, os processos de organização de instâncias e a identidade constituem alguns dos fatores que podem definir o MNCR/RS enquanto um movimento social. Isto porque, tais fatores auxiliam, assim, na consecução de conquistas que visam suprir as demandas definidas coletivamente a partir da realização de instâncias próprias de coordenação e de interlocução. A busca por tais conquistas mantêm e reforçam, portanto, os “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social” (TARROW, 2009, p. 21). Os desafios coletivos que os catadores colocam às autoridades (prefeituras) e às elites da reciclagem (intermediários comerciais e empreiteiras de coleta seletiva de resíduos) são formas de se obter conquistas. Tal como afirmou F. quando indagado se um dia ele deixaria de ser catador: “Cara, acho que talvez sim... talvez não... a única coisa que eu sei é que não vou deixar de ser catador enquanto a gente não tiver arrancado as nossas conquistas dos ‘grandão’ que tão aí... no meio do nosso caminho”.

A conformação da figura de um “nós” entre os catadores a partir de processos que geram experiências de identificação coletiva, coordenação e interlocução interna aos próprios catadores vai sendo configurada pela ação dos próprios catadores. Tal ação é sustentada em grande parte pela formação de um quadro interpretativo de movimento. Sendo este *frame*, por sua vez, constituído a partir da capacidade reflexiva destes mesmos atores no momento em que eles buscam definir a si mesmos com certa independência das elites.

Mesmo que tal capacidade reflexiva contribua para a definição de objetivos e limites à sua ação coletiva, próprios de um processo de organização, os fatores que configuram as causas e os encaminhamentos vigentes da questão social da reciclagem permeiam os limites

do quadro interpretativo do próprio MNCR. Isso porque, já houve e ainda haverá grupos e indivíduos catadores que mantêm algumas das mesmas relações que causam a referida problemática social entre os próprios catadores, conforme anteriormente abordadas. Um exemplo disso é a existência de muitos casos de trabalho precário na maioria das bases do MNCR, sendo que, raramente a precariedade das estruturas de trabalho é foco de conflito no interior deste movimento.

Deste modo, o contexto da questão social da reciclagem testa constantemente os limites do quadro de interpretação do MNCR. Este *frame* de movimento, por sua vez, é conformado a partir dos descontentamentos com as mesmas relações que causam ou que encaminham de forma inadequada esta questão. Isto é ilustrado no diagrama 5 situado a seguir:

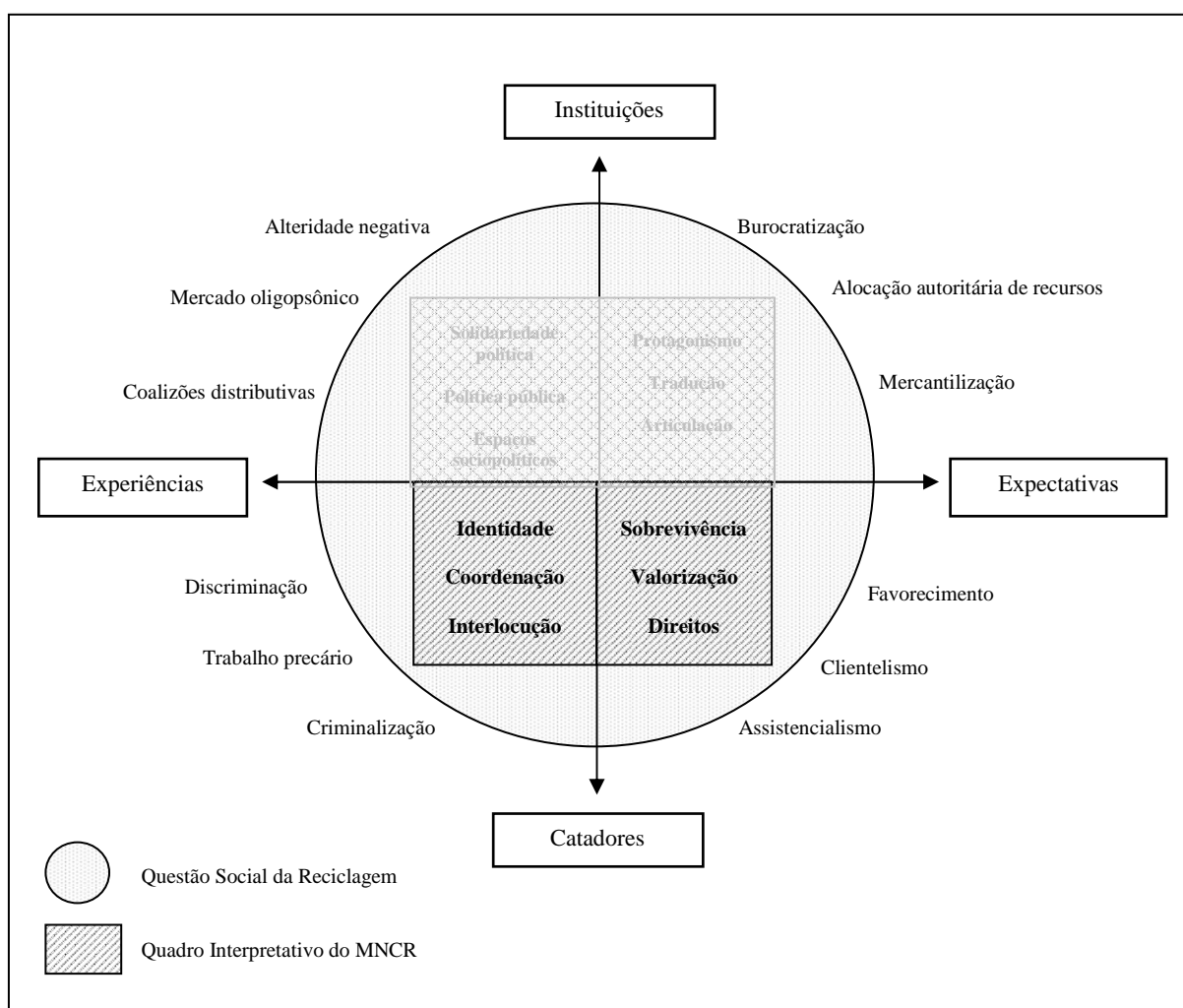


Diagrama 5 – O quadro interpretativo do MNCR/RS no contexto da questão social da reciclagem
Fonte: O autor (2010)

A partir das considerações feitas a respeito do processo de constituição de um “nós”, torna-se possível interpretar que a ação coletiva que os catadores do MNCR/RS levam a cabo pode ser concebida como uma ação da sociedade sobre si mesma com a finalidade de transformação das relações e das circunstâncias que são interpretadas como desfavoráveis, injustas e inadequadas (SCHERER-WARREN, 1996, p. 53). Para serem interpretadas, portanto, as condições de miséria e de dominação que assolam os catadores é preciso que haja um processo de natureza hermenêutica como um requisito para que estes atores se organizem enquanto um movimento social que busca a mudança das mesmas condições e circunstâncias. Tal processo emerge, portanto, de um rol de experiências e expectativas intersubjetivamente compartilhadas entre os membros do MNCR/RS através da constituição reflexiva de um *frame* de movimento. Este quadro interpretativo contribui assim para a generalização dos descontentamentos dos atores em relação ao seu contexto social (TARROW, 2009, p. 41). Os catadores conferem sentido à sua ação ao buscar soluções e alternativas que contemplem tal mudança de acordo com as suas mesmas experiências e expectativas.

No entanto, tal quadro interpretativo precisa ser constantemente mobilizado com a finalidade de que os catadores não assimilem as interpretações vigentes disseminadas pelas elites em termos de discriminação, criminalização e assistencialismo em relação aos catadores. Por outro lado é preciso que os mesmos consigam reconhecerem-se mutuamente enquanto sujeitos portadores de direitos e garantias sociais através da constituição de outros sentidos relacionados ao seu trabalho e ao seu cotidiano.

Em síntese, a consolidação deste quadro interpretativo do MNCR depende que sejam estabelecidos os limites do mesmo movimento através da definição de quem são seus aliados e seus inimigos. Ou seja, o processo de enquadramento interpretativo não está relacionado somente à generalização de descontentamentos, mas à delimitação mesma de um “nós” e de um “eles” de uma relação de conflito (TARROW, 2009, p. 41). Como forma de consolidação deste *frame* de movimento deve ocorrer, assim, tal processo que delimita um “nós” seguido consequentemente por outro processo, o qual diz respeito à delimitação de um “eles”.

3.3 A DELIMITAÇÃO DE UM “ELES”

O processo de delimitação daqueles que representam ser os inimigos, ou daqueles que compõem o “eles” situados do outro lado de uma interação de conflito, é uma consequência da ação do movimento em enquadrar interpretativamente os descontentamentos

provenientes das situações de injustiça. E a partir disto, apontar responsáveis e propor soluções e encaminhamentos às suas questões coletivas. Desta forma, o processo de enquadramento interpretativo é, conforme visto anteriormente, de natureza “cognitiva e avaliadora” e tem por função traduzir os descontentamentos em reivindicações mais amplas destinadas às autoridades (TARROW, 2009, p. 145).

Em se tratando dos descontentamentos em relação ao contexto social da reciclagem, um grande motivador das insatisfações dos catadores é a relação com os intermediários comerciais do mercado de recicláveis. Os mesmos foram citados por oito catadores representantes de seus municípios durante um exercício de análise de conjuntura do MNCR/RS realizado em Gravataí no dia 30 de março de 2010 no encontro estadual do movimento. Esta atividade contou com a presença de catadores representando 15 municípios do estado do Rio Grande do Sul (MOVIMENTO..., 2010b). Os descontentamentos elencados pelos catadores com relação aos intermediários faziam referência: à receptação do desvio de cargas de materiais recicláveis que deveriam ser destinados aos galpões de catadores; ao “roubo na balança” feito através da adulteração destes equipamentos; e à manutenção dos baixos preços dos materiais recicláveis pagos aos catadores. Sobre estes intermediários, em entrevista com Dona A. no município de Santa Cruz do Sul ela me dissera quando perguntada se ela já tinha recebido uma proposta de emprego, ela respondeu que:

Já... aqui na frente, no sucateiro. Eu recusei porque sou fiel à associação... porque eles querem me tirar daqui hoje... amanhã eles tiram mais um para quebrar a associação. Então é por isso que eu digo pra ti, só trabalhar pelo valor do dinheiro não vale a pena.... tu tens que dar o suor e o teu sangue e, em primeiro lugar ser fiel aos catadores, e isso eu sou... jamais eu iria trair os companheiros...

A possibilidade de ser tirada da sua associação para ir trabalhar para um “sucateiro” chega a ser encarada como uma traição, tal é ilustrado no trecho expresso acima.

Porém, não existem somente intermediários de mercado no “meio do caminho” dos catadores. As empreiteiras de coleta de resíduos foram mencionadas por cinco representantes municipais no exercício de análise de conjuntura realizado na instância estadual logo antes citada. Entre os descontentamentos com as empreiteiras foram elencadas as seguintes ocorrências: os contratos milionários assinados com as prefeituras; o grande tempo de duração desses contratos; o financiamento de campanhas eleitorais; o baixo volume de materiais recicláveis coletados; o alto índice de coleta de rejeitos e materiais contaminados; e o desvio de cargas de materiais recicláveis com mais valor para os “atravessadores”.

As “ONGs” foram citadas duas vezes, e os descontentamentos em relação às mesmas diziam respeito à ausência dessas organizações após a conclusão dos projetos e à ingerência

destas na gestão dos grupos de catadores. Todavia, o ator que mais foi citado e ao qual mais os catadores associam a responsabilidade pelos seus descontentamentos são os governos municipais. Para se ter uma ideia, a maioria dos grupos presentes nesta instância, exceto para um deles (Gravataí), citaram as “prefeituras” como sendo as responsáveis pelos problemas que acometem os catadores. Os descontentamentos com relação a estes atores do poder público municipal são muitos, tais como: retirada dos catadores de lixões sem garantia de sua transferência para outras estruturas de trabalho; cooptação de lideranças dos catadores; perseguição de militantes catadores; envolvimento dos catadores em brigas partidárias alheias aos seus interesses; ampliação dos contratos com as empreiteiras; burocratização da relação com os catadores; assistencialismo para que os catadores não protestem; aposta na incapacidade dos catadores em fazerem a gestão de seus grupos; fomento à fragmentação entre as associações de catadores; imposição de convênios, e não valorização dos catadores.

A partir destes descontentamentos elencados acima e com a respectiva definição dos responsáveis pelos mesmos, são possibilitadas aos catadores do MNCR as condições necessárias para a “adoção coletiva de um quadro interpretativo de injustiça” (TARROW, 2009, p. 145). Ou seja, estes atores obtêm assim uma grande oportunidade de consolidação de um *frame* a ser disseminado e compartilhado entre os catadores a partir de um inacabado e, simultaneamente, inacabável processo de mobilização interpretativa. Processo através do qual pode-se gerar e manter um grau de independência com relação à leitura que as elites fazem em relação aos mesmos catadores. A importância deste processo de enquadramento interpretativo se refere, assim, ao fato de os catadores não estarem isolados em seus contextos de ação e poderem definir, portanto, quem está a favor e quem está contra a ação destes sujeitos. Ou seja, definir, em última análise, quem são seus aliados e quem são seus inimigos. Tal definição contribui, dessa forma, com a delimitação organizativa dos catadores com relação aos demais atores do campo desta questão social. Um dos poucos aspectos que são formalmente declarados pelo MNCR/RS, o qual está associado a esta delimitação encontra-se no seguinte trecho da declaração de princípios e objetivos do MNCR: “O MNCR busca garantir a independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados [...]” (CARTILHA..., 2005, p. 6).

O fato de os catadores procurarem interpretar a si mesmo enquanto sujeitos independentes dos demais reflete-se nas configurações de sentido que tomam a sua ação coletiva. O ato de refletir sobre os sentidos possíveis da ação coletiva estimula o exercício da reflexividade social destes atores, o que representa um ganho processual na capacidade

própria de agir coletivamente (SCRIBANO, 2003, p. 74). De tal modo, o processo de organização dos catadores não significa, conforme visto anteriormente, apenas uma simples resposta ou reação dada aos estímulos ou constrangimentos advindo do meio externo, mas, este processo corresponde à constituição de uma forma de interpretação da sua situação política, econômica e social. Sendo isto o que torna possível a incorporação constante de estímulos e constrangimentos externos enquanto elementos estratégicos (BERNOUX, s.d., p. 14). Assim, o modelo de interpretação adotado pelo presente estudo dos sentidos e *frames* da ação constituídos pelos catadores em meio ao contexto da questão social da reciclagem não é um modelo pautado por relações entre estímulo e resposta, necessidades e constrangimentos, mas, é um modelo pautado pela figura do ator/criador que reflete sobre estes mesmos estímulos e constrangimentos e os converte em dados contextuais com a finalidade de dinamização de sua ação coletiva.

Procurando definir os elementos que contribuem para um processo de enquadramento interpretativo, primeiramente, pode-se dizer que o mesmo acontece através da produção de sentidos advindos das experiências e das expectativas coletivamente compartilhadas entre os sujeitos empíricos. Isto caracteriza um importante aspecto da unidade entre a ação coletiva e a processo reflexivo. O que constitui os esquemas ou quadros interpretativos próprios aos movimentos sociais em suas ações coletivas.

Em segundo lugar os enquadramentos interpretativos são compartilhados intersubjetivamente não somente entre os catadores, mas também entre outros atores que fazem parte do contexto da questão social da reciclagem. Sendo as atividades de interlocução e de tradução (LATOUR, 2001; BOTTI, 2005) com estes outros atores o que proporciona aos catadores organizados no MNCR/RS as possibilidades de articulação em rede entre eles e os demais. Em síntese, o processo de enquadramento interpretativo, cuja delimitação do “nós” e do “eles” em uma estrutura de conflito de um movimento é conferida pelo próprio quadro de interpretação, se torna permeável para a inclusão de outros atores através de um processo de tradução, onde os mesmos entram em relação com “demais membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente” (TARROW, 2009, p. 143-144).

Os elementos que compõem as experiências e as expectativas dos diferentes atores precisam passar, deste modo, por um processo de “tradução estruturante” para que “um conjunto heterogêneo” possa se “modelar-se a outro”, ou seja, ser persuadido a “estruturar-se de maneira semelhante” (BOTTI, 2005, p. 138). Isto demonstra que as delimitações entre nós e eles não são fixas porque são permeadas por ações de tradução estabelecida pelos diferentes atores em contextos de interlocução interorganizacional.

De modo diverso do processo de alocação autoritária de recursos visto no capítulo anterior, os processos de tradução não ocorrem de forma unilateral, pois “quem se faz traduzir parcialmente faz sempre de alguém o seu tradutor” (FRIEDBERG, 1995, p. 94). Isso porque estes tradutores são os que possibilitam que a organização estruture “seu meio ambiente abrindo-se ao mesmo tempo, e seletivamente, a ele” (Ibid.). As dinâmicas e relações interorganizacionais são constituídas, dessa forma, por interações de troca e de poder estabelecidas entre as diferentes organizações que agem sobre os mesmos ambientes de ação (p. 97) através de sucessivas traduções que visam encaminhar social e politicamente a questão da reciclagem. Assim, as delimitações entre “nós” e “eles” deixam de ser concebidas como rígidas e perfeitamente constituídas, pois há, entre estas duas dimensões, uma série de dinâmicas que configuram as redes que são articuladas entre as diferentes organizações.

3.4 ENTRE “NÓS” E “ELES”: A FORMAÇÃO DE UM QUADRO INTERPRETATIVO DE REDE ENTRE ATORES E INSTITUIÇÕES

A diversidade de atores e instituições inter-relacionadas no marco de uma determinada articulação de rede necessita ser traduzida para ser dialogada, e assim serem tecidos os nexos entre os atores ao estabelecerem os vínculos necessários entre suas demandas concretas e os sentidos das mesmas. O estabelecimento destes vínculos dá-se, então, em decorrência de um processo que torna inteligível a articulação entre os atores de forma mútua. Esta inteligibilidade somente pode ser obtida pelo trabalho de tradução do quadro interpretativo que confere sentido às ações coletivas como forma dos atores esclarecerem para si mesmos o que pode os unir e o que pode os separar (SCHERER-WARREN, 2008, p. 508). Dessa forma, qualquer ação conjunta somente se torna possível quando é constituída através de sentidos compartilhados provenientes da interação entre os protagonistas de determinados processos sociais. Isto torna-se viável porque os atores mutuamente envolvidos estabelecem relações de troca e de complementaridade entre si, as quais são, por sua vez, possibilitadas por conjuntos compartilhados de sentidos que constituem um quadro interpretativo mutuamente determinado.

A partir destes pressupostos acima serão interpretadas algumas situações de articulação em rede entre o MNCR/RS e demais atores. Primeiramente, as articulações realizadas entre os catadores deste movimento e uma outra determinada organização civil, as quais podem ajudar a interpretar como os referidos catadores interpretam as possíveis

articulações entre eles e as “ONGs”. Em segundo lugar, interpretar-se-á a relação deste movimento com dois governos municipais.

3.4.1 Entre “eles”: as “ONGs”

A relação de conflito entre o MNCR e este tipo de organização civil ocorre, conforme visto no segundo capítulo, em função do fato de não ser possível negociar um determinado ambiente organizacional sem relações de conflito, onde é envolvido o exercício do poder e da troca entre as organizações com a finalidade comum de consecução de um meio ambiente com menos incertezas e dependências para ambas. Principalmente quando se trata de alocação de recursos necessários à manutenção das organizações. Para traçar estratégias de redução da dependência em relação aos recursos necessários, os catadores procuram estabelecer parcerias e acordos. Os projetos sociais provenientes destas negociações não são, deste modo, apenas mais um meio para reduzir este tipo de dependência, mas antes de tudo, os projetos representam um meio de se obter um meio ambiente negociado com menos incertezas para ambas organizações.

A negociação de projetos sociais vem sendo a algum tempo realizada entre o MNCR e a Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Esta relação foi citada pelo atual secretário geral da FLD, durante a aula inaugural do projeto CATAFORTE de formação no dia 31 de março de 2010. Ele trouxe, na ocasião, à memória que desde o ano 2000 mais de vinte projetos dos catadores foram apoiados por esta entidade em municípios tais como Caxias do Sul, Erechim e Porto Alegre, e em nível nacional em Belo Horizonte e em Brasília. Já com recursos públicos captados em parceria entre a FLD e o MNCR/RS dois projetos foram executados. O primeiro foi o Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual contou com 135 formandos no Rio Grande do Sul. Já o segundo foi o Projeto Cadeia Produtiva da Reciclagem com recursos da Petrobras que contribuiu com a estruturação de dezessete grupos de catadores no Estado. Ele ainda ressaltou durante este evento que o diferencial da FLD consistia em sua metodologia de atuação, cujo fundamento é o protagonismo dos catadores em todas as etapas de execução dos projetos que lhes dizem respeito.

Sobre a ideia de protagonismo dos catadores, esta noção não poderia ter sido utilizada como um elemento de tradução da FLD em relação ao MNCR se não tivesse sido

objeto de interlocução entre as mesmas organizações. Este processo de interlocução teve o papel fundamental de uma então interlocutora da FLD que negociou os termos da parceria estabelecida junto aos representantes do MNCR/RS desde o início do apoio desta fundação aos projetos do movimento. Esta relação de reciprocidade foi mencionada durante um evento do MNCR em nível nacional, no qual a referida interlocutora apresentou um painel sobre o papel das entidades parceiras no fortalecimento do MNCR. Este painel foi apresentado por ela a uma grande platéia de representantes do MNCR de diversos estados durante o Encontro das 700 lideranças do MNCR em Brasília. Logo a seguir é reproduzido um excerto desta apresentação:

[...] o movimento também relaciona-se, necessariamente, com outros atores. Qualquer parceria pressupõe uma troca entre instâncias diferenciadas, uma interlocução entre identidades diferentes. As parcerias do MNCR devem ser fundadas no apoio e na troca de visões de mundo, contudo é necessário permanecer um certo princípio comum [...]. É isso que é importante ao indagar-se sobre as parcerias: quais os critérios e princípios que fundam a troca? A parceria que não concebe o catador como protagonista é uma parceria frustrante, não é parceira, se coloca como superior (KIRCHHEIM, 2006, p. 10).

Verifica-se, a partir das exposições feitas, que as relações de troca entre as organizações implicam, necessariamente, no retorno das equivalências ou na negociação dos termos que vão balizar as mesmas relações de troca (FRIEDBERG, 1995, p. 118) como forma de consolidar um contexto comum de ação. Entretanto, tais trocas só são possíveis através do ato de compartilhar sentidos entre as coletividades organizadas. Logo, as relações entre as organizações não ocorrem ao acaso, mas, através de troca e de reciprocidade, não somente em termos materiais, mas fundamentalmente em termos simbólicos. Conforme o processo de tradução agora estudado, o sentido comum é, dessa forma, proporcionado pelo reconhecimento dos catadores enquanto atores sociais, ou seja, sujeitos protagonistas de seu próprio trabalho, de sua luta e de sua vida no contexto por eles mesmos interpretados. Isto é enfatizado neste outro excerto:

Para tanto, a metodologia que foi desenvolvida nos projetos com os catadores parte do princípio do protagonismo dos mesmos em todas as etapas do projeto. Os projetos especiais desenvolvidos em parceria com o Movimento dos Catadores são uma oportunidade de aprendizagem e de contato direto com uma das populações mais sofridas no Brasil e de atuar e refletir sobre o papel da FLD no fortalecimento de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, principalmente no contexto urbano para combater a desigualdade social e econômica (FUNDAÇÃO..., 2009, p. 5).

O sentido de protagonismo dos catadores nos projetos a eles direcionados refere-se, portanto, ao reconhecimento destes sujeitos enquanto atores. Sendo este sentido o que permite interconectar os dois distintos atores em uma interação de rede. A mesma interação não se

reduz, desta forma, a dimensão da simples captação de recursos, mas a uma relação de tradução mútua onde o movimento permite ser traduzido e faz desta entidade um de seus tradutores. Em consequência disto, o movimento consegue estruturar seu ambiente relacional ao abrir-se de forma seletiva ao mesmo, ao negociar os termos da relação que vai balizar estas mesmas relações de troca (FRIEDBERG, 1995, p. 118). No caso específico de estudo estas relações de natureza mútua representam uma forma de consolidar um contexto de ação para o encaminhamento sociopolítico da questão social que afeta os catadores.

Em termos de compartilhamento de sentido entre estas organizações, outro nexos pode ser situado. O mesmo aparece em um projeto, onde é ressaltado o protagonismo dos catadores enquanto sujeitos dos encaminhamentos a serem dados à sua questão social. Assim, em um dos trechos deste projeto pode-se ler que um dos objetivos a ser perseguido por ambas organizações é a “implementação de uma política pública de coleta seletiva com inclusão dos catadores e com subsídios para o serviço prestado pelos catadores” (FUNDAÇÃO..., 2009, p. 5). Esta política, proposta inicialmente pelo o MNCR e compartilhada com a FLD, visa estabelecer um modelo de coleta seletiva a ser executado pelos catadores no espaço urbano. Tal iniciativa de encaminhamento da problemática em questão é denominada pelo MNCR/RS de coleta seletiva solidária (CSS).

O modelo CSS consiste em três etapas simultâneas: a primeira é a estruturação dos grupos de catadores através da construção de galpões, aquisição de equipamentos adequados, logística de beneficiamento e comercialização. A segunda diz respeito à valorização do trabalho por meio da contratação das organizações de catadores e pela remuneração dos serviços prestados. E a terceira está relacionada ao processo de formação permanente tanto dos munícipes quanto dos próprios catadores através da capacitação destes para a realização de oficinas em escolas, campanha porta-a-porta e palestras para grandes geradores (indústria, comércio, grandes condomínios e repartições públicas) com a finalidade de operacionalização da CSS junto a estes setores (MOVIMENTO..., 2009).

Os referidos aspectos do processo de tradução mútua entre o MNCR e a FLD possibilitaram a articulação destas organizações. Tal articulação, cujo fundamento consiste no ato de compartilhar sentidos de protagonismo dos catadores enquanto sujeitos dos encaminhamentos dados à sua própria questão social, contribui para a constituição de um quadro interpretativo situado no interior do contexto social em questão. Porém, este *frame* não é próprio somente do MNCR, pois o mesmo é comungado entre este movimento e a FLD. Poder-se-ia dizer, assim, que o ato de partilhar sentidos pode vir a constituir um “quadro interpretativo de rede” a ser dividido entre as distintas organizações. Este tipo de interação de

natureza reflexiva e interorganizacional também é constatada entre o MNCR/RS e outras duas instituições de caráter governamental.

3.4.2 Entre “eles”: as “prefeituras”

Conforme visto anteriormente, as interações do MNCR com os governos ou com as administrações municipais são, marcadas pelo conflito, tais como as interações com muitas “ONGs”. Isto porque, muitas políticas implementadas pelos governos municipais, representam em grande parte dos casos, formas de encaminhamento da questão social da reciclagem, planejadas e executadas à revelia dos catadores e de suas experiências e expectativas. Para se ter uma ideia disto, em um seminário promovido pelo MNCR/RS sob o nome de Conquistas e Avanços na Cadeia Produtiva pelos Catadores apresentou-se um estudo sobre os custos de um modelo chamado pelo movimento de “Coleta Seletiva Tradicional” (CST) em comparação com o modelo CSS pelos mesmos atores. Destacou-se a partir de então que...

[...] o modelo tradicional está voltado para manutenção das empreiteiras, todo o investimento é para pagar as empreiteiras e isso faz com que o catador tenha que pagar para trabalhar. Já o modelo solidário está voltado para a estruturação física e para a garantia de condições para que o catador exerça seu trabalho. Para tanto, o modelo de CSS se volta à formação permanente deste trabalhador para com isso garantir o reconhecimento e a valorização do trabalho (RELATÓRIO... 2009).

Este novo modelo de coleta seletiva proposto pelo MNCR/RS vem sendo paulatinamente incorporado por alguns governos municipais como o de Gravataí cidade situada na Região Metropolitana de Porto Alegre. Sobre a implantação da CSS neste município, o excerto abaixo demonstra que:

A coleta seletiva em Gravataí promete dar um salto em relação ao seu modelo atual. Ao invés dos tradicionais caminhões de lixo que passam em dias pré-estabelecidos, a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), propôs a construção de entrepostos na cidade para atender esse serviço. O projeto – parte da campanha ‘Gravataí – Eu Gosto, Eu Cuido’ e que pretende se tornar uma referência na área – foi apresentado pela prefeita Rita Sanco e pelo secretário de Serviços Urbanos, Juarez Fialho, [...]. Rita Sanco explicou que o projeto, realizado em parceria com o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, trabalha em três frentes: a ambiental, a econômica e a social (PREFEITURA..., 2009).

A última frase atribuída à atual prefeita do município em questão vem justamente ao encontro de um fragmento do projeto que deu início às negociações para a implantação deste outro modelo, o qual intitulou-se: Revitalizando a Coleta Seletiva em Gravataí com Inclusão Social e Econômica dos Catadores. A apresentação e negociação do referido projeto junto ao

governo municipal de Gravataí possibilitou a implementação deste outro modelo de coleta seletiva domiciliar feita diretamente pelos catadores. No seguinte fragmento do mesmo projeto escreve-se que um novo modelo de coleta viria “no sentido de buscar a qualificação dos serviços de coleta seletiva atualmente prestados no município de uma forma a conciliar três dimensões aparentemente contraditórias: a dimensão ambiental, a econômica e a dimensão social” (MOVIMENTO..., 2008, p. 4).

Entretanto o que permitiu que o referido projeto fosse discutido e encaminhado para a previsão de recursos no orçamento municipal foi a instalação temporária de um comitê entre as secretarias deste governo, aos moldes do Comitê Interministerial para a Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis²⁹. Porém, o que realmente facilitou o processo de negociação com o atual governo municipal de Gravataí foi o fato de que durante as eleições municipais de 2008 saíra vitorioso um grupo político não alinhado com as empreiteiras de coleta de resíduos. O que ocasionou que, ao invés de ser firmado um novo contrato com uma grande empresa do setor de manejo de resíduos, foi assinado um outro contrato com a cooperativa de catadores de Gravataí. De acordo com a atual prefeita deste município: “[...] na cidade de Gravataí a lógica vigente estabelecida vem sendo transformada, pois ao invés do poder público financiar grandes empresas, a Prefeitura tem valorizado e reconhecido o trabalho dos catadores organizados [...]” (MOVIMENTO..., 2010a, p. 3).

O que percebe-se através das afirmações acima é que este outro modelo de coleta seletiva adotado pelo governo municipal de Gravataí, seguindo alguns sentidos compartilhados com MNCR/RS, deu-se a partir de um processo de negociação proporcionado por uma mudança da situação política deste município. Tal como o que afirmou G. durante uma instância de coordenação executiva do MNCR ocorrida no dia 17 de março de 2010, onde ele colocou que a Prefeitura de Gravataí seria um governo que estaria seguindo a linha traçada pelo movimento, só que esta linha passa pela organização dos catadores, muitos dos quais ainda se encontram desarticulados, o que impede que o serviço seja prestado de forma a cumprir compromissos contratuais junto à prefeitura. Esta também é uma preocupação

²⁹ O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis foi criado através de Decreto Presidencial no ano de 2003, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por intermédio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), e pelo Ministério das Cidades através da sua Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Além destas instituições o Comitê é formado por dez outros órgãos do governo federal: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal (CEF); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

comungada entre o referido governo municipal, pois segundo o atual secretário de serviços urbanos “os catadores precisam se qualificar para exercer seu trabalho com mais eficiência que a coleta mecanizada” (RELATÓRIO..., 2009).

Para que se tornasse efetiva esta organização em maior escala dos catadores deste município e como forma de consolidar este novo modelo, o MNCR/RS encaminhou para um fundo de projetos sociais, o qual é gerenciado pela FLD, um projeto denominado de Programa de Capacitação Sócio-assistencial dos Catadores de Gravataí. Projeto que objetiva fomentar o processo de organização dos catadores através da identificação e do encaminhamento das suas demandas sociais. Logo a seguir é possível ler, de forma um pouco mais detalhada, como uma política de CSS estaria planejada no sentido de encaminhamento das problemáticas sociais dos catadores:

Muito já foi feito em termos de estruturação, inclusive a operação com dois veículos elétricos de tração para coleta domiciliar, agora feita pelos catadores de forma mais reconhecida e valorizada pela prefeitura e pelos cidadãos, concomitantemente. Tudo através de um repasse regular de recursos que garante fundamentalmente o acesso aos direitos sociais mínimos relacionados ao trabalho como aposentadoria e auxílio doença que são acessados após a contribuição ao INSS. Além dos recursos necessários para a operação diária deste serviço, sem que o catador precise ‘pagar para trabalhar’ como o que ocorre muitas vezes. Sem falar nas possibilidades de autogestão da produção através da independência que os catadores vão criando em relação aos intermediários da cadeia produtiva por comercializar conjuntamente os resultados dos serviços desta coleta feita de porta em porta (MOVIMENTO..., 2009b, p. 6-7).

É importante notar dois fatores decisivos na consecução deste novo modelo de coleta seletiva, cuja observância dos mesmos é feita pelo MNCR/RS ao elaborar o referido projeto. O primeiro fator consiste na negociação à qual o projeto contribui enquanto uma fundamentação de viabilidade econômico-financeira deste novo modelo. O segundo fator diz respeito à agregação de tecnologia ao processo de coleta feito pelos catadores através do funcionamento dos veículos de tração elétrica, ou dos chamados “carrinhos elétricos”³⁰. Sobre este último fator, a agregação tecnológica à coleta seletiva realizada pelos catadores é considerada, tal como demonstra o excerto acima, uma alternativa à precariedade do exercício de catação na rua e às significações negativas provenientes desta condição, através das quais são legitimadas políticas que visam retirar os catadores das ruas, conforme o estudo da relação de criminalização da questão social da reciclagem.

Sobre a negociação do projeto, o que garantiu que o mesmo fosse aprovado, junto à emenda orçamentária, a qual previu os recursos necessários para o funcionamento deste novo

³⁰ Os veículos de tração elétrica foram desenvolvidos através de um projeto firmado entre o MNCR e a Itaipu Binacional.

modelo de coleta, foram os elementos que compõem a viabilidade econômica e financeira do mesmo em relação ao modelo de coleta anterior. Como forma de fundamentar tal viabilidade utilizou-se no referido projeto a seguinte base de cálculo, $\left(\frac{V}{R1+R2+R3} \right) = 1$, onde:

‘V’ corresponde ao valor mensal a ser repassado em moeda corrente nacional; ‘C’ corresponde ao número de catadores incluídos na coleta seletiva: $V = (300,00.C)$; ‘R1’ corresponde à rubrica 01 que trata da contribuição ao INSS e do bônus ao catador: $R1 = (0,45.V)$; ‘R2’ corresponde à rubrica 02 que trata do custeio operacional da coleta: $R2 = (0,3.V)$; ‘R3’ corresponde à rubrica 03 que trata do custeio administrativo: $R3 = (0,25.V)$ (REVITALIZANDO..., 2008, p. 9).

Conforme as equações acima referidas, 45% do valor do repasse é realizado de acordo com o número de catadores efetivamente incluídos na coleta seletiva, tendo como função garantir a contribuição do catador individual ao INSS além de uma bonificação a este mesmo catador. Outros 30% são destinados ao custeio operacional, o qual compreende, segundo o projeto, os seguintes itens: melhorias do espaço físico e custeio de parte do transporte do pessoal para unidade de triagem, manutenção dos carrinhos de coleta seletiva, máquinas, veículos, e para a reposição dos equipamentos de proteção individual (EPIs). E, por fim, o restante dos 25% do valor do repasse destinam-se ao custeio administrativo, o qual abrange os itens de divulgação permanente da coleta seletiva solidária, capacitação técnica, gestão e monitoramento. Esta divisão dos valores financeiros em suas determinadas rubricas, conforme expresso acima, tem por finalidade fazer com que o catador não precise “pagar para trabalhar”, pois, seu processo laboral envolve uma série de custos operacionais e administrativos, cuja cobertura passa a ser garantida pela contratação de seus serviços. Com isso, este projeto pretende que os serviços prestados à municipalidade sejam valorizados através do acesso aos direitos previdenciários e à uma bonificação de caráter individual enquanto formas de acesso aos direitos e garantias sociais relacionadas ao trabalho de coleta e destino final de materiais recicláveis (Ibid.).

No entanto, além dos benefícios sociais, o que fez, também, a diferença no processo de negociação com o governo municipal de Gravataí foi o argumento de redução de custos com os serviços de coleta. Para justificar os investimentos de recursos públicos para custear o modelo de CSS, buscou-se comprovar que os custos deste outro modelo são ainda muito menores que os custos implicados no modelo tradicional de coleta seletiva baseado em contratos com grandes empresas do ramo. Isto foi confirmado através de um estudo comparativo entre os custos dos diferentes tipos de coleta seletiva a partir de dados quantitativos, conforme é citado a seguir:

Considerando os dados processados pelo presente projeto, estima-se que a quantidade de materiais recicláveis destinados à nova coleta revitalizada seja de 89.999 kg/mês. Isto significa que, por ano, pode-se estimar que sejam coletados na faixa de 1.079,98 ton./ano. Neste sentido, ao se levar em conta que o orçamento demandado para a revitalização da coleta seletiva com inclusão dos catadores é de R\$ 216.000,00 a serem investidos no prazo de um ano. [...] As enormes possibilidades de se obter uma significativa economia aos cofres públicos municipais podem ser comprovadas através dos dados do Compromisso Empresarial para a Reciclagem, o CEMPRE, na Pesquisa Ciclosoft 2008, onde se constata que o custo médio da coleta seletiva em nível nacional é de US\$ 221,00 (dólares) por tonelada. Ou seja, atualmente, o custo da coleta seletiva é 5 vezes maior que o custo da coleta de lixo convencional, que é estimado nesta pesquisa em US\$ 42,90 por tonelada de modo regular. Dessa forma, se for considerada a mesma cotação do dólar enquanto uma condição da realidade daquela pesquisa³¹ se obterá, em reais, o preço médio de R\$ 375,50 por tonelada. Assim, o custo total anual a partir do preço médio da coleta seletiva em nível nacional é de R\$ 405.532,49 ao ano. Enquanto que o custo total anual da nova coleta seletiva com inclusão dos catadores é de R\$ 216.000,00 ao ano. Isto garante uma economia real para os cofres públicos municipais de R\$ 189.532,49 ao ano (REVITALIZANDO..., 2008, p. 11-12).

A possibilidade de redução dos custos com a coleta seletiva em Gravataí é, sem dúvida, um dos fatores decisivos ao sucesso destas negociações coletivas entre o atual governo municipal deste município e o MNCR/RS. As negociações que vieram ocorrendo no âmbito deste novo modelo foram o que oportunizaram o compartilhamento de sentidos entre estes atores tão distintos como forma de se obter um encaminhamento conjunto da questão social da reciclagem. O presente processo de articulação não pode ser reduzido à questões econômicas e financeiras mas a toda uma articulação de significados em torno de uma cadeia de tradução da realidade (LATOUR, 2001, p. 364).

A cadeia de traduções, que se constitui em torno dos sentidos vinculados ao encaminhamento da dimensão social da reciclagem, gira em torno de conjuntos heterogêneos que envolvem catadores, tecnologias, recursos, materiais recicláveis, e diversos atores inseridos de formas diversas em meio às ações organizativas destes conjuntos (BOTTI, 2005, p. 125). Se trata, portanto, de um complexo exercício de “tradução de um modelo de organização social” (Ibid.) sendo gestado em meio às relações que configuram a reciclagem nos dias atuais.

As operações de tradução transformam, portanto, questões técnicas em questões políticas e vice-versa. No fundo estas operações se convertem em “operações de persuasão” ao mobilizar uma ampla gama de pessoas e elementos diversos (LATOUR, 2001, p. 120). Este tipo de tradução com um sentido persuasivo pode ser concebida como uma “tradução estruturante” efetivada para que um determinado conjunto heterogêneo de atores e elementos

³¹ A cotação do dólar da época era de US\$ 1,00 = R\$ 1,70. Essa cotação foi mantida como referência para os cálculos deste projeto.

possam “modelar-se a outro”, ou seja, sejam persuadidos a estruturarem-se de maneira similar (BOTTI, 2005, p. 138).

Dessa forma, as delimitações e as fronteiras entre os atores é alterada pela negociação e pela mobilização destes conjuntos para a conformação de “extraordinários conglomerados” (LATOURET, 2001, p. 116). Esses conglomerados constituem, assim, outras formas de organização dentro das quais os conjuntos heterogêneos de elementos até então não relacionados passam a compartilhar uma referência comum (p. 119). Quando estes conjuntos de elementos são postos em relação por meio de negociações entre as diferentes organizações é possibilitada uma articulação realizada como forma de efetivação de um sentido compartilhado.

Os conjuntos de elementos heterogêneos formados entre catadores, resíduos, tecnologias, recursos, projetos e números são negociados entre os atores através de um processo tradução. Estas relações estabelecidas são de fato o que vem estruturando a implementação de uma política de CSS em uma cidade como Gravataí. Entretanto, tais processos relacionais não se restringem apenas a este município, pois geram referenciais para a interlocução e para articulação do MNCR/RS junto a outros atores de outros municípios.

Isto foi é o que ocorreu entre o movimento e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) de Novo Hamburgo que, a exemplo do governo municipal de Gravataí, tem procurado coordenar um projeto de gerenciamento integrado de resíduos sólidos junto a outros órgãos do atual governo deste município:

Esta é a primeira ação conjunta entre as secretarias, na certeza que vamos construir uma caminhada produtiva e o MNCR nos auxilia nesse sentido, afirmou a titular da SDS, Jurema Guterres. De acordo com ela, a criação de entrepostos e a reativação da coleta seletiva fazem parte do projeto (PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO..., 2009).

A atual secretária da SDS cita acima o começo de um processo que, aos moldes do que ocorrera em nível federal e em Gravataí, visa congregar um conjunto de secretarias para a conformação de um processo articulado com o MNCR com a finalidade de reativação da coleta seletiva e para a “criação de entrepostos”. O termo entreposto já é utilizado há certo tempo no interior do MNCR/RS e foi elucidado por G. durante a aula inaugural do projeto CATAFORTE de formação (MOVIMENTO... 2010) em que ele associa o termo entreposto a uma forma de organização feita pelos catadores de rua como meio para estruturar um sistema de coleta seletiva conectado a unidades de triagem, cujo funcionamento no modelo de CSS torna as mesmas em centrais locais de comercialização conjunta da produção destes entrepostos.

A intenção de efetivar um modelo diferenciado de coleta seletiva já havia sido demonstrada durante outra atividade do MNCR, ocasião na qual V. (assistente social, atual gerente de renda de cidadania da SDS, 42 anos), ao representar esta secretaria na mesma atividade, apresentou um painel através do qual ela lembrava “[...] que as práticas higienistas estiveram sempre voltadas à retirada dessa população das ruas. Novo Hamburgo tem, aproximadamente, 3000 catadores e pretende inserir 500 catadores na atividade de CSS” (RELATÓRIO..., 2009). Ainda na primeira frase deste excerto pode-se constatar certos elementos de uma crítica semelhante à crítica que o MNCR faz quando se refere ao processo de retirada dos catadores das ruas por meio da atribuição de uma alteridade negativa associada a uma atividade precária, cujo reflexo imediato é o processo de retirada destes sujeitos através da criminalização dos catadores nas ruas. Já, na segunda frase, após breves considerações quantitativas sobre um possível número total de catadores, V. fez referência à “inserção de 500 catadores na atividade de CSS”, ou seja, à introdução destes sujeitos no modelo de coleta seletiva solidária apresentado pelas lideranças do MNCR como uma política de inclusão dos catadores na prestação de serviços de coleta seletiva para a municipalidade. Isto demonstra um grande nível de compartilhamento de sentidos entre o movimento e a representante desta secretaria nesta referida atividade pública.

Os sentidos compartilhados entre estes dois atores, cujo processo de interlocução já percorrerá uma breve, porém significativa trajetória, foram um fator decisivo para a própria aproximação do MNCR com certas secretarias do atual governo municipal de Novo Hamburgo. O processo de interlocução que permitiu uma certa relação de troca teve início quando houve a eleição de uma coligação, um tanto ampla, entre os partidos PT, PDT, PR, PRB, PC do B, PTC e PP para o governo deste município. Desde então, um representante do recém-criado Departamento de Economia Solidária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Tecnologia e Turismo (SEDETUR), o qual já havia participado de uma reunião com o comitê formado entre as secretarias de governo de Gravataí, entrou em contato com G. para que o MNCR fizesse formação com os catadores de Novo Hamburgo. Haja vista a demora de começo do projeto CATAFORTE de formação, em consequência do atraso na tramitação do mesmo projeto no MTE, alguns militantes do MNCR junto com alguns servidores deste município realizaram no dia 14 de abril de 2009 uma oficina ministrada por G. sobre cadeia produtiva da reciclagem com a finalidade de capacitar alguns destes funcionários para inicialmente serem feitas as abordagens e o cadastramento dos catadores de rua de Novo Hamburgo.

Logo após isto, seguiram-se uma série de encontros entre as secretarias incumbidas em formular o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Novo Hamburgo onde durante incontáveis instâncias pude perceber os diferentes entendimentos que os representantes daquelas secretarias possuíam sobre os catadores e a questão social da reciclagem. Eu, juntamente com algumas lideranças do MNCR, pressionamos no sentido de não deixar que se reproduzisse o mesmo modelo de coleta seletiva de Porto Alegre. O qual, conforme exposto anteriormente, possui uma forte tendência à criminalização da questão social dos catadores. Entretanto, deparamo-nos com uma série de pequenos conflitos que se materializavam em dificuldades impostas ao processo de tradução das demandas entre o MNCR/RS e o referido governo municipal. Estes conflitos iam desde os termos utilizados, por exemplo, sobre qual seria o nome mais adequado para se designar uma unidade composta por catadores de rua, seria um galpão, uma unidade de triagem ou um entreposto de catadores. Outra dificuldade continuava sendo o aspecto mercadológico a partir da polêmica se o PGIRS deste município priorizaria logo de início a constituição de uma central de comercialização ou a formação de unidades menores para congregar a coleta e a produção realizada pelos catadores de rua, conforme exposto no capítulo anterior.

Entretanto, outra dificuldade neste processo de tradução de demandas com o governo de Novo Hamburgo foi a paralisação do mesmo durante uns quase seis meses, em função tanto da não-aprovação de um projeto de infra-estrutura junto a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) quanto em decorrência da indefinição de espaços a serem disponibilizados pela municipalidade para o funcionamento das unidades de catadores de rua. Talvez o que tenha avançado no sentido de um novo modelo de coleta seletiva foi o que V. relatou-me no dia 07 de abril de 2010 ao me reunir com ela para tratar de assuntos referentes à execução das formações nesta cidade. Em meio a assuntos de cunho administrativo, ela me confessou que conseguiu aprovar um subsídio de trezentos reais mensais por catador para pagamento de INSS, reposição de EPIs, custeio da produção e da administração do grupo, e bonificação individual, conforme cálculo formulado pelo MNCR/RS para o benefício de 50 famílias que trabalham na central de reciclagem do bairro Roselândia. Ela disse que tinha conseguido tal “façanha” justamente por não ser do quadro político de funcionários, ou seja, por não ocupar um “cargo de confiança” (CC). E não precisar, por isso, se “apequenar” frente ao prefeito, coisa que todos os outros o faziam. V. avaliou, ainda, que isso era um pequeno passo, porém, de grande importância para a remuneração dos serviços prestados pelos catadores ao município.

Sobre a interação do MNCR com os governos municipais de Novo Hamburgo e de Gravataí, G., na reunião da executiva do dia 17 de março, fez uma comparação deste mesmo processo nos dois municípios. Segundo ele, em Gravataí os catadores protagonizam todas as atividades a eles relacionadas, muitas vezes não precisando de qualquer ajuda externa, nem da própria prefeitura. G. disse que isto ficou claro durante a atividade comemorativa do oito de março convocada pela prefeitura, cuja organização foi feita quase que inteiramente pelo MNCR. Já quando G. mencionou as atividades realizadas em conjunto com o governo de Novo Hamburgo tais como a mobilização dos catadores de rua para a participação nas formações do CATAFORTE. Neste município, disse ele, a prefeitura havia realizado grande parte do processo de mobilização dos catadores, desde a convocação dos mesmos nas ruas e nas suas comunidades, até o transporte deles ao local das formações, passando pela sua alimentação. Traços de um processo de interação que representaria, segundo G., a falta de protagonismo dos catadores, o qual fazia com que a prefeitura assumisse tal protagonismo sobre o processo de organização dos catadores em Novo Hamburgo. Diferentemente do que acontecia em Gravataí, onde o MNCR, através de suas lideranças locais, organizava, articulava e mobilizava a quase totalidade das ações relacionadas aos catadores nesta cidade.

Apesar de G. avaliar que alguns sentidos são compartilhados e outros ainda nem tanto, como o sentido de protagonismo dos catadores nos dois municípios em questão. E, não obstante, as continuidades e interrupções dos processos de tradução em curso entre estes diferentes atores, o que está colocado é a possibilidade de tornar efetiva uma articulação em rede entre os catadores e os atores institucionais pertencentes aos referidos governos. A noção do conceito de rede entre os distintos atores, epistemologicamente, distancia-se da idéia de uma unidade totalizante e totalitária para poder considerar a possibilidade de integração da diversidade, ou da união entre os diferentes atores sociais (SCHERER-WARREN, 1996). De modo semelhante, Maria Gloria Gohn (2008, p. 446) define rede enquanto uma categoria “muito utilizada na atualidade, com diferentes sentidos”. No entanto, esta autora reafirma que a noção do conceito de rede é de fundamental importância para a...

[...] análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados, porque, além de permitir a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existente, sem cair em visões totalizadoras da unicidade, elas têm certa permanência e realizam a articulação da multiplicidade do diverso (Ibid.).

A noção de rede pode ser considerada uma inovação no estudo sobre os movimentos sociais quando se trata da substituição dos mecanismos de comando centralizados por mecanismos descentralizados de coordenação (DOMINGUES, 2003, p. 477). No entanto, para que a diversidade possa ser coordenada de modo descentralizado, no marco de uma

determinada articulação em rede, é indispensável que o sentido dessa articulação seja traduzido a fim de ser dialogado entre os atores. Sendo que, o potencial que os atores possuem de articulação em rede deve-se a capacidade dos mesmos em estabelecer nexos entre si através de traduções expressivas e comunicativas (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

As formas de interlocução entre os atores sociais representam, portanto, um modo de articulação reflexiva entre sujeitos coletivos, os quais se envolvem em relações de interdependência de modo recíproco e complexo para compartilhar sentidos, recursos e gerenciar conflitos e dilemas envolvidos nesses contextos de ação (FERREIRA, 2008, p. 33). Entre os nexos que possibilitam a articulação entre o MNCR e certos atores e instituições está o processo de tradução do sentido de solidariedade política no contexto da questão social da reciclagem, cujo pressuposto é a integração de modo politizado desta diversidade refletida e tematizada simbolicamente enquanto um conjunto de sentidos que dizem respeito, portanto, a um modo efetivo de encaminhamento desta problemática social.

Assim, a partir dos estudos de tais pressupostos teóricos e metodológicos e dos dados empíricos conceitualizados enquanto experiências e expectativas compartilhadas entre os atores e as instituições acima, pode-se interpretar que existem três nexos que podem concretizar uma articulação destes atores em rede, resguardados os distintos níveis e graus desta conexão. Estes três nexos são: primeiramente, o reconhecimento dos catadores enquanto atores da sua própria questão social, ou seja, protagonistas de seu trabalho, de sua luta e de sua vida em contextos e ambientes relacionais por eles interpretados. O segundo é o sentido de que remete a um processo tradução mútua de sentidos, projetos e recursos necessários à implementação de um novo modelo de coleta seletiva que inclua os catadores nesse serviço a partir de políticas públicas que possam representar uma solução ainda que parcial a esta questão social. E o terceiro diz respeito à própria expectativa que é nutrida entre os diferentes sujeitos de poderem se articular de uma outra forma que não de modo centralizado e autoritário, ou seja articular-se em rede entre si. Para tanto é preciso que sejam concretizadas outras experiências de articulação pautadas pela politização das soluções e dos encaminhamentos à problemática social dos catadores.

3.6 SOLIDARIEDADE POLÍTICA, POLITICA PÚBLICA E ESPAÇOS SOCIOPOLÍTICOS

No âmbito do contexto e das interações estudadas durante a presente pesquisa, tanto os atores quanto as instituições interligam-se com o objetivo de procurar encaminhar alguns problemas relativos à questão social da reciclagem. Lembrando sempre que o conceito de questão social da reciclagem consiste, por conseguinte, em uma categoria interpretativa a qual remete o pesquisador à percepção da ausência de direitos relacionados ao trabalho e à vida urbana dos catadores. Esta falta de garantias mínimas relacionadas ao trabalho e às condições de vida dos catadores faz com que eles se tornem vulneráveis às configurações do mercado da reciclagem. Tais configurações ampliam, a seu turno, as relações de exploração econômica, assim como a precariedade do trabalho dos catadores. Isto, por sua vez, reforça os sentidos de desqualificação destes indivíduos, os quais passam a ser alvo de um processo de criminalização a partir da atribuição de uma alteridade negativa a estes sujeitos.

A permanência da falta de suportes sociais relativos à atividade laboral dos catadores é, assim, reforçada pela inexistência de políticas que transformem as carências e vulnerabilidades em direitos sociais relativos ao trabalho e à condição urbana dos catadores. Isto se dá em decorrência de não conseguir-se consolidar e disseminar uma política que vá além das dispersas e isoladas iniciativas de criação de cooperativas e associações de catadores, as quais não chegam se converter em articulações maiores e mais coesas (LAYARGUES, 2002, p. 180). Ainda que dotadas de significativa importância no interior de um processo de organização conforme visto antes, as iniciativas de associar e cooperativar os catadores em grupos de produção distanciados uns dos outros não são capazes de transformar os processos de trabalho e de organização dos catadores numa política pública que contemple a dimensão social da cadeia produtiva de reciclagem de materiais.

A consecução de uma política como forma de encaminhamento desta problemática social remete à ideia de que a questão social é uma forma de desnaturalização das situações de extrema necessidade e de exploração, as quais não podem ser entendidas como questões privadas, naturais ou simplesmente como fruto de uma “vontade divina” (KAUCHAKJE, 2008). Isto porque, os movimentos sociais vieram desenvolvendo historicamente seus conflitos para que o encaminhamento da questão social não fosse realizado unicamente por intermédio de ações de caráter privado e humanitário, mas que fosse, fundamentalmente, objeto de políticas públicas constantes na esfera de prioridades do estado e da luta por

direitos. Sendo este processo de politização efetivado através da passagem de um âmbito de encaminhamento privado para uma dimensão pública que caracteriza a solidariedade política.

Em suma, os movimentos sociais vêm contribuindo para que a questão social seja politizada através de seu tratamento enquanto objeto de políticas e programas públicos (KAUCHAKJE, 2008, p. 683-684)³². Através desta proposição pode-se inferir que ao invés da questão social da reciclagem ser equacionada no âmbito das soluções privadas, a mesma pode passar a ter, a partir da ação coletiva dos catadores, um encaminhamento político e público. Tal mudança na forma de encaminhar a questão social é fomentada pelo MNCR em relação ao âmbito específico da reciclagem. A questão social da reciclagem pode ser politizada através do questionamento às relações que mantêm e reforçam desigualdades históricas que envolvem estes sujeitos. Esta mesma questão também pode ser politizada por meio de proposições que preconizam que as equações dadas aos problemas sociais dos catadores devem ser realizadas por meio de políticas públicas como fator estratégico à conquista de direitos e garantias sociais relativas ao trabalho dos catadores nos centros urbanos. Neste sentido, é que os atores se articulam através dos processos de tradução de sentidos compartilhados em função da consecução de uma política de inclusão dos catadores nos serviços de coleta seletiva prestados à municipalidade. No momento em que esta questão social adquire um tratamento político, o MNCR/RS articulado com outros atores e instituições contribui para a construção de espaços sociopolíticos e para a qualificação das formas de participação social e política de setores expressivos da população (KAUCHAKJE, 2008, p. 688). Assim sendo, o processo de politização da questão social da reciclagem leva ao exercício constante de amadurecimento político dos próprios catadores.

Os elementos relacionados tanto à solidariedade política quanto à articulação entre atores e instituições, compõem um quadro interpretativo de rede. Para elucidar este *frame* compartilhado entre os mesmos, finalmente, é apresentado o último diagrama (diagrama 6), cujo conteúdo gráfico remete a uma visualização geral da questão social da reciclagem e dos quadros interpretativos tanto do movimento quanto da rede no interior deste contexto:

³² Kauchakje define a solidariedade política ao compará-la com a solidariedade humanitária de certos órgãos da sociedade civil os quais, ao se empenharem em ações sociais, “imprimem em suas práticas uma baixa politização, isto é, tendem a transfigurar direitos em benesses sob responsabilidade do campo da solidariedade humanitária e/ou religiosa” (Ibid.).

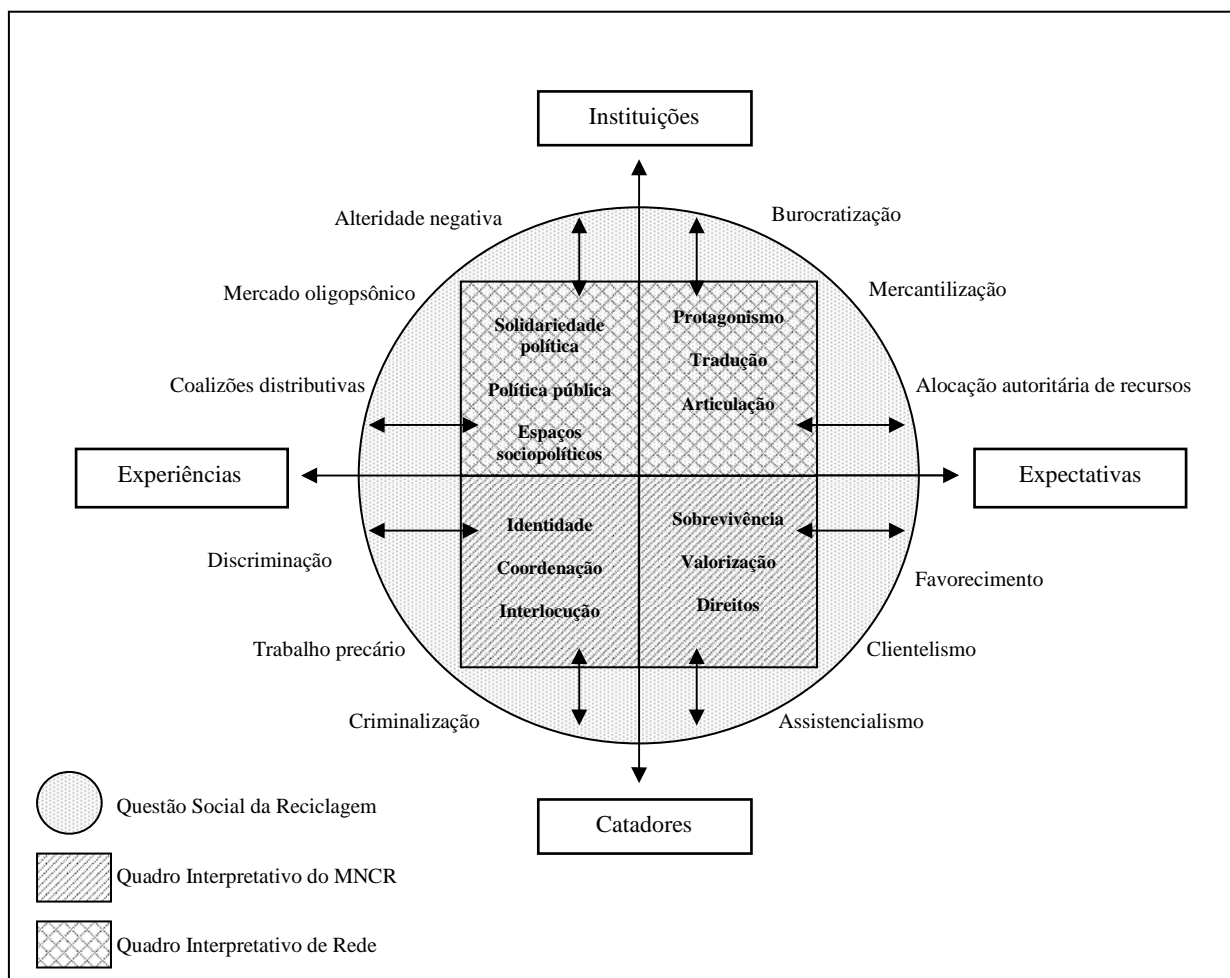


Diagrama 6 – Os quadros interpretativos do MNCR/RS e da rede sociopolítica no contexto da questão social da reciclagem

Fonte: O autor (2010)

3.7 ENTRE A DESIGUALDADE DE UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A DIVERSIDADE DE UMA REDE

Em um contexto repleto de desigualdades em termos sociais, políticos e econômicos não há como haver o estabelecimento de quadros interpretativos delimitados de forma fixa e rígida, pois estes são constantemente permeados pelas relações que causam as mesmas desigualdades. Estas relações são reproduzidas pelos atores de modo quase que irrefletido. Conforme constatado no capítulo anterior em que os catadores “formalizados” acusam os catadores “informais” de roubo de materiais recicláveis e colaboram, assim, para que seus pares sejam tratados como criminosos. Ou no caso de governos e organizações civis que procuram encaminhar a questão social da reciclagem de modo mercantil, burocrático e assistencialista.

No entanto, em um contexto marcado de desigualdades, as relações que causam as mesmas acabam, inclusive, por perpassar internamente o MNCR/RS. Isto pode ser constatado a partir de fatos como o afastamento deste movimento em relação aos catadores de rua em Gravataí, o que abre espaço à entrada de interpretações típicas de atores tais como atravessadores e políticos de turno. Outra reprodução deste tipo de relações pode ser constatada a partir do fato de muitos grupos participantes do MNCR/RS se voltarem à produção e deixarem, em função disto, reuniões de base, formações, participação em reuniões regionais e até mesmo em atos públicos. Esta relação tem haver, também, com a centralização do MNCR/RS durante a execução de um projeto, que visava consolidar entrepostos e centrais de comercialização de materiais recicláveis. Isto levou, por sua vez, os militantes a se dedicarem unicamente às problemáticas econômicas das bases, deixando de lado as questões políticas e sociais dos catadores. O que juntamente com certa “dinâmica imediatista” das próprias bases fazem com que as mesmas venham a visar à obtenção de resultados imediatos e benefícios apenas aos grupos favorecidos. Ou seja, podem ser reproduzidas relações de favorecimento a uns grupos em detrimento de outros no interior do próprio MNCR/RS.

Além disso, a exigência mesma de uma produtividade cada vez maior, por parte de grupos de catadores principalmente aqueles que fazem parte do MNCR/RS, representa uma sempre renovada fonte de tensão. Pois não permite que o catador militante do movimento vinculado ao grupo no qual vigora esta exigência participe efetivamente de instâncias de interlocução as quais são realizadas como meio dos catadores fortalecerem suas estruturas de coordenação e de interconexão entre os mesmos com a finalidade de estabelecimento de reivindicações, de laços solidários e de aprimoramento da identidade coletiva dos catadores. Deste modo, no momento em que a lógica de mercado perpassa o movimento propicia-se para que haja a despolitização dos encaminhamentos a serem dados às demandas presentes no cotidiano dos sujeitos societários (KAUCHAKJE, 2008, p. 682-683).

Há, portanto, um constante risco das ações e dos enquadramentos interpretativos feitos pelos atores do MNCR/RS serem reduzidos de forma irrefletida aos processos relacionais de mercado tipicamente causadoras dos problemas inscritos nesta questão social. Tais processos são incapazes de identificar e satisfazer as demandas provenientes da realidade cotidiana (FERREIRA, 2008, p. 34) dos catadores. Entretanto, a articulação em rede pode ser consolidada a partir do questionamento e da capacidade de mudança destes mesmos processos, o que torna possível a articulação reflexiva de diferentes atores em um mesmo ambiente relacional. Deste modo, estas redes de características sociopolíticas podem ser definidas como estruturas híbridas que misturam distintos processos de coordenação tanto

burocráticos, como mercantis passando por comunitários, até corporativos. Todas essas dinâmicas processuais quando articuladas em rede logo tornam-se contraditórias e conflitivas (Ibid.).

No entanto, as conflitualidades estabelecidas no interior de uma articulação sociopolítica não podem ser encaradas como algo negativo. Muito antes pelo contrário, a existência de conflitos contribui para a constituição de espaços onde a homogeneidade não é imposta aos diferentes atores. Nestes espaços, o conflito deve ser legitimado como uma condição para que seja instaurado o exercício do direito à diversidade (GUIZARDI; PINHEIRO, 2006, p. 798).

Contudo, as articulações em rede entre os atores tanto dentro quanto fora do MNCR/RS podem ser inviabilizadas por fatores que remetem as desigualdades nos mesmos termos em que se estabelecem no contexto da referida questão social, tais como as assimetrias das relações entre o capital e o trabalho, e a subordinação da rede ao aparelho estatal e aos seus objetivos em detrimento dos objetivos dos atores (FERREIRA, 2008, p. 36). Em tal contexto, o conflito exercido nos ambientes de relação das redes é o que pode garantir a constituição de ambientes plurais de participação, a redefinição dos espaços democráticos e conseqüentemente para a reapropriação do sentido político que tomam as relações e os processos sociais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 54).

Neste sentido, ao colaborar para que as expressões desta questão social tenham um tratamento político por meio do exercício de relações de conflito os movimentos sociais também contribuem para a construção e qualificação de dinâmicas participativas. Tais dinâmicas ajudam a fortalecer os sentidos de solidariedade política aplicados na construção de redes entre os diferentes atores como forma de dissipar a opacidade e o obscurecimento dos catadores como sujeitos coletivos protagonistas de suas ações no marco dos conflitos e das articulações que visam o encaminhamento efetivo desta questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer brevemente algumas considerações finais sobre o presente trabalho de pesquisa qualitativa e hermenêutica, e como forma de estabelecer uma última articulação das idéias e conceitos que guiam esta atividade investigativa é preciso enfatizar que os atores os quais trazem para si a responsabilidade de articulação do MNCR/RS não são sujeitos que agem somente de acordo com uma realidade objetiva, cuja configuração acontece de modo alheio à sua própria ação. Este modo de compreender auxilia na interpretação do porquê das condições de miséria e de dominação, inerentes ao contexto em questão, não levarem os catadores à ação de forma automática contra essas circunstâncias. A ação destes sujeitos não decorre, portanto, de uma “realidade objetiva” dirigida por leis gerais, as quais conduzem estas ações e que, por isso, deveriam ser desvendadas por uma pesquisa de natureza analítica desenvolvida através de um processo linear de estudo baseado na explicação de hipóteses causais.

Esta outra forma de pesquisar baseada na elucidação interpretativa da reflexividade dos sujeitos empíricos foi proporcionada por meio do estudo e da reflexão teórica, metodológica e empírica. Obteve-se, a partir destes elementos, as condições necessárias para que o presente pesquisador pudesse se livrar das pretensões desta prática de estudo ser somente um reflexo de “fatos reais”, para que esta mesma prática se tornasse um processo de produção textual sobre como os referidos atores do MNCR/RS interpretam os fatos por eles construídos socialmente através de suas experiências de trabalho e de organização e de suas expectativas de valorização e conquista de direitos. Ao serem reflexivamente traduzidas, tais experiências e expectativas conferem sentido às ações e às articulações em rede voltadas ao encaminhamento da sua própria problemática social.

Durante o presente estudo realizado a partir deste processo de pesquisa buscou-se evidenciar uma série de inter-relações estabelecidas no contexto social estudado nesta ocasião. Pôde-se assim perceber que a reciclagem não se resume a uma simples solução aos problemas relacionados à “questão do lixo”. Pois, há uma histórica questão social que está relacionada aos ciclos mais básicos de sua cadeia produtiva. A questão social da reciclagem configura, deste modo, o contexto no qual os catadores vivem e trabalham cotidianamente.

Pode-se reafirmar a partir do presente estudo que a reciclagem não se refere somente aos problemas relacionados unicamente com os resíduos nem se pode restringi-la somente à atividades de natureza técnica e econômica. Pois a reciclagem é, antes de tudo, uma atividade social e reflexiva protagonizada pelos catadores de materiais recicláveis, em conjunto com

demais atores que compartilham esses sentidos os quais são conferidos por estes atores através de articulações proporcionadas pela interação interpretativa e pelo processo de organização desta categoria de trabalhadores.

Dessa forma, a noção de questão social da reciclagem, além de ser um objeto de pesquisa, é, também, uma forma de interpretação possível de ser utilizada pelos próprios atores para a compreensão do seu contexto povoado respectivamente por atores e sentidos diversos, ambos identificados através deste *frame* que possibilita a tradução simbólica e a conseqüente contextualização desta realidade. Isto porque, a categoria de questão social da reciclagem é constituída a partir dos conflitos que remontam à origem mesma das ciências sociais e aos horizontes políticos e semânticos, os quais oportunizaram avanços e conquistas históricas não só em termos de conquistas de garantias e direitos sociais, mas em termos de uma maior autodeterminação dos indivíduos frente à crescente mercantilização das suas vidas e de seus destinos no contexto específico da reciclagem.

Todavia, neste mesmo contexto social e histórico, as décadas de obscurecimento e opacidade dos catadores em relação à indústria, aos serviços e ao mercado da cadeia produtiva em questão fizeram com que fosse ampliado, de tal forma, a mercantilização do trabalho dos catadores. Isto veio a impedir que fossem visualizadas soluções e encaminhamentos efetivos em relação às péssimas condições de vida e de trabalho que os assolam. Criminalização e desqualificação vêm se tornando os grandes sentidos hegemônicos atribuídos aos catadores nos grandes centros urbanos, os quais somados aos sentidos assistencialistas e às dinâmicas burocráticas têm estruturado as compreensões sobre a reciclagem nos dias atuais.

Deste modo, a não-visibilidade e a opacidade que envolve as relações sociais estabelecidas pelos catadores não derivam somente da sua miséria material, mas das formas como a reciclagem, enquanto atividade laboral, é percebida e interpretada pela sociedade. Assim sendo, ao não ser vislumbrado o sentido que esses trabalhadores dão para a sua atividade, aprofundam-se os encaminhamentos que são dados para a reciclagem à revelia desses sujeitos que protagonizam os ciclos mais básicos dessa cadeia produtiva, fazendo com que atores hegemônicos legitimem seus posicionamentos em espaços públicos de acordo com os significados que emergem das concepções que primam pela exclusão dos catadores.

Já o processo de organização dos catadores enquanto ator é possibilitado pela definição que esses sujeitos fazem de si mesmos e do seu contexto de ação e como essa auto-definição produz sentidos e significações simbólicas que, por sua vez, lhes garantem estabelecer relações solidárias com outros atores. Estas inter-relações constituem o nexos que fortalece os vínculos solidários estabelecidos entre os diferentes atores que se põem em ações

coordenadas como forma de encaminhamento da questão social da reciclagem, a qual é tematizada publicamente e ressignificada através do sentido político da solidariedade. Sendo que tal processo de politização da solidariedade remete à transformação do contexto e da realidade da reciclagem, pois dissemina outros sentidos e práticas de natureza reflexiva construídas pelos atores sociais em interação.

Isso se dá em decorrência de que os catadores também produzem os seus próprios significados através da reflexividade empregada para traduzir suas demandas que surgem através das suas relações de trabalho e das suas condições de vida nos centros urbanos. Hoje em dia, a partir destes fatores, pode-se visualizar um contexto dentro do qual são gerados distintos sentidos para as ações dos atores. Tais sentidos se formam em torno de significados díspares que se desdobram em reflexos políticos e institucionais. Em função deste contexto, os atores colocam constantemente à prova as possibilidades de integração dos mesmos em processos mútuos de interdependência como meio para se oportunizar uma mudança neste mesmo contexto caracterizado pela desigualdade e pelas assimetrias de poder.

No entanto, a intenção deste estudo não visou formular uma teoria geral da questão social aplicável a qualquer contexto de interação. Mas, antes disso, buscou-se perceber como ela se manifesta através dos sentidos e das interpretações de seus protagonistas inseridos em contextos próprios de ação. Ou seja, não pretendeu formular um modo de interpretação empregável a toda e qualquer situação. Mas, de modo mais específico, procurou-se contribuir para compreensão das formas de como os conflitos se estruturam e conduzem à integração ou à desintegração das relações sociais ao se procurar por equacionamentos que prezem pelos catadores. Assim, o ator é o ponto de partida e o ponto de chegada deste estudo pautado pela consecução de um exercício reflexivo que esteja envolvido em um círculo hermenêutico de conhecimento a partir de inter-relações sociais e históricas entre diferentes atores.

A politização no sentido solidário da constituição dos catadores enquanto atores sociais é fundamental para que não sejam reproduzidos os sentidos que obscurecem os atores e as práticas de mercantilização que engessam a ação coletiva dos sujeitos. Ao se constituírem novas ações referendadas por novos sentidos, os atores podem consolidar e disseminar suas demandas pela criação de políticas públicas que apontem para além de iniciativas dispersas e isoladas e transformem os processos de trabalho e de organização dos catadores em vigorosas ações plenas de sentido social e solidário.

No entanto, tais processos de transformação e tematização da questão social que assola os catadores somente são possíveis através do compartilhar de experiências e de expectativas através de suas inter-relações entre outros atores e instituições. Pois, os sentidos

que emergem das mesmas possibilitam tanto a constituição de nexos entre as diferentes experiências e expectativas quanto as conexões entre os catadores do MNCR/RS e os distintos atores que se fazem presentes nesta questão social. Para que se realizem tais nexos e conexões é imprescindível à constituição de quadros interpretativos tanto no interior do referido movimento quanto na rede de atores externa ao mesmo.

A intenção deste estudo tratou, portanto, da reconstrução destes *frames* envolvidos no contexto da questão social da reciclagem para além dos princípios formais declarados pelos distintos atores. Conforme o presente estudo apontou, o processo de enquadramento interpretativo não é fixo e inacabado, mas pelo contrário, é permeado pelas relações e sentidos hegemônicos presentes no contexto em questão. Levando isto em consideração, este estudo ressaltou, portanto, certos aspectos que somente o simples âmbito da ação não é capaz de ressaltar sem que sejam estabelecidos espaços onde a reflexividade possa ser plenamente exercida. Para tanto, com o foco voltado nos modos de interpretação dos catadores, a noção de reflexividade dos atores permitiu a obtenção de uma “observação de segunda ordem”. Tal forma de observação foi, assim, possibilitada através das relações de troca entre o ator social e o pesquisador, as quais se tornaram efetivas através do estabelecimento de um confronto mútuo que submetia à crítica os esquemas explicativos de ambos os sujeitos envolvidos no mesmo processo de conhecimento.

O exercício do questionamento mútuo entre o pesquisador e determinados atores do MNCR/RS se tornou possível por causa da confiança estabelecida entre o presente pesquisador e estes atores sociais. Isso garantiu a abertura de uma série de espaços para a coleta e interpretação dos dados empíricos. Tais questionamentos feitos nestes momentos de *feedback* auxiliaram, portanto, na aplicação de um método pautado pela cooperação e pela reflexividade no marco desta pesquisa.

Através destes espaços, penso ter contribuído enquanto estudioso ao possibilitar que os atores saibam como são efetivadas as articulações sóciopolíticas no sentido de constituição de redes tanto dentro quanto fora do MNCR/RS como forma de resgate do sentido plural e solidário das relações políticas. No entanto, o estudo, a reflexão e o debate sobre este movimento e a questão social da reciclagem remetem incessantemente a necessidade urgente de construção de novas relações sociais a serem geridas e maturadas através de modelos hermenêuticos e reflexivos construídos por meio da colaboração teórica e política entre os setores sociais sensíveis, críticos e comprometidos com a luta daqueles que procuram superar as desigualdades e as injustiças sociais através do seu próprio esforço histórico.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa von. **Revista brasileira de ciência política: Dossiê movimentos sociais e ação coletiva**, nº 3 - Brasília, janeiro/julho de 2010.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 4, pp. 703 a 728, 2004.

AUTOGESTÃO: Catador é profissão, catador não tem patrão. **MNCR**. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/autogestao-catador-e-profissao-catador-nao-tem-patraz>. Acesso em 29/7/2009.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para o trabalho de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. BÓGUS, Lucia. YAZBEK, Maria C. (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2004.

_____. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Modernidad, pluralismo y crisis de sentido: ¿Qué necesidades humanas básicas de orientación deben ser satisfechas?. **Periódico Estudios Públicos**, n. 63, 1996.

BERNOUX, Philippe. **A sociologia das organizações**. Porto: RÊS Editora, s/d.

BERTHOLD, Norbert. Tendências do mercado e das políticas de trabalho no contexto internacional e na Alemanha. In: KONRAD Adenauer Stiftung. **O desafio da questão social**. Série Debates, n. 5, 1995.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. (Org). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOEIRA, Sérgio L. **Coleta seletiva de lixo: o nó sistêmico**. Disponível em: <<http://www.imoveisvirtuais.com.br/lixo.htm> > Acesso em 6/7/2009.

_____. **Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra**. Ambiente & Sociedade, ano 5, n. 10, 2002.

BORTOLI, Mari A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katál** v. 12 n. 1, Florianópolis, p. 105-114, 2009.

BOTTI, Hope F. A marca reflexiva nos estudos organizativos. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 119-140, 2005.

CALDERONI, Sebatai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas, 2a ed., 1998.

CARDOSO, Alexandre. **O Catador não pode pagar pela crise!** Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/artigos/o-catador-nao-pode-pagar-pela-crise>>. Acesso em 11/09/2009.

CARRION, Rosinha M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE**, v. 7, nº 4, artigo 2, Rio de Janeiro, Dez. 2009.

CARTILHA de formação. **Setor de comunicação do MNCR**, São Paulo: julho de 2005.

CARVALHO, Isabel. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, p. 17-50, 2004.

_____. As transformações da questão social. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, p. 235-264, 2004a.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLETTI, Diego e ROSADO, Rosa M. **Por uma cartografia da reciclagem de Porto Alegre, Brasil: economia informal, dimensão socioambiental e cultural**. Texto apresentado para o IX Colóquio Internacional de Geocrítica, UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/rosado.htm>>. Acesso em 18/03/2009.

COSTA, Daniel D. R. **Catadores em movimento: políticas e artefatos urbanos em transformação** [2008]. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero12/9.html>>. Acesso em 14/07/2008.

COULON, Alain. **Etnomedologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CROZIER, Michel. **O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural**, Brasília: Editora da UNB, 1981.

DAGNINO, Ricardo S. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade da coleta à comercialização**. Departamento de Geografia, UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000292.pdf>>. Acesso em 16/11/2008.

_____ ; VERDUM, Roberto. **Dados sobre a coleta informal de materiais recicláveis em Porto Alegre/RS**. Em: Anais do V Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, 2006, Porto Alegre: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2006.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.

DOMINGUES, José M. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, V. 46, n. 3, p. 461-490, 2003.

DUTRA, Luiz A. et al. **Combate a pobreza e resíduos sólidos: como o lixo pode ser instrumento de inclusão social** [2009]. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa5/1.pdf>. Acesso em 15/07/2009.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

EQUIPE DA PASTORAL DE RUA DE BELO HORIZONTE. Os catadores re-vivem. **Revista de educação AEC**, ano 20, n°. 81, Brasília, 1991.

FERREIRA, Silvia. A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, no. 1, p. 28-38, 2008.

FISCHER, Nilton Bueno. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: a provisoriedade da educação pelo trabalho. **Revista de Educação AEC**, ano 18, n°. 73, p. 49-57, Brasília, 1989.

FODDY, William. **Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**. Oeiras: Celta, 1996.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA. **Fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis: formação para a autogestão, assistência técnica e mobilização no Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009**, mimeo.

GHISLENI, Maurizio. Sociologia histórica e cultura material. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 214-236, 2005.

GIDDENS, Anthony. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Cadenos CRH**, Salvador, n.21. p. 9-28, 1994.

_____, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 1998.

_____ ; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1996.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 91-115, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOMES, Patrick D. **Trabalho de campo sobre as realidades vividas e significadas por catadores(as) de materiais recicláveis da Associação do Loteamento Cavallhada**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009, mimeo.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, 2003.

GOVERNO FEDERAL. Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 23/09/2009.

_____. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm>. Acesso em: 25/10/2009a.

_____. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 3/9/2010.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo – experiências e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

GUIMARÃES, Nadya A. *et al.* Desemprego, mercados, instituições e percepções: Brasil e Japão numa perspectiva comparada. **Tempo Social**, vol. 16, no 2, p. 257-288, 2004.

GUIZARDI, Francini L.; PINHEIRO, Roseni. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.11, v. 3, p. 797-805, 2006.

HERITAGE, John C. **Etnomedologia**. In: GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan (orgs.). Teoria social hoje. São Paulo, UNESP, 1996.

HISATUGO, Érika; JÚNIOR, Oswaldo M. Coleta seletiva e reciclagem como instrumentos para conservação ambiental: um estudo de caso em Uberlândia, MG. **Sociedade & Natureza**, n. 19, Uberlândia, p. 205-216, 2007.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo, Editora Viramundo, 2002.

_____. **Questão social, políticas públicas e a questão da gestão.** [2009]. Disponível em: <<http://www.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/artigos/questao-social-politicas-publicas-e-a-questao-da-gestao/>>. Acesso: 07/12/ 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** [2000]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 07/02/ 2009.

_____, **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 15/08/ 2010.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico, In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje.** São Paulo, UNESP, 1996.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2002.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008.

KIRCHHEIM, Ana Cristina. Qual o papel das entidades parceiras no fortalecimento do MNCR? **Relatório do Encontro dos 700 lideranças do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.** Brasília, março de 2006.

LATOUR, Bruno. **La esperanza de Pandora: ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia.** Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

LAYARGUES, Philippe P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica.** São Paulo: Annablume, 1998.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, p. 179-220, 2002.

LIXO, esperança dos pobres. **Correio do Povo.** Porto Alegre, p. 11-12, 12 jun. 1960.

LÜCHMANN, Lígia Helena H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, 2007.

LUCKMANN, Thomas. The moral order of modern societies, moral communication and indirect moralizing. Budapest, **Public Lectures** n. 17, 1997.

LUTA contra lei anti-catador em Porto Alegre. **Setor de comunicação MNCR.** Disponível em: < http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/luta-contra-lei-anti-catador-em-porto-alegre-2013-rs >. Acesso em 15/07/2009.

MAGERA, Márcio C. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade: uma análise interdisciplinar da questão das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2003.

MARCOS, Plínio. **Homens de papel**. Teatro, Edição do Autor, 1984.

MARTELETO, Regina M.; RIBEIRO, Leila B.; GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento: Produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. **Civitas Revista de Ciências Sociais** Ano 2, nº 1, junho 2002.

MARTINS, Clitia Helena B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre, RS, Teses FEE n. 5, 2005.

MAYER, Ricardo. **Hierarquia, igualdade e diferença: Lutas por reconhecimento no sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MEAD, George H. **Espiritu, persona e sociedad**. Buenos Aires: Paídos, 1953.

MEDEIROS, Luiza F. R.; MACÊDO, Kátia B. Profissão catador de material reciclável: entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago 2007.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. São Paulo, n 17, junho de 1989.

_____. **Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia**. Centro de Estudios Sociológicos: Ciudad del Mexico, 1999.

_____. **A invenção do presente**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2001.

_____. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

MICHELOTTI, Fernando C. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGS – UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Termo de referência do projeto de fortalecimento do cooperativismo e associativismo dos catadores de materiais recicláveis**, 2009.

MOESH, Beto. **Reciclagem e redução das carroças**. Opinião, Correio do Povo. Porto Alegre, p. 4, 12 set. 2009.

MONTAÑO, Carlo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Diagnóstico da situação dos resíduos em Santa Cruz do Sul**, Fórum de ação pela coleta seletiva solidária, 2009.

_____. **De catador para catador**. Informativo do MNCR da região sul. 2009a.

_____. **O que é o MNCR**. Apresentação da aula inaugural do Projeto de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo dos catadores de materiais recicláveis. Gravataí, 31 de março de 2010.

_____. **Manual amigo do catador (formação nível 2)**, 2ª Edição. São Paulo, 2010a.

_____. **Relato do Encontro Estadual do MNCR/RS**. Gravataí, 30 de março de 2010b

_____. **Programa de capacitação sócio-assistencial dos catadores de Gravataí**, 2009b.

_____. **História do MNCR**. São Paulo [2008]. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em 30/7/2009.

_____. **Relato da reunião de coordenação estadual do MNCR/RS**. São Leopoldo, 09 e 10 de junho de 2007.

_____. **Relato da reunião da equipe de articulação estadual do MNCR/RS**. Porto Alegre, 24 de agosto de 2007a.

_____. **Relato da reunião da equipe de articulação estadual do MNCR/RS**. Porto Alegre, 05 de outubro de 2007b.

NARDI, Henrique C. A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. **Psicologia & Sociedade**; 14 (1): 141-146; jan./jun. 2002.

NASCIMENTO, Elimar P. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. **Revista Proposta**. Ano 23, n 65, Rio de Janeiro: Fase, 1995.

NAVARINI, Gianmarco. Práticas de pesquisa em sociologia clínica. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 164-188, 2005.

NERESINI, Frederico. Pesquisa qualitativa e simulação. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 67-90, 2005.

PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil 2006. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais**, ABRELPE, 2006. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br>>. Acesso em: 28/05/2007.

PIRES, Paulo. **A questão social é caso de polícia?** Disponível em: <<http://www.nucleodenoticias.com.br/2009/02/18/a-questao-social-e-caso-de-policia/>>. Acesso em: 18/08/2009.

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.531 de 10 de setembro de 2008. Institui Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal e de Tração Humana. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/500512/lei-10531-08-porto-alegre-rs>>. Acesso em: 17/09/2009.

PRADO, Marcos. **Estamira**. Documentário, Brasil, 2004.

PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO e Movimento Nacional de Catadores fazem formação. [2009] Disponível em <<http://www.brasilautogestionario.org/2009/05/14/prefeitura-de-novo-hamburgo-e-movimento-nacional-de-catadores-fazem-formacao/>>. Acesso em 12/11/2009.

PREFEITURA mobiliza catadores em novo projeto: Coleta seletiva da cidade será referência [2009]. Disponível em: <<http://www.gravatai.rs.gov.br/noticias/noticias1.php?id=139488>>. Acesso em: 12/11/2009.

RANCI, Constanzo. Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 43-66, 2005.

RAFFIN, Enio Noronha. **Máfia do lixo: al kartell**. Porto Alegre: Coleção Limpeza Pública no Brasil, 2004.

REBUGHINI, Paola. A comparação qualitativa de objetos complexos e os efeitos da reflexividade. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 237-262, 2005

RECICLADORES reclamam das condições de trabalho [2010]. Disponível em: <<http://www.reciclaveis.com.br/noticias/00507/0050712recicladores.htm>>. Acesso em 12/03/2010.

REIS, Fábio W. Sociologia política, ciência política e “escolha racional”. **Política & Sociedade**, n.1, set. 2002.

REVISTA RECICLAGEM MODERNA, Edição nº 15. São Paulo: Editora Ecobrasil, 2009.

RELATÓRIO do Encontro dos 700 lideranças do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Brasília, março de 2006.

RELATÓRIO do Seminário Conquistas e Avanços na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis pelos Catadores. Porto Alegre, outubro de 2009.

SANTOS, Hermílio. Interação social, novas mídias e cidadania: apontamentos para a análise da recomposição de identidades ameaçadas. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v.7, n.2, julho a dezembro de 2007.

- SANTOS, Maria. C. et al. **Lixo: curiosidades e conceitos**. Manaus: Editora da UFAM, 2002.
- SAUL, Renato P. Questão social e ciência da sociedade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 38, no. 160, p. 11-46, 2002.
- SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**. v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCRIBANO, Adrian. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de las protestas sociales. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 05, n.º. 9, p. 64-104, jan/jun, 2003.
- SILVA, Eliane S. e ROSADO, Rosa M. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre/RS: e os catadores?** Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area08/8160_Rosado_Rosa_Maris.pdf>. Acesso em 12/07/2009.
- SILVA, Marcelo K. e MICHELOTTI, Fernando C. **Entre a igualdade e a distinção: lutas por reconhecimento na modernidade periférica**. Versão preliminar apresentada no II Seminário nacional movimentos sociais, participação e democracia, Florianópolis, UFSC, 2007.
- SILVA, Rosemeire B. **O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro**. Interthesis. v. 3. n. 2. Florianópolis, p. 1-40, jun-dez 2006.
- SOBOTTKA, Emil A. A utopia político-emancipatória em transição: movimentos sociais viram ongs que viram “terceiro setor”. **Teoria & Sociedade**, n. 11.1, p. 48-65, jan-jun 2003.
- _____. Pesquisa, paixão e engajamento. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A. (orgs). **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público**. Pelotas: Seiva, 2005.
- _____. Por que se faz políticas sociais no Brasil? Notas sobre estratégias de legitimação nos últimos dois governos federais. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 79-93, jan-jun 2006.
- SOSNISKI, Cristina. **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

STREB, Cleci S. e BARBOSA, Sônia R. C. S. **Coleta informal de resíduo e reciclagem: suas interfaces com as questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade.** Trabalho apresentado no GT06: Energia e Meio Ambiente no II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004.

STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A (orgs). **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público.** Pelotas: Seiva, 2005.

_____. **Pesquisar é pronunciar o mundo.** In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A (orgs). **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público.** Pelotas: Seiva, 2005.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura.** Petrópolis: Vozes, p. 141-163, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** Cortez, São Paulo, 1998.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. Notas preliminares. In: SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2002.

WAGNER, Helmut R. **A abordagem fenomenológica da sociologia.** In: SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: Educ, p. 51-162, 2004.

_____. **Enigmas do social.** In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social.** Educ, São Paulo, p. 163-264, 2004a.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979a.

_____. **Sobre a teoria das ciências sociais.** 3ª. Edição. Lisboa, Editorial Presença, 1979.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos, **Sociologias**, n.13, p. 260-300, 2005.